

**PLANO COLLOR**  
sob crivo do Congresso

Pág. 60

CADERNOS DO  
**terceiro  
mundo**

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 129 • Cr\$ 100,00 • BOA VISTA, MANAUS Cr\$ 130,00 • ANO XIII



# PRESTES

**O futuro do socialismo**

**A ÚLTIMA ENTREVISTA**

**PERESTROIKA • A esquerda brasileira**

# ANGOLA

## terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603  
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911  
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



# TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

# A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

## GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem "vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos."



### Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.  
Suplemento especial sobre Brasil.  
Mais 1000 mapas e gráficos.  
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.  
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

### Atende a:

Professores, Estudantes, Jornalistas, Administradores, Economistas, Industriais, Políticos, Exportadores, Diplomatas e outras atividades.

### O produto:

Impressão em papel de qualidade. Formato amplo (21x28cm). Diagramação moderna e ilustrada. Acabamento reforçado (costurado colado).

## GANHE MAIS CRUZEIROS TODOS OS MESES

Seja nosso **REPRESENTANTE**  
em sua cidade.



Escreva para nós ou  
telefone ainda hoje.

EDITORIA TERCEIRO MUNDO LTDA - Rua da Glória, 122 grupos 104 a 106  
tel.: (021)252-7440 CEP: 20241 - Rio de Janeiro - RJ

# CAÇA AS BRUXAS

Postal  
Cultural

ANO III - 1990 - Revista 129

PEDIDOS: CUPOM NO  
VERSO, OU (021) 252-7440

terceiro  
mundo

## A Batalha dos Trilhos

### O PILÃO DA MADRUGADA



De: Neiva Moreira  
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Como jornalista, político e parlamentar, de intensa atuação, Neiva Moreira foi e continua sendo protagonista e testemunha privilegiada de acontecimentos decisivos nesta segunda metade do século, não só no Brasil como em muitos países do Terceiro Mundo. Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 págs.

José Louzeiro

E-208

Cr\$ 750,00

BASES PARA UMA POLÍTICA  
NACIONAL DE TRANSPORTE

De: Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovia, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.



A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional, sempre voltada à implantação de sistemas viários. Nos últimos 20 anos, teve participação significativa em praticamente todas as construções ferroviárias realizadas no País. 94 págs.

E-211

Cr\$ 300,00

MACARTISMO: UMA  
TRAGÉDIA AMERICANA

De: Argemiro Ferreira

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, a sociedade norte-americana foi abalada por uma onda de obscurantismo que ficou conhecida como "Caça às Bruxas", numa alusão ao episódio da perseguição e eventual queima de feitiçeras nas fogueiras da Inquisição. "Ameaça Vermelha" tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy o seu mais notório manipulador, a ponto de emprestar o nome ao neologismo criado para definir o fenômeno - "macartismo".

A histeria macartista, cuja origem, afirmação e propagação este livro procura relatar, atingiu especialmente a chamada indústria do entendimento (cinema, rádio e televisão), mas alcançou, com seu potencial destrutivo, todos os setores da sociedade. Suicídio, tragédias familiares e desemprego foram alguns dos efeitos visíveis da caça às bruxas, que envenenou o dia-a-dia dos norte-americanos, semeou suspeitas, fabricou listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.



O AUTOR Argemiro Ferreira é mineiro, jornalista com passagem pelos mais importantes veículos de comunicação do país. Começou a sua carreira em Belo Horizonte, aos 21 anos, como crítico de cinema, quando tomou conhecimento pela primeira vez da realidade da "Caça às Bruxas" de Hollywood. Este livro resulta desse interesse permanente pelo assunto que acabou por arrastar o autor ao estudo das origens da guerra fria, do fluxo da informação e dos problemas internos dos EUA. Publicou o livro "Informação e Dominação", dezenas de artigos sobre macartismo e escreve regularmente sobre política internacional. 272 págs.

E-209

Cr\$ 900,00

**A ESQUERDA E O GOLPE DE 64**  
De: Dênis de Moraes



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 págs.

E-202 Cr\$ 1.100,00

**CONVERSAS COM BETINHO**  
De: Ricardo Gontijo



"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas.

184 págs.  
E-195 Cr\$ 318,00

**MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO ASSASSINADA**  
De: Newton Cunha

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro num ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens, instiga a reflexão e enriquece as prateleiras que cultivam literatura de bom gosto. 138 págs.

E-206 Cr\$ 300,00

**A BESTA DO JARDIM BOTÂNICO**  
De: Licínio Rios Neto



A Besta do Jardim Botânico é, me parece, a primeira tentativa ficcional de analisar o que existe por trás do monopólio da informação no telejornalismo. É um livro que ousou assumir, poeticamente, um título polêmico, mas que corresponde à dimensão de como a notícia é manipulada no dia-a-dia e passa pelo filtro dos grandes interesses econômicos.

A besta do jornalismo brasileiro não é simplesmente lanterna na notícia ou os fatos reduzidos à banalidade. Ela é a omissão do jornalismo diante da verdade. Licínio tenta, através da ficção desvairada, resgatar a dignidade de uma profissão. Nesse livro, longe das rotativas, das câmaras de TV, das manchetes, Licínio Rios Neto chega bem perto das vitórias e das derrotas que fazem do jornalismo, ainda um compromisso com a democracia.

360 págs. Roberto D'Ávila  
E-205 Cr\$ 840,00

**O JOGO DA DIREITA**  
De: René Dreifuss



Sabe-se, há tempos, que as elites "plantam" notícias, fabricam greves e passeatas, formam lideranças populares "confiáveis" e contam com o apoio de seus pares do Primeiro Mundo, até para derrubar incômodos presidentes eleitos pelo voto. Este tem sido o jogo, em vários países da América Latina. Agora, neste "O jogo da direita", o autor apresenta, passo a passo, o "frio" e sofisticado processo das elites, em tempo de abertura e "normalidade". O cenário é o Brasil da Nova República, onde os zelosos e competentes jogadores da direita souberam avaliar as mudanças, sempre atentos a qualquer ensaio de avanço social.

Para o atento observador do Brasil político, o passeio pelas páginas do livro será equivalente ao prazer de destampar uma caixa de surpresas. Aqui, a História recente não saiu de arquivos secretos ou fontes clandestinas. Foi escrita a partir de 75 mil páginas de jornais e revistas, pacientemente recortadas e organizadas, como se fossem peças embaralhadas de um imenso e fascinante quebra-cabeça. 295 págs.

E-207 Cr\$ 739,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

( ) assinante ( ) não-assinante

Nome .....  
Endereço .....  
Bairro ..... Cidade .....  
Estado ..... CEP ..... Tel.: .....  
Profissão .....

comprador

**TABELA DE DESCONTOS**

- 15% Para assinantes com pagamento antecipado, para Cr\$ 1.000,00
- 10% Para pagamento antecipado de pedido acima de Cr\$ 2.500,00
- O preço dos livros está de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

**VALIDADE**  
30.04.90

**APÓS A DATA DA VALIDADE, COBRAREMOS PREÇOS ATUALIZADOS**

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

# CADERNOS DO terceiro mundo

**Assine agora e  
ganhe da inflação  
por 12 meses**

**RECADO:**

**FAÇA SUA RENOVAÇÃO  
ANTECIPADA COM  
35% DE DESCONTO.  
VEJA TABELA  
"OUTROS PREÇOS"**

# GUIA DO TERCEIRO MUNDO

**Adquira já  
seu exemplar**

- ENVIE UM PEDIDO COM ATÉ 4 ASSINATURAS OU GUIAS E GANHE ATÉ 4 LIVROS DE BRINDE.
- SE VOCÊ ENVIAR 5 OU MAIS ASSINATURAS OU GUIAS GANHARÁ 1 GUIA DE BRINDE E MAIS 1 LIVRO PARA CADA ASSINATURA A MAIS.

QUANTIDADE DE GUIAS	PREÇO PARA CADA EXEMPLAR DO GUIA DE ACORDO COM A QUANTIDADE	QUANTIDADE DE ASSINATURAS DE Cadernos	PREÇO PARA CADA ASSINATURA DE ACORDO COM A QUANTIDADE
1	2.000,00	1	1.200,00
2	1.800,00	2	1.140,00
3	1.700,00	3	1.080,00
4	1.600,00	4	1.020,00
5	1.400,00	5	1.000,00

EXEMPLO: 5 Guias = 5x Cr\$ 1.400,00 = Cr\$ 7.000,00 e ganhe 1 Guia de brinde

EXEMPLO: 4 assinaturas = 4x Cr\$ 1.020,00 = Cr\$ 4.080,00 e ganhe 4 livros brindes

### OUTROS PREÇOS

- Renovação antecipada de uma assinatura: Cr\$ 780,00
- Exemplar avulso da revista (atual ou atrasado): Cr\$ 100,00
- Guia pelo reembolso postal: Cr\$ 2.000,00.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com as tabelas acima, e envie para a **Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Grupo 104 a 106 - Rio de Janeiro - RJ CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440**

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
 PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
 Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
 PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
 Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
 PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
 Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
 PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
 Profissão: .....

ASSINALE.  Assinat. de "Cadernos" ou  Renovação  
 PEDIDO DE:  Guia do Terceiro Mundo:  pago,  r. postal  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
 Profissão: .....

CUPOM DO REMETENTE EDIÇÃO 129  
 Nome: .....  
 Endereço: .....  
 Bairro: ..... Cidade: .....  
 Estado: ..... CEP: ..... Tel.: .....  
 Profissão: .....



Prestes, com sua Coluna, provocou o mais intenso e final abalo à República Velha e tornou-se uma lenda antes de completar 30 anos, nos sertões que percorreu por mais de dois anos com uma mensagem de libertação



O primeiro turno das eleições presidenciais no Peru vem aí, mas nem a direita nem a esquerda apresentam propostas convincentes para superar a crise econômica e equacionar o problema do Sendero Luminoso

À medida que se vão solucionando os graves conflitos regionais, os olhares se voltam para o Oriente Médio. O que falta para se obter a paz entre palestinos e israelenses? Entre outros, um ingrediente essencial: que ambos os povos superem o medo recíproco

SUMÁRIO

2 PANORAMA TRICONTINENTAL

8 CARTAS

ÁFRICA

10 África do Sul: Uma vitória que demorou 27 anos

17 Angola: No rumo das reformas

AMÉRICA LATINA

18 Peru: Em busca de um milagre

24 Guatemala: Diálogo, o único caminho

MUNDO ÁRABE

27 Palestinos e israelenses: Uma convivência possível?

31 Líbia: Kadhafi, 20 anos depois

ÁSIA

34 Sudeste asiático: O lado negro da riqueza

35 Afeganistão: Sob o clarão dos mísseis

37 Malásia: Adeus às armas

38 Filipinas: Os filhos da guerra

ENSAIO

40 Ecologia: Crescimento, a que preço?

DROGAS

42 Bolívia-Peru: Intervencionismo de "baixa intensidade"

MINORIAS

45 Estados Unidos: O avanço latino

SUPLEMENTO BRASIL

Matéria de capa

48 Prestes: Redescobrir o socialismo  
52 Um enterro de herói  
54 Vivendo uma epopéia  
56 Nova luz sobre a Coluna

60 Economia: O novo governo e a Petrobrás

61 Combustíveis: Armadilhas do álcool

62 Saúde: A crescente lista das doenças do trabalho

63 Cultura: No mesmo ritmo

64 Panorama nacional

68 Página Aberta: A Tv como instrumento de dominação

SRI LANKA

## Condenação mundial



Os assassinatos políticos são cada vez mais frequentes

Richard de Zoysa, editor assistente para a Ásia da agência internacional de notícias *InterPress Service* (IPS) e seu correspondente em Sri Lanka, foi sequestrado no dia 18 de fevereiro em Colombo, a capital, por um comando paramilitar. No dia seguinte, seu cadáver foi encontrado com sinais de tortura e um tiro na nuca.

Nas principais capitais asiáticas e do Ocidente, governos, associações de jornalistas e organizações de defesa dos direitos humanos manifestaram seu repúdio e consternação pelo assassinato do jovem jornalista, que também era um conhecido animador de televisão, escritor, dramaturgo e ator.

De Zoysa vinha denunciando de forma implacável a violação dos direitos humanos em seu país, que nos últimos tempos atingiu uma situação de extrema gravidade com o assassinato de milhares de cidadãos. Os massacres são tão frequen-

tes em Sri Lanka que o governo baixou um decreto mediante o qual pode dispor dos cadáveres sem intervenção judicial. Na prática, tal medida institucionalizou os esquadrões da morte.

O diretor geral da IPS, Roberto Savio, escreveu por ocasião do assassinato do jornalista uma crônica, que pelo seu conteúdo e como uma homenagem a De Zoysa, reproduzimos parcialmente:

"Os desconhecidos de Colombo chegaram de noite, uniformizados de negro, mataram pelas costas, destroçaram um rosto jovem e desapareceram em busca de outro igual, de outra esperança, de outro sonho de liberdade.

"A principal preocupação do jornalista cingalês Richard de Zoysa era sonhar com um mundo diferente, informar a verdade e descobrir, como outros de seus companheiros, o elo perdido entre os teletipos e os versos

de amor. Por isso, morreu com o rosto destroçado a golpes, as unhas arrancadas e um tiro anônimo na nuca.

"O estranho e medíocre trabalho dos assassinos secretos, armados de poder, buscou outra solução para seus tormentos em vida: ator, escritor, dramaturgo famoso, De Zoysa optou pelo jornalismo ativo e nele se encontrou uma noite assassinado, como todos os assassinados, sem razão nenhuma.

"A direção da IPS pediu imediatamente que o Prêmio Internacional da agência aos jornalistas que mais se destacaram na luta pelas causas democráticas do mundo, seja concedido este ano a De Zoysa. Não como consolo, mas sim como homenagem póstuma à dignidade.

"Contou o editor regional da IPS para a Ásia, Kunda Dixit, que ele 'aprendeu o trabalho em duas horas', depois de tê-lo chamado uma tarde se oferecendo como correspondente. Naquela época, De Zoysa apresentava um dos melhores noticiários da televisão cingalesa. Dixit simplesmente não podia acreditar na oferta. 'Era impossível Richard caminhar pelas ruas, sem que todos se voltassem para vê-lo. Ele tinha vergonha de ser famoso', relembra.

"Ao saber de sua morte, seu primeiro tutor profissional em Roma, Phil Harris, editor do serviço em inglês, declarou: 'Embora pareça um lugar comum, Richard trabalhava para a IPS - e aqui ninguém ganha os salários mais altos do mundo - porque realmente acreditava na causa terceiro-mundista desta agência'.

"Segundo Harris, De

Zoysa encontrava seu principal problema no estilo quase sempre frio e amorfo das agências de notícias. Ele estava convencido, como muitos na IPS, de que isso podia ser resolvido. E se uniu a outros jornalistas que em Sri Lanka buscavam novas soluções formais para o estilo da notícia, da reportagem, da crônica, viva e morta ao mesmo tempo.

"Esse esforço e a consciência do destino trágico de violência que por muitos anos vem sangrando o Sri Lanka eram as bandeiras que despertaram nos impunes grupos paramilitares o ódio suficiente para matar. E um medo tal a ponto de matar pelas costas.

"Os temas que geram ódio assassino costumam ser simples: direitos humanos, democracia, meio ambiente, justiça social. Em um filme de grande êxito, De Zoysa interpretou o papel de um ativista social que morria por suas idéias. Em uma crônica que escreveu há três meses, antecipou o apocalipse dos direitos humanos em seu país.

"Por que esse jovem de 32 anos pagou com sua vida por esta tenaz ambição das pessoas pela justiça, pura e simples? De Zoysa não tinha que morrer: deveria estar indo esses dias para Roma, rumo a seu novo destino em Lisboa, como editor do serviço europeu em inglês.

"Um exame atrasou sua viagem e seus companheiros de equipe souberam de sua morte envolvidos nas febris batalhas cotidianas de organização de sua nova vida na cidade em frente ao mar. Eles pediram, e assim será, que o Centro Europeu de Lisboa leve seu nome. Não é notícia. É um ato de fé."



EUA

## Vale tudo

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu em fevereiro passado que a polícia e as forças armadas estarão isentas das limitações impostas pela legislação do país para realizar investigações e capturas no exterior. Isso implica ampliar as faculdades de agências como o FBI, encarregadas de fazer cumprir as leis norte-americanas, que agora poderão atuar em outros países sem respeitar procedimentos que são obrigatórios dentro dos Estados Unidos.

A decisão foi duramente criticada por três dos nove magistrados que integram a Corte. O juiz William Brennan, que foi contra a decisão, afirmou que "a Corte, ao mesmo tempo em que exige dos cidadãos estrangeiros o cumprimento das disposições legais, reconhece que o governo norte-americano não necessita ater-se a elas".

As principais críticas colocadas pelos juízes que se opuseram à decisão da Corte se referem à utilização de métodos não-convencionais (ilegais) para obter provas de supostas violações das leis norte-americanas. Pela nova sentença da Corte, os agentes norte-americanos que utilizarem esses métodos para conseguir documentos, capturar indivíduos e conseguir provas no exterior, poderão apresentá-los diante dos tribunais desse país.



Violeta Chamorro venceu a eleição, mas poderá governar?

## NICARÁGUA

### Uma nova etapa

Quando o Supremo Conselho Eleitoral da Nicarágua divulgou os resultados finais das eleições de 25 de fevereiro, ficou confirmada a vitória da União Nacional de Oposição (UNO), que reúne 14 partidos e havia lançado a candidatura de Violeta Barrios de Chamorro. A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) obteve 40,8% dos votos, contra os 54,7% dados a candidata da oposição.

O novo governo, que tomará posse no dia 25 de abril, contará com 51 das 92 cadeiras da Assembléia Nacional (Congresso unicameral). Os sandinistas terão 39 representantes e o Partido Social Cristão (de centro) e a Unidade Revolucionária (de extrema-esquerda), um representante cada um.

A nova presidenta não terá a maioria necessária para modificar a Constituição, já que isso requer a aprovação de 55 membros da Assembléia Nacional. O novo governo precisará negociar com os sandinistas

para implementar as reformas que foram prometidas na campanha eleitoral.

A guerra financiada pelos Estados Unidos – o principal apoio econômico da UNO – foi o fator fundamental da derrota da FSLN. Foi a segunda vez em toda a sua história que o povo nicaraguense compareceu às urnas para manifestar livremente sua vontade. A primeira deu a vitória aos sandinistas, em 1984, quando o presidente Ortega obteve 70% dos votos. Mas o desgaste do conflito armado – que já dura dez anos –, o bloqueio econômico, a sabotagem e os desastres naturais terminaram por mudar a posição da maioria da população e favoreceram Violeta Chamorro, que prometeu acabar com a guerra e o recrutamento militar obrigatório.

A candidata, paradoxalmente, obteve o dinheiro para sua campanha das mesmas fontes que financiavam a guerra dos *contras*: dos Estados Unidos, o país

que impôs e sustentou a ditadura de Somoza, o qual assassinou Pedro Joaquín Chamorro, seu esposo, mártir da resistência anti-somozista.

A FSLN entregará o governo em 25 de abril e terá dado – mais uma vez – uma lição de democracia: é a primeira vez que um movimento armado que chegou ao poder em consequência de uma revolução popular entrega o governo a seus adversários, a partir de eleições livres.

O que acontecer daqui para frente na Nicarágua vai depender da capacidade da UNO para manter-se unida e do papel que decidam desempenhar os sandinistas. Por sua vez, a administração Bush anunciou a suspensão do embargo econômico que Washington mantém desde 1985, o que anula a proibição de que Manágua solicite empréstimos ao FMI, ao BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e outras instituições multilaterais.

Ainda não se conhece o volume de ajuda direta que será canalizada pelos Estados Unidos para a administração Chamorro. Dada a dramática situação da economia do país, para que a nova presidenta possa mostrar ao eleitorado que sua decisão lhes trouxe algum benefício, especialistas de Washington calculam que essa ajuda deveria ser bastante superior aos 500 milhões de dólares destinados ao Panamá.

Outro fator que influirá a curto prazo será a atitude dos Estados Unidos em relação aos *contras*, aos quais a presidenta eleita fez uma exortação no sentido de que deponham as armas.

## Cooperação com Argélia



Em companhia do embaixador da Argélia, sr. Abdelouahaba Keramane, visitaram nossa redação os srs. Youcef Nacib, diretor geral do Office des Publications Universitaires, e dr. Amrane Ould-Bachir, do Ministério do Ensino Superior daquele país. Os nossos visitantes analisaram projetos de cooperação entre aquele prestigioso centro cultural argelino e nossa editora. Na foto, um aspecto da visita.

## Os temas africanos



A publicação do livro "Os meninos de Soweto" tem sido um fato importante na luta contra o apartheid. O autor desse importante trabalho é o jornalista francês Paul Bernetel, que depois de exercer destacadas funções em várias publicações européias, é, hoje, correspondente no Brasil de prestigiosos meios de comunicação do Gabão.

Bernetel esteve em visita à nossa redação, quando aceitou convite para colaborar com **terceiro mundo**, reforçando nossa equipe de especialistas em temas africanos.

Na foto, com os nossos companheiros Neiva Moreira e Procópio Mineiro.



## Angop—Terceiro Mundo

Estiveram em nossa sede no Rio de Janeiro (foto) os jornalistas Avelino Miguel, diretor da agência angolana de notícias; João Melo, diretor da sucursal brasileira e Josué Isaías, redator da Angop em Luanda. O desenvolvimento das relações entre nossa editora e os jornalistas angolanos, que remontam à guerra da independência, foi objeto das conversações entre os colegas visitantes e os companheiros de **terceiro mundo**. Os visitantes angolanos Avelino, Melo e Isaías aparecem na foto entre os nossos companheiros Beatriz Bissio e Neiva Moreira.

## TANZÂNIA

### Perestroika

O ex-presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, se pronunciou a favor de uma democracia multipartidária em seu país, mas advertiu que as mudanças não devem acontecer ao preço da opção socialista. Fontes ligadas ao partido oficial (Chama Cha Mapinduzi, CCM) informaram que os pontos de vista sobre um sistema pluralista foram amplamente discutidos durante a última reunião do comitê executivo do CCM, ocorrida em Dodoma, futura capital da Tanzânia, em meados de fevereiro passado.

Nyerere convocou os tan-

zanianos a pensarem seriamente na construção de uma sociedade pluralista "já que as condições são favoráveis". O respeitado líder disse também que nenhum cidadão será perseguido ou punido por fundar partidos de oposição.

Em sua opinião, o partido governante realizou um grande trabalho, especialmente em relação à conscientização do povo e à defesa dos valores nacionais. No entanto, Nyerere questionou o CCM - de cuja presidência se retirou em 1985 - por ter-se "burocratizado" e por suas atitudes "paternalistas". A ausência de um partido de oposição, segundo ele, contribuiu para que o CCM abandonasse seu programa e seus compromissos e, dessa forma, se afastasse das massas.

CAMBOJA

## Retomando o diálogo



Sihanouk (esq.) e Hun Sen (dir.): tentando superar as divergências

O primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, divulgou uma nota em fins de fevereiro, aceitando a proposta da Austrália de se estabelecer uma administração transitória das Nações Unidas no seu país. Essa administração teria por fim exclusivamente controlar os acordos internacionais sobre o Camboja e a sua colocação em prática, assim como organizar e supervisionar a realização de eleições livres no país. No entanto, Hun Sen rejeitou a possibilidade da ONU vir a organizar um governo de transição no país.

O *Khmer Vermelho*, a organização mais forte da oposição cambojana, foi a única de todas as partes interessadas no conflito que rejeitou a proposta das Nações Unidas. Porém, vários observadores acham que também eles virão a ser pressionados pelas suas bases para aceitar uma solução negociada para o conflito, para não serem acusados de

bloquear as negociações de paz.

Enquanto isso, o príncipe Norodom Sihanouk - ex-monarca do Camboja que viveu mais de 11 anos no exílio e se aliou ao *Khmer Vermelho* contra o regime de Hun Sen - voltou ao país na última semana de fevereiro com o objetivo de se instalar na região noroeste, controlada pelos seus seguidores. "Não há razão para ficar no exterior", assinalou o príncipe, enquanto atravessava com a sua mulher, a princesa Mônica, a fronteira da Tailândia com o Camboja, controlada pelo *Khmer Vermelho*.

Nos últimos meses, um número cada dia maior de nações ocidentais se mostra interessado em contribuir com ajuda financeira para o desenvolvimento do Camboja, apesar do embargo estabelecido pelos Estados Unidos e os seus aliados da Asean (Associação dos Países do Sudeste Asiático). A Casa Branca vem combatendo - no plano militar e econômico -

o regime de Phnom Penh, de orientação socialista e aliado dos vietnamitas.

A ONU está empenhada em sentar à mesa de negociações com todas as partes envolvidas no conflito. Há mais de uma década, a cadeira do Camboja na Assembleia Geral das Nações Unidas é ocupada pelo Governo de Coligação do Cam-puchea Democrático (no exílio, formado por Sihanouk e o *Khmer Vermelho*).

Mas o regime de Phnom Penh reivindica o direito a representar o seu país. Hoje em dia, a tendência majoritária na comunidade internacional é favorecer um acordo entre todas as partes para desembocar na realização de eleições, que virem a página e iniciem uma nova etapa nesse sofrido país do sudeste asiático.

## ÁFRICA

### O fantasma da fome

A África subsaariana necessitará esse ano de uma ajuda internacional de 4,4 milhões de toneladas de alimentos, segundo um estudo da FAO (a organização

da ONU para a agricultura e a alimentação). A análise foi divulgada em Nairóbi, Quênia, e assinala que dos 45 países da África ao sul do Saara, 28 precisam de 2,1 milhões de toneladas de comida urgentemente.

Esses cálculos incluem a Etiópia, onde segundo a ONU "só um grande esforço internacional poderá evitar a perda de vidas nas regiões de Eritreia e Tigrai, no norte do país, afetadas pela seca".

No vizinho Sudão, onde existe uma guerra civil há vários anos, o relatório prevê que a inanição é iminente no povoado de Juba, por causa das restrições ao fluxo de auxílio alimentar de emergência. Segundo a mesma fonte, estas limitações estão sendo criadas pelo conflito entre o governo e a guerrilha de oposição, que age na região sul.

Em Angola e Moçambique, ainda segundo a FAO, também há problemas sérios na distribuição de alimentos em algumas regiões mais seriamente afetadas pelos conflitos internos entre os respectivos governos e os grupos rebeldes financiados pelo regime sul-africano.



As crianças são as principais vítimas quando falta comida em consequência das secas ou inundações

## NAMÍBIA

## Finalmente, independente



Nujoma, eleito presidente da Namíbia por unanimidade

Em 16 de fevereiro passado, o dirigente máximo da Organização do Povo do Sudoeste Africano (Swapo), Sam Nujoma, foi eleito presidente da futura República da Namíbia, pela Assembleia Constituinte do seu país. A eleição presidencial foi realizada em uma sessão extraordinária por decisão unânime dos 71 membros do Poder Legislativo e contou com a presença do pastor negro norte-americano Jesse Jackson.

O futuro presidente, de 60 anos, dirigiu durante 23 anos o movimento de libertação Swapo, que recorreu à luta armada para conquistar a independência da última colônia do continente africano, há 74 anos sob o domínio da África do Sul. Seu nome foi proposto à Assembleia Constituinte como representante da força política majoritária entre os sete

partidos que integram o Parlamento e não enfrentou nenhum outro postulante.

O mandato de Nujoma será de cinco anos, ao final do qual poderá disputar a reeleição uma vez, por um período idêntico, de acordo com a nova Constituição. O último obstáculo no caminho da Namíbia para sua independência foi superado em 9 de fevereiro, quando a Assembleia Constituinte aprovou por unanimidade a Carta Magna da nova república.

A eleição do presidente antes da proclamação da independência se deu por razões de protocolo: somente o chefe de Estado está investido da hierarquia necessária para convidar, outros presidentes para os festejos do nascimento da nação.

No dia de sua eleição, Nujoma disse que se tratava de um "passo gigantesco

para o final da prolongada, amarga e sangrenta luta do povo namibiano por sua independência". O dirigente declarou também que seu país tem agora "uma Constituição que representa o desejo e as aspirações do povo de ser dono de seu próprio destino".

Para o dirigente, "não se trata de um documento perfeito, mas sim de um resumo importante dos princípios, ideais e valores universalmente aclamados pelas sociedades democráticas". E acrescentou: "Esta lei suprema de nossa terra incorpora um capítulo de direitos fundamentais para proteger o indivíduo de um futuro abuso de poder dos órgãos do Estado".

Moses Kaijuonga, líder da Frente Patriótica da Namíbia (NPF), afirmou, por sua parte, que os acontecimentos da Namíbia "devem ter influenciado o processo político atual na África do Sul", onde se legalizaram as organizações de resistência ao *apartheid*.

Kaijuonga, que serviu de 1985 a 1989 ao governo interino na Namíbia nomeado pela África do Sul, afirmou que será o presidente da nova nação independente, Sam Nujoma, quem levará a maior carga sobre os ombros. "O senhor e sua administração devem dar o melhor exemplo de como proteger e defender esta Constituição e promover os valores, esperanças e aspirações que ela representa", disse Kaijuonga.

A bandeira sul-africana sairá da frente da casa do Administrador Geral e será substituída pelo novo pavilhão da Namíbia. A partir daí, começará uma nova época para a mais jovem nação africana.

## HAITI

## Cai Avril

Com um saldo de pelo menos vinte mortos, a rebelião popular no Haiti contra o general Prosper Avril conseguiu que o ditador deixasse o país em 12 de março passado. Avril tinha renunciado na véspera em favor do chefe do estado-maior do exército, general Hérard Abraham, que, por sua vez, passou o poder em 14 de março para a juíza Hertha Pascal-Trouillot.

A juíza é membro da Corte Suprema do Haiti e surgiu como nome de conciliação entre os oposicionistas e o regime quando se negociou a saída de Avril e a curta transição de Abraham. Aos 46 anos, Pascal-Trouillot se transformou na primeira mulher a governar o Haiti, que desde a queda de Jean-Claude Duvalier, o "Baby Doc", não tem encontrado a tão almejada estabilidade democrática (ver **terceiro mundo**, nº 128: "Em busca de uma alternativa").

Avril viajou para os Estados Unidos com apoio da força aérea desse país e lá deverá permanecer até receber asilo político em alguma outra nação.

A presidenta Pascal-Trouillot, designada pela coalizão Assembleia Unitária, formada por 12 partidos oposicionistas, encabeça um governo civil que vai convocar eleições livres dentro de poucos meses.

O líder oposicionista Louis Roy, de tendência conservadora, voltou ao Haiti e será um dos 19 membros do Conselho de Estado provisório.

COLÔMBIA

## Guerrilha depõe armas

Uma comissão internacional, da qual também participaram membros da Internacional Socialista (IS), supervisionou a deposição de armas do Movimento 19 de Abril (M-19), na Colômbia. A entrega das armas, em 9 de março, constava nos acordos assinados entre

Exército Popular de Libertação (EPL) e dois grupos menos importantes.

Muitos observadores se perguntam que futuro têm os ex-guerrilheiros que passam agora a atuar à luz do dia. Nos dois primeiros meses deste ano, segundo revelou um relatório oficial, morreram 885 pessoas de forma violenta.

A UP, uma coligação de esquerda que reúne ex-guerrilheiros, é a mais afetada pela violência dos es-



O comandante Carlos Pizarro, do M-19, ao depor as armas

o governo de Virgílio Barco e a direção do movimento guerrilheiro em dezembro do ano passado. A cerimônia teve por cenário o acampamento de Santo Domingo, no departamento de Cauca, sul do país, onde tinha sua sede o estado-maior do M-19 no último ano. Os ex-dirigentes guerrilheiros, já integrados à vida política do país, participaram das eleições municipais e legislativas de 11 de março.

Ainda restam cinco organizações armadas na Colômbia: as Forças Armadas Revolucionárias (Farc), o

quadrões da extrema-direita.

Essa violação flagrante do espírito dos acordos promovidos pelo governo de Virgílio Barco, tendentes a integrar os rebeldes à vida política, levou importantes dirigentes de todos os partidos a exigir garantias para a UP e a repudiar essa onda de atentados.

O mais recente massacre de dirigentes da UP ocorreu no departamento de Choco, no norte da Colômbia, onde no início de março foram assassinados seis membros da direção regional da UP.

CHILE

## Acaba a CNI

Pouco antes de passar o poder a Patricio Aylwin, o regime militar chileno decretou a dissolução da Central Nacional de Informações (CNI), a polícia secreta, que foi acusada de numerosas violações dos direitos humanos.

O senador democrata-cristão Máximo Pacheco, vice-presidente da Comissão Chilena de Direitos Humanos, aplaudiu a eliminação da CNI como um fato positivo, mas questionou a decisão de passar seus "direitos e obrigações" ao exército. A CNI, criada em 13 de agosto de 1977, substituiu a Direção de Inteligência Nacional (Dina), e parte do seu pessoal será transferido para o exército, e aqueles que não forem incluídos nessa arma terão direito a uma indenização.

Até hoje, qualquer informação relativa ao organis-

mo havia sido um segredo de Estado. As organizações de defesa dos direitos humanos calculam que a CNI tivesse cerca de 10 mil agentes fixos, além de uma vasta rede de informantes e colaboradores civis.

Os diretores da CNI e da Dina foram sempre altos oficiais do exército em serviço ativo, subordinados diretos de Pinochet, que ainda permanecerá no comando dessa arma no governo de Aylwin. A dissolução da central de inteligência coincide com uma polêmica desatada entre o regime militar e o novo governo em relação à subordinação dos comandantes militares ao futuro ministro da Defesa, Patricio Rojas, da Democracia Cristã, o partido de Aylwin. Os comandantes militares rejeitam sua subordinação ao poder civil.

A CNI foi um dos órgãos responsáveis pela repressão no Chile





Os tanques aderiram ao protesto renovador do povo romeno

**ROMÊNIA**

Como leitor e assinante, recebi, em agosto de 1989, o "Especial Romênia". Na ocasião, fiquei deveras encantado com tudo o que a revista informa sobre a Romênia e seu presidente Ceausescu (falecido ou assassinado há pouco). O que me leva a escrever foi a surpresa com o que realmente aconteceu lá. Confesso que estou de acordo com a perestroika de Gorbachev, mas, o que não dá para entender são as notícias de jornais e livros que sempre recebemos: tudo falso em relação ao que está sendo levado a público, mundialmente (ou quase tudo).

O que peço é que **terceiro mundo** esclareça, em artigo honesto, se os fatos atuais da Romênia são ou não verídicos. Mas, por favor, digam se os elogios e tudo o mais que o "Especial Romênia" anuncia é verdade. E por que o povo de lá exigiu a cabeça de Ceausescu e da esposa. Será que o povo foi injusto? Por que não foi julgado legalmente por um tribunal? Afinal, o que há em relação aos direitos do povo?

**Francisco Rodrigues Garcez Santos - SP**

**Nota da Redação:** A perplexidade expressa pelo leitor é a mesma que atingiu todos as pessoas que acompanham a vida do socialismo, particularmente aquelas que, de alguma forma, se envolvem com os ideais de mudança e progresso social. Uma interessante discussão sobre o assunto pode ser encontrada à p.48 desta edição, na entrevista que fizemos com um dos mais antigos e dos mais lúcidos combatentes do

socialismo, o ex-secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes. Mas, passando diretamente às respostas solicitadas pelo leitor, é preciso esclarecer, inicialmente, que o "Especial Romênia" foi apenas impresso e distribuído por nossa editora, pois seu conteúdo editorial - como ficou claramente identificado na edição - foi de exclusiva responsabilidade da embaixada romena no Brasil. Quanto à crise romena - e por extensão de todo o bloco soviético - reflete a emergência de modificações no sistema socialista, há muito requeridas e cuja necessidade sucessivas gerações de socialistas apontaram. Basta recordar a renhida luta ideológica travada já na época de Lênin, os debates dos anos 30, as inquietações dos anos 50, dos anos 60 e as mudanças que se podiam pressentir, já nos anos 70. Basta lembrar, somente nos últimos 35 anos, a ocorrência de episódios marcantes, como a cisão da China, os projetos renovadores de Imre Nagy (Hungria), a Primavera de Praga (Tchecoslováquia), a permanente inquietação polonesa, e a eclosão de uma figura contestadora como Nikita Krushev, que, até certo ponto, parece redivivo agora na ação de Mikhail Gorbachev. O projeto socialista de modo algum perde sua validade: a crise é de crescimento e renovação, isto é, trata-se de libertar o ideário socialista de pesos mortos que ele foi obrigado, por força das circunstâncias históricas, a assumir. Basta recordar, por exemplo, os condicionamentos provocados por circunstâncias de guerra direta ou por pressões reais externas, como a chamada Guerra Fria. Tais condicionamentos fixaram prioridades de sobrevivência, nem sempre acertadas: um dos erros foi o des-

prezo pela contribuição do pensamento mais avançado. Quantos dos melhores socialistas foram alijados, por defenderem posições e políticas que eram identificadas como perigosas para a sobrevivência do sistema ante a ameaça externa. Um dos casos mais conhecidos é o do físico Andrei Sakharov, recentemente falecido: amargou por muitos anos o confinamento, mas veio a morrer reconhecido, inclusive como deputado da URSS, cargo para o qual fora eleito no início de 1989. A síndrome do cerco, ao fixar limites mínimos para a elocubração filosófica, cerceou uma das mais importantes metas do socialismo, que é a liberdade humana. São estes aspectos humanistas do ideário socialista que a onda renovadora liberada pela perestroika pretende resgatar. Os 73 anos de socialismo alcançaram grandes metas sociais e econômicas, o que prova o estatuto de superpotência reconhecido à União Soviética. No entanto, é inegável que o próprio progresso proporcionado pelo socialismo exigia há muito modificações nos aspectos políticos de que se tinham revestido os regimes do Leste Europeu: as sociedades industriais construídas pelo socialismo reclamavam encontrar-se com formas políticas adequadas a esse desenvolvimento. Em suma, as sociedades que "cresceram" não se adequavam mais ao tratamento paternalista que recebiam, representado pelo excessivo centralismo, que gerava sufocante burocracia, fator definido por si mesmo como ineficiente, caro e em geral com pouco senso social. Esta é a luta que se trava, cujo conteúdo a imprensa ocidental, naturalmente, procura esconder, ao mesmo tempo em que alardeia uma propaganda anti-socialista.

**INFORMAÇÃO**

A revista **terceiro mundo** é esperada com expectativa e a leio do início ao fim, para usá-la em debates que ocorrem em minha faculdade. Meus amigos estão começando a gostar da revista, que denuncia as injustiças que o povo vem sofrendo, suas lutas, conquistas e vitórias. Gostaria de parabenizar a todos os que compõem a equipe dessa conceituada revista, que retrata a reali-

dade, não distorcendo as notícias, como em geral acontece com a imprensa.

**Lúcia Helena Briski Young Curitiba - Paraná**

**LESTE EUROPEU**

Mais uma vez o capitalismo, através dos meios de comunicação, toma o superficial como arma, para rebaixar a nossos olhos um sistema totalmente oposto a ele e que se volta, em sua plenitude, para a sociedade. O socialismo é hoje mais uma vez vitimado, pois estão dizendo que os povos do Leste Europeu estão fugindo dele; na verdade, o que ocorre lá não é a fuga do socialismo, mas a inevitável revolução política que tem como finalidade o aperfeiçoamento do mesmo, a partir da derrubada da burocracia. Esta, a burocracia, é o grande erro do socialismo. A burocracia é constituída de dirigentes que esqueceram, ao colocar em prática tal sistema, que todo homem é livre.



**O Muro de Berlim é passado**

Eles rasgam das bandeiras a foice e o martelo, pois os mesmos simbolizaram a opressão a que os submeteu a burocracia, e não por quererem abandonar o socialismo. É friso, ainda, que a revolução política do bloco socialista só tende a acontecer a partir das inúmeras conquistas sociais, ino sive a da cultura, que, dando conscientização ao povo, simultaneamente o arma para conseguir derrocar a dita burocracia e ser, enfim, países governados pelo povo, o que coincidirá com a tese exposta em suas constituições e que fala em ditadura do proletariado e não em ditadura da burocracia, ou seja, dos privilegiados.

**Josenildo Pereira Novais Americanópolis - S. Paulo**



Angola: mensagem de amizade

## AMIZADE

Ao começar esta missiva, desejo a todos os que dão seu contributo, para que **terceiro mundo** saia e chegue até nós, os votos de sucesso nos seus afazeres diários.

Escrevo para vocês, porque quero que façam chegar ao povo do Brasil a nossa amizade, o calor deste povo irmão de Angola. Quero que vocês estreitem cada vez mais os nossos laços de amizade e fraternidade. Gostaria de corresponder-me com pessoas de todas as idades e pontos do Brasil.

**Manuel Júlio António**  
CPN 769 - Luanda - Angola

## SOLIDARIEDADE

Quero parabenizá-los pela alta qualidade desta revista, que hoje é um dos poucos meios que temos de conseguir informação segura sobre o que se passa no restante do mundo, visto que os grandes veículos de informação monopolizam e manipulam as notícias.

É pelo alcance que tem esta revista e pela qualidade de seus leitores que eu gostaria de ter o meu nome incluído na seção "Intercâmbio", para manter contatos com pessoas de diferentes países, que, como eu, se interessam em saber o que realmente acontece.

**Anita Silva Ramos**  
R. Messias da Silva Ramos, 172  
09450 - Vila Figueiredo  
Rio Grande da Serra - SP

Esta seção tem o objetivo de aproximar entre si os leitores de **terceiro mundo**, facilitando a troca de correspondência, postais, discos, selos, etc., tornando possível o conhecimento de pessoas que lêem nossas edições em português, espanhol e inglês. Escreva para nossa sede - Rua da Glória, 122 Gr.105, Cep 20241, Rio de Janeiro - enviando nome e endereço completos, solicitando a inclusão de seu nome nesta seção.

- **Estevão José Maria**  
Caixa Postal n. 1044  
Lobito - Rep. Pop. Angola
- **Marcos Alexandre Faganello da Silva**  
Rua Senador Nabuco,  
30 apt. 201  
24030 - Niterói-RJ  
Brasil
- **Tony Alexandre**  
Caixa Postal, 3734  
Luanda - Angola
- **Wilson Rocha Poeta**  
Caixa Postal, 325  
17400 - Garça - SP  
Brasil
- **Murilo Jorge P.G. Filho**  
Caixa Postal 593  
57000 - Maceió - AL  
Brasil
- **Antônio Eduardo Zambua**  
Caixa Postal 18442  
Luanda - Angola
- **Orivaldo Guimarães de Paula Filho**  
Caixa Postal 1719  
14001 - Ribeirão Preto - SP  
Brasil
- **Elisabeth Megumi Higuchi**  
Caixa Postal n. 68  
86010 - Londrina - PR  
Brasil
- **José Petrócio Macedo da Silva**  
Caixa Postal 195  
57300 Arapiraca - AL  
Brasil
- **Gino da França**  
Caixa Postal n. 13199  
São Paulo  
Rep. Pop. de Angola
- **Rodrigues G. Dragão**  
Gaky 153 / E 24, A  
Azccp-CCCP  
URSS
- **Ana Joaquina Manico "Quina"**  
Caixa Postal 2992 - Induve  
Wanda - Angola
- **Teodora Teresa**  
Caixa Postal 10588  
Luanda - Angola
- **Germano Filho**  
Rua Itapetinga, 1546  
31.150 - Belo Horizonte - MG  
Brasil

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

**Diretor Geral:** Nelva Moreira  
**Diretor Geral Adjunto:** Pablo Placentini  
**Editora:** Beatriz Bissio  
**Sub-editores:** Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

**Conselho Editorial Internacional:** Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

**Redação Permanente:** Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bordini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

**Correspondentes:** Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arias Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

**Colaboradores:** Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Pogner (Brasil), Ash Narai Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Néfiez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selser (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbert de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mía Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Phillip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamín (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

**Departamento de Arte:** Pedro Toste (editor).  
**Diagramadores:** Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria.  
**Acompanhamento Gráfico:** Adérito Gusmão, Centro de Documentação: Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira Bastos, Yara Alexandrino R. C. Menezes. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Composição e Digitação:** Luzia A. Neiva e Lido Marinho P. Luna. **Secretária de Redação:** Jozira Salgado Santos. **Revisão:** Cléa Márcia Soares. **Administração:** Henrique Menezes. **Comercial:** Rafael Peres B. Filho. **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes - Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 - Tel. Assinaturas: 252-7440.

## EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:**  
**Diretor:** Nelva Moreira/**Editores:** Procópio Mineiro e Claudia Neiva. **Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

**Sede de Lisboa:**  
**Diretor:** Artur Baptista  
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1.200  
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**  
**Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul**  
**Diretor:** Roberto Bissio  
**Assinaturas:** A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461 / Tel.: 49-61-92 Montevideo, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Berriel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

**Distribuição na Argentina (em livrarias):** Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina

• **Edição em Inglês:**  
**Editor:** Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo/**Assinaturas e Circulação Externa:** Andréa Moutinho da Costa Santos.  
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels. 222-1370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR  
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ita-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Agence France Press (AFP).

# Uma vitória que demorou 27 anos



Mandela, símbolo da luta anti-apartheid, conquista sua liberdade

A forte liderança de Nelson Mandela é a chave para a unificação do amplo espectro de forças políticas que converge na luta anti-"apartheid" e que agora negociará com De Klerk o perfil da África do Sul da década de 90

*Paul Bernetel\**



De Klerk: o mérito do realismo



**A**nunciada como iminente várias vezes e outras tantas adiada; cancelada por razões não muito claras e finalmente consumada, a libertação de Nelson Mandela deixou o mundo em suspense durante seis meses. A tal ponto que a repercussão do fato em si foi bem menor do que os percalços anteriores, como se tratasse de um processo cujo final já tivesse sido anunciado.

No entanto, só quem não conhece bem a complexidade do problema sul-africano pode dar pouca importância à libertação de Mandela.

Talvez alguns militantes desejassem um desenlace mais espetacular, uma vitória total, com a imediata tomada do poder pela maioria negra. Não foi o que aconteceu, simplesmente porque não poderia ter sido assim.

Branco e negro na África do Sul, como muitos militantes do Terceiro Mundo no exterior, devem render-se às evidências. A reconquista da liberdade de Mandela não se deveu a uma derrota da minoria branca que está no poder na África do Sul.

Apesar de afetado em suas bases e convicções, submetido à pressão mundial e desafiado pela maioria negra do país, o regime do *apartheid* não está moribundo. Ainda pode resistir, apelando não só a uma maior repressão, como valendo-se também da força política do Congresso Nacional Africano (CNA) e de sua virtual impossibilidade de tomar o poder pela força.

A vitória que conduziu à libertação de Nelson Mandela foi possível pela atitude de dois homens. Primeiro, a do próprio Mandela, o prisioneiro político mais célebre e mais antigo do mundo, que com determinação e coragem soube esperar 27 anos por sua libertação. A outra, com menos mérito, foi a atitude do presidente Frederic De Klerk.

O fato não pode ser encarado como a vitória da moral, nem do bem sobre o

mal. De Klerk é um produto do *apartheid*. Mas se pode dizer que se tratou da vitória do realismo sobre a aventura, da evolução controlada de um processo irreversível sobre o caos.

Em princípio, nenhum dos dois dirigentes cedeu no essencial. É verdade que De Klerk decidiu libertar Mandela, mas foi o líder negro quem escolheu as condições, a hora e o dia de sua liberdade.

**Resultado imprevisível** – Com esse fato, uma página foi virada. Mas a prova de-



**Branco liberais festejaram também a libertação de Mandela**

cisiva vai chegar quando as forças anti-*apartheid*, recentemente legalizadas, começarem a negociar com as autoridades sul-africanas o futuro do país. O resultado destas conversações é por hora imprevisível. Só se sabe que serão longas e difíceis. E o risco de conduzir os acordos por um caminho equivocado será permanente para ambos.

O otimismo deve ser manifestado com cautela. O conjunto de leis e princípios sobre os quais está erguido o sistema do *apartheid* – que hierarquiza a separação dos diferentes componentes

étnicos do país – está condenado a curto prazo. Mas a segregação racial ainda está presente. Nem as medidas mais progressistas, que tentam amenizar as aberrações mais odiosas, podem mudar a realidade e o estado atual das coisas.

Quanto ao futuro, Nelson Mandela e De Klerk utilizam ainda uma linguagem paralela, embora as diferenças de tom sejam bem acentuadas. Para Nelson Mandela, o futuro da África do Sul compreenderá “um mesmo país para todas as raças e todos os indivíduos”. Para De Klerk, “é preciso construir uma África do Sul baseada na igualdade perante a lei”.

Houve quem pensasse que o presidente sul-africano ia anunciar medidas que desmantelassem progressivamente o *apartheid*. Não o fez. Avançou com iniciativas no plano político, das quais a de maior impacto foi a libertação de Nelson Mandela. Foi como se, em vista da grandiosidade da tarefa que tem diante de si, se deseja realmente acabar com o *apartheid*, e dados os sacrifícios que ela imporá a ambas as partes – brancos e negros da África do Sul –, De Klerk quisesse associar Nelson Mandela a este enorme trabalho, diante do mundo e da história.

Neste sentido, o comportamento de De Klerk pode ser comparado ao de Mikhail Gorbachev na União Soviética, pela forma como combate o sistema, às vezes de frente, outras contornando-o, apresentando os fatos já consumados à opinião pública. Mandela compreendeu esta estratégia e decidiu colaborar com ela, assumindo uma responsabilidade histórica.

**Impaciência na população negra** – Em Soweto ou em Crossroads – os bairros negros da capital sul-africana – reina a impaciência. A euforia suscitada pela libertação de Mandela não vai durar muito. De seu enorme prestígio dependerá o controle do mosaico de movi-



Sisulu (centro) com membros do Inkhata: tentando acabar as rivalidades tribais

mentos anti-apartheid e também a interrupção das disputas tribais em certas regiões, como a província de Natal, onde a população negra se enfrenta (cada vez mais violentamente) há alguns meses.

Nelson Mandela tem no movimento que ajudou a fundar, o Congresso Nacional Africano (CNA), uma força teoricamente homogênea e organizada. Mas,

após 27 anos existe uma coesão total dentro do movimento? Por outro lado, entre os grupos zulus de Gatsha Buthelezi<sup>1</sup>, Nelson Mandela desfruta apenas de algum prestígio. Buthelezi é uma espécie de "Savimbi sul-africano", que sempre se manteve à margem do combate contra o apartheid.

Além do mais, tanto Mandela quanto De Klerk devem saber lidar com liberais

e conservadores; com radicais e entreguistas. As dificuldades que devem enfrentar são consideráveis e a saída é incerta. Esta realidade já existe há bastante tempo e o que muitos se perguntam neste momento é por que esperaram 27 anos para libertar Mandela.

A resposta está fora das fronteiras da África do Sul. É que o mundo mudou. Vivemos o momento da aproximação Leste-Oeste. Os soviéticos se desvinculam de muitos processos na África e o boicote praticado pelas principais potências ocidentais contra o regime de minoria branca na África do Sul consegue dobrar a resistência "afrikaner"<sup>2</sup>. De Klerk, partindo desta constatação, apostou numa mudança de posição, ajudado pelo extraordinário senso político de Nelson Mandela. A África do Sul está madura para resolver por si mesma

## Trinta anos de luta política

Vejam os fatos a seguir uma breve cronologia dos principais fatos políticos na segunda metade do século, na África do Sul:

**Início de 1960:** Ilegalização do Congresso Nacional Africano (CNA ou ANC, em sua sigla inglesa, mais difundida no mundo). Detenção de 1.800 opositores, sendo o mais célebre deles Nelson Mandela. Libertado pouco depois, Mandela passa à clandestinidade e deixa o país, convencido da ineficácia da luta no plano político.

**Agosto de 1962:** Nelson Mandela volta à África do Sul após vários meses no exterior. É preso e condenado a cinco anos de prisão por ter saído ilegalmente do país.

**1963:** A polícia prende o estado-maior do Congresso Nacional Africano na clandestinidade e apreende documentos que geram um novo processo, por sabotagem e complô, contra Mandela.

**Junho de 1964:** Nelson Mandela e sete dirigentes do Congresso Nacional Africano são condenados à prisão perpétua.

**1982:** Após 18 anos na prisão da ilha de Robben, perto da Cidade do Cabo, Mandela é transferido para a prisão de alta segurança de Pollsmoor (nos arredores da mesma cidade).

**Janeiro de 1985:** Pieter Botha, presidente da África do Sul, propõe a Mandela libertá-lo se este renunciar à luta armada. Mandela recusa a oferta e permanece na prisão.

**Novembro de 1987:** Pieter Botha liberta Gavon Mbeki, um dos sete companheiros de Mandela.

**Agosto de 1988:** Nelson Mandela é hospitalizado com tuberculose.

**Outubro de 1988:** Mandela é transferido, sob forte segurança, para uma clínica particular e, mais tarde, instalado numa casa nos arredores da Cidade do Cabo, onde é autorizado a receber a visita de personalidades políticas.

**Julho de 1989:** Nelson Mandela é recebido por Pieter Botha, que já havia deixado a presidência. É desmentida uma versão sobre sua libertação.

**15 de outubro de 1989:** O novo presidente da África do Sul, Frederick De Klerk, liberta os outros seis companheiros de prisão de Nelson Mandela.

**13 de dezembro de 1989:** O dirigente máximo do CNA mantém um encontro com o presidente De Klerk.

**8 de janeiro de 1990:** Winnie Mandela, esposa do líder detido, anuncia que Mandela será libertado em breve.

**23 de janeiro de 1990:** O Ministério da Justiça anuncia que a libertação de Mandela é iminente.

**27 de janeiro de 1990:** Winnie Mandela diz que há dificuldades momentâneas que impedem a libertação de seu marido.

**2 de fevereiro de 1990:** De Klerk legaliza o Congresso Nacional Africano e diversos outros grupos de oposição.

**8 de fevereiro de 1990:** O ministro do Interior anuncia que as medidas de segurança retardam a libertação de Mandela.

**9 de fevereiro de 1990:** O líder histórico do CNA se reencontra com dois dirigentes dos mais importantes grupos anti-apartheid.

**10 de fevereiro de 1990:** De Klerk anuncia a libertação de Nelson Mandela para 11 de fevereiro.

**11 de fevereiro de 1990:** Nelson Mandela é libertado às 14 horas (GMT).

seus problemas internos, pois já não é mais um ponto estratégico no conflito Leste-Oeste.

O trabalho que deve ser realizado daqui para frente é enorme. O futuro diálogo entre os detentores do poder racista e fascista do *apartheid* com o dirigente que durante tantos anos qualificaram de "terrorista", e que hoje se converteu na esperança de uma solução pacífica será, sem dúvida, algo fascinante.

A história do mundo está sendo reescrita diante de nossos olhos. O desconhecido, aqui como em qualquer outra parte, é sempre temido. Mas quem teria pensado, há alguns meses apenas, que também na África do Sul as coisas já não seriam mais como antes?

**O apartheid nos anos 90** – Quando saiu da prisão, Nelson Mandela encontrou um *apartheid* ligeiramente modificado, se comparado ao que era o regime racista em 1962. Antes de ser detido, Mandela, como qualquer outro cidadão negro naquela época, não tinha o direito de entrar numa biblioteca,

num parque ou numa piscina, porque estes lugares estavam reservados exclusivamente aos brancos. As melhores praias do país lhe eram proibidas e os sindicatos estavam ilegalizados, como também os casamentos mistos. Os chamados *pass* – passaportes internos que faziam dos negros sul-africanos estrangeiros em seu próprio país – eram obrigatórios. Desde 1985 estas proibições, qualificadas de *petty apartheid* ("segregação menor") foram teoricamente suprimidas.

Mas os fundamentos do sistema que se baseiam na separação de raças continua em vigor. Assim sendo, é praticamente impossível para um negro morar fora das chamadas "zonas cinzas". A lei de áreas grupais (Group Areas Act), que estabelece a segregação habitacional, continua vigoran-



Protesto da extrema-direita branca contra a atenuação do regime de apartheid

do, embora o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Gerrit Viljoen – encarregado de elaborar as novas bases da regulamentação para as áreas residenciais –, prometa com frequência sua revisão.

Mas sendo os conflitos raciais, por definição, conflitos de classe, a solução legal a ser encontrada não permitirá por si só uma rápida evolução neste aspecto.

As escolas permanecem separadas:

## Manter as sanções econômicas

As sanções adotadas contra a África do Sul pela comunidade internacional, em 1985 e 1986, foram eficazes sobretudo por seu efeito não-premeditado: a fuga de capital estrangeiro.

O intercâmbio comercial da África do Sul com o resto do mundo não foi realmente afetado pelo embargo. Os produtos sul-africanos atingidos pelo boicote – ferro, aço e ouro – são encontrados sem restrições nos principais mercados do mundo.

A fuga de capital, ao contrário, apesar de não ter sido imposta pela comunidade internacional, trouxe diversos problemas: 12 bilhões de dólares foram retirados da África do Sul desde

1985 e a metade das 1.121 empresas estrangeiras abandonaram o país. Segundo um estudo publicado pelo jornal francês *Le Monde* e realizado pelo Trust Bank, um dos principais bancos da África do Sul, a renda per capita diminuiu 15% devido às sanções e à fuga de capital.

O mesmo estudo calcula que os empréstimos cancelados e as taxas de juros mais elevadas que o país teve que pagar (14 bilhões de dólares), somados ao embargo comercial e ao corte nos investimentos, provocaram uma perda de 40 bilhões de rands em cinco anos (cerca de 18 bilhões de dólares).

Estas cifras atestam a efi-

cácia do boicote e explicam os problemas que o embargo trouxe para a economia sul-africana, apesar dos desmentidos de Margaret Thatcher e de alguns políticos conservadores ocidentais.

A decisão de George Bush e da maioria dos países da Comunidade Econômica Européia (CEE) de manter as sanções enquanto mudanças significativas não forem feitas para acabar com o *apartheid*, é bastante positiva. Mais ainda se se levar em conta que o próprio Nelson Mandela tinha pedido aos países ocidentais que mantivessem o embargo econômico contra seu país para acelerar o processo em curso.

## A verdadeira face dos bantustões

Os bantustões sul-africanos são subdivisões políticas do território, segregadas de forma artificial, destinadas por lei a servir de residência para a maioria negra que vive na África do Sul, sob o sistema do *apartheid*. Estendem-se ao longo de um território equivalente a 13% do total do país e devem abrigar 72% de sua população. O regime de Pretória declarou "Estados independentes" a quatro deles. Dessa forma, suprimiu a nacionalidade sul-africana a oito milhões de pessoas.

Antes das mudanças impulsionadas pelos setores mais lúcidos da minoria branca, o regime racista pretendia declarar independentes dez bantustões para converter por decreto todos os negros em estrangeiros dentro do seu próprio país. Nenhum país do mundo reconheceu os bantustões como Estados independentes.

O problema da ocupação de terras sempre constituiu um item central da história deste país, marcada pela exploração racial que a minoria branca realiza em prejuízo dos negros. O sistema básico, chamado de "reservas nativas" – nome original dos bantustões – foi fundado muito antes do Partido Nacionalista chegar ao poder em 1948, sob o sistema do *apartheid*.

A ocupação de terras pelos brancos foi legitimada por uma lei de 1913 e outra de 1936, pela qual se estabeleceu que os negros ("africanos") não poderiam ocupar de forma alguma mais de 13% de todo o território. Fora dessas áreas, a compra de terras por parte dos negros foi proclamada ilegal. Originalmente, se criaram 100 subdivisões territoriais para serem habitadas pelos negros, que depois foram reduzidas para 36. Nestes territórios em 1959 começaram a ser construídos dez bantustões, onde atualmente vivem 10 milhões dos 27 milhões dos negros do país.

**"Imigrantes" no seu país** – A privação dos direitos políticos à maioria negra é justificada pelos racistas dizendo que eles serão reconhecidos nos bantustões.

Enquanto os homens "emigram" para a África do Sul a fim de vender sua força de trabalho, as mulheres, as crianças e os mais velhos ficam nos bantustões, sobrevivendo com a pouca ajuda que recebem de seus familiares e, às vezes, ajudando-se com cultivos agrícolas de subsistência.

Aos "imigrantes" não é permitido sair em busca de trabalho fora dos bantustões. São os empregadores que solicitam a um departamento Central de Trabalho que, por sua vez, sai à procura dos operários que lhe são pedidos. O dano que causam às famílias que vivem sob essas condições é incalculável. Cada um desses trabalhadores – para o governo e os empresários – representa meramente uma "unidade laboral".

**Os novos ventos** – Porém, as reformas promovidas pelo presidente De Klerk já estariam se fazendo sentir também nos bantustões. No início de março, militares simpáticos ao Congresso Nacional Africano depuseram Lennox Sebe, presidente do bantustão de Ciskei, criando um preocupante precedente para o regime de Pretória. Em uma atitude de inusitada independência, uma das primeiras medidas do líder do golpe de estado, brigadeiro Oupa Gqozo, foi libertar 500 presos políticos, muitos deles filiados à FDU.

A reação inicial do governo sul-africano foi de cautela. Pretória decidiu enviar tropas a Ciskei, mas fez questão de enfatizar, através de uma declaração do chanceler Roelof "Pik" Botha, que se destinavam apenas a "restabelecer a ordem" e que ainda "estava em estudo o reconhecimento do novo regime".

brancos, negros, asiáticos e mestiços não podem frequentar os mesmos colégios. Neste ponto, não há nenhuma evolução há 30 anos. Existe um professor para 50 alunos nos bairros negros e um para 14 nos bairros brancos. De fato, a educação será um dos bastiões mais importantes a serem derrubados. Dar aos negros as mesmas chances de estudo que aos brancos, teria, segundo as autoridades políticas, "efeitos negativos" para a estabilidade do país. Não podemos afirmar que o presidente De Klerk, ainda hoje, não pensa da mesma maneira.

**Fazendo milagres** – Mas algo fundamental mudou: Nelson Mandela está livre. O povo sul-africano aguarda o futuro, com esperança. Uma esperança que vem da força do carisma de Mandela. Prolongar sua prisão, voluntariamente, durante 27 anos, para obter o que nem as manifestações de rua, nem as pressões internacionais puderam conseguir, dá a este herói africano uma dimensão de um "fazedor de milagres".

De fato, algumas conquistas de Mandela podem ser qualificadas de milagres: as forças da resistência, antes banidas, proibidas ou exiladas, reconquistaram agora seu direito a uma vida legal. Os extremistas brancos, petrificados, estão na expectativa. Chegou a hora de apostar no futuro.

O futuro imediato depende destas forças, de sua vontade de atuar em conjunto. Depende também da capacidade de Mandela e De Klerk para neutralizar os extremistas e os integristas.

Quais são, na realidade, estas forças

**Gatsha Buthelezi, líder da etnia zulu**



e o que representam?

O movimento anti-*apartheid* tem seu representante mais expressivo no Congresso Nacional Africano (CNA), um movimento político que estava na clandestinidade até a libertação de Mandela, mas bem implantado no país e que conta com uma facção militar "A Lança da Nação". A ala militar está composta por 10 mil homens e foi fundada depois da decisão do CNA de recorrer à luta armada.

Mandela já não conhece mais os líderes do Congresso Nacional Africano, a maior parte dos quais membros do Partido Comunista Sul-Africano. Porém, eles o têm como chefe histórico, o que é compreensível, pois o tempo em que passou na prisão fez de Mandela um dos presos políticos mais prestigiados do mundo e o transformou no líder mais popular entre os negros sul-africanos.

Nelson Mandela deverá reforçar sua autoridade junto ao CNA e seu braço armado, conservando porém uma total independência, indispensável para poder se manter acima das disputas entre clãs ou gerações.

**Terminar a luta fratricida** – Um dos seus principais e mais imediatos desafios é terminar com a mencionada luta fratricida na província de Natal, entre os adeptos de seu partido e os membros da organização zulu Inkatha. Mandela deverá agir como um reunificador e terá que renovar o diálogo com o líder zulu Gatsha Buthelezi, sem ao mesmo tempo decepcionar seus partidários.

Outro desafio, que não será dos mais fáceis, é unificar sob um mesmo comando as forças agrupadas no CNA – cujos dirigentes máximos ainda estão exilados e regressando pouco ao pouco ao país – e as da Frente Democrática Unida (FDU), um movimento de oposição que atua basicamente dentro da África do Sul, com uma forte influência religiosa.

Illegalizado em 1983 e permitido mais tarde, reúne 750 organizações anti-*apartheid*. A FDU expulsou de suas fileiras Winnie Mandela, acusando-a de corrupção e diversos escândalos (ver quadro).

Composto por personalidades negras



Winnie, com Mandela e o neto de ambos, após a libertação de seu marido

## Winnie: a esposa fiel e controvertida

Foi o atual presidente do ANC, Oliver Tambo, quem apresentou Winnie a seu esposo, Nelson Mandela. Naquela época, Winnie era uma jovem assistente social nascida no Transkei e logo se apaixonou por este advogado negro e contestador. Na época, Nelson Mandela já estava completamente comprometido com a luta política e, sem muito tempo para lhe fazer a corte, pediu-lhe depois de um jantar que escolhesse o vestido de noiva. Mulher de personalidade, Winnie aceitou a proposta.

"Ele já pertencia ao povo", diz Winnie. Ela confessa que se fosse contar todo o tempo que viveu com seu marido, não chegaria a seis meses, em períodos alternados. Apesar disso, teve com Mandela duas filhas.

Empregada em um hospital do bairro de Soweto, em pouco tempo Winnie se tornou uma militante anti-*apartheid*, e foi vítima frequente da perseguição policial.

Em 1977, é banida e exilada numa pequena cidade a 350km de Joanesburgo. Delegacias, prisões, libertações se sucedem. No final de 1985, decide, mesmo sem autorização, voltar a Soweto. Depois de vários processos, consegue o direito de permanecer neste local.

Winnie está com 52 anos e goza de uma liberdade de palavra e ação que utiliza sem inibições. A tal ponto que começa a incomodar o movimento de resistência. A construção de uma luxuosa casa em Soweto, no centro deste bairro miserável, aliado a uma vida que alguns consideram excessivamente ostentosa, a tornaram alvo de críticas. O escândalo provocado por um grupo de jovens denominados "Mandela Football Club"<sup>1</sup> aumentou ainda mais seus problemas.(P.B.)

<sup>1</sup> Os guarda-costas de Winnie, integrantes do "Mandela Football Club", foram acusados de assassinar um jovem negro que eles consideravam delator, mas a família afirma que o rapaz era um militante anti-*apartheid*.

e brancas de destaque, este movimento não parece interessado em se integrar ao CNA. A doença do atual presidente Oliver Tambo, homem aberto ao diálogo mas que se tornou ineficiente, pode ajudar Mandela neste trabalho de reunificação<sup>3</sup>.

É preciso também convencer os grandes rivais do CNA, entre eles o Congresso Panafricano (Panafrikan Congress) e seus elementos mais radicais - o Movimento da Consciência Negra - a se integrar ao conjunto do movimento anti-apartheid. Essa unidade é vital para enfrentar melhor as negociações com o poder branco, sem dar-lhes a vantagem de dialogar com um interlocutor com divisões internas.

**Terrorismo branco** - O sucesso desta "operação de reunificação" de Nelson Mandela é muito importante, principalmente levando em conta que existem grupos paramilitares de extremistas brancos, de todas as tendências, totalmente hostis à evolução atual do movimento negro. E, tal como ocorreu na



Às novas gerações caberá a tarefa de pôr fim a séculos de discriminação

Argélia no passado, eles estão prontos, a iniciar um terrorismo branco. Os esquadrões da morte formados por policiais brancos já começaram a agir nos últimos anos, executando líderes negros ou brancos anti-apartheid.

Mas eles não estão sozinhos. Os elementos mais radicais do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), não tardaram a se manifestar. Com os uniformes e as bandeiras semelhantes aos dos nazistas, eles começam a se fazer notar, reclamando, ao mesmo tempo, o enforcamento de Mandela e a libertação de Barend, um assassino louco que matou friamente nove ne-

gros diante do correio central de Pretória.

Esses representantes desesperados da suposta supremacia branca, caricaturas de uma época já passada, são certamente minoritários. Recrutados em geral entre os brancos mais humildes, como motoristas de ônibus, operários etc., eles terminarão se constituindo em um problema para o presidente De Klerk, se este não conseguir canalizar as negociações de

forma construtiva e o caos se instalar na África do Sul.

A comunidade negra está interessada em acabar com suas divisões internas e se unir sob a autoridade de Mandela, conservando, porém, suas próprias características. Esta é a única forma de negociar com força e, paradoxalmente, de aumentar e fortalecer, em volta do ex-adversário De Klerk, a presença dos conservadores conscientes da inevitabilidade das mudanças.

Esta aposta no futuro é uma nova prova para Nelson Mandela. ●



A libertação de Mandela foi comemorada em todo o mundo (na foto, Zâmbia)

\* Paul Bernetei é um jornalista francês, originário da Martinica, que viveu muitos anos na África. Entre outras funções, trabalhou como editor da revista "Jeune Afrique". Depois de permanecer por longo tempo na África do Sul, publicou o livro "As crianças de Soweto", traduzido em várias línguas. Radicado momentaneamente no Brasil, é atualmente colaborador de *tercer mundo*.

<sup>1</sup> Embora a história oficial da África do Sul (e de todo o continente africano) minimize a resistência da população negra ao avanço do colonialismo europeu, ela foi extremamente forte e bem organizada. Isso é particularmente válido no caso da etnia dos zulus, que bloquearam durante 50 anos o avanço dos holandeses em direção ao norte, liderados pelo jovem guerreiro Shaka, um verdadeiro gênio da estratégia militar.

<sup>2</sup> Em 1688, cerca de 600 "boers" (agricultores) holandeses se instalavam na região onde hoje está a Cidade do Cabo, na África do Sul. Em meados do século XVIII, os descendentes desses antigos colonizadores passaram a se denominar "afrikaners" para diferenciar-se de outros europeus chegados posteriormente, em particular dos ingleses, com os quais travaram várias guerras. (Para mais informação, ver o *Guia do Terceiro Mundo*.)

<sup>3</sup> Em uma reunião do Congresso Nacional Africano realizada em Lusaka, Zâmbia, em fins de fevereiro, Nelson Mandela foi eleito vice-presidente do CNA (embora tenham lhe oferecido a presidência, ele não aceitou tomar o lugar de Oliver Tambo).

# No rumo das reformas

O plano de saneamento da economia, que já entrou no seu terceiro ano, deve se completar com uma abertura no plano político. É o que acreditam alguns setores intelectuais do país

Emanuel Catumbela

**B**em no tom dos ventos atuais, Angola vive também o seu momento de reformas políticas e econômicas, que, dependendo da profundidade que venham atingir, poderão mudar o rumo do país. As primeiras reformas vieram no campo da economia, bastante afetada em consequência da guerra e da desorganização da gestão e da administração.

Para que não haja dúvidas quanto às suas motivações e objetivos, os governantes angolanos – a começar pelo próprio presidente José Eduardo dos Santos – tem frisado que o processo de reformas no país teve início muito antes da *perestroika* de Gorbachev, com a reorientação da linha política e econômica durante o II Congresso do MPLA-Partido do Trabalho, realizado em 1985 (ver *terceiro mundo* nº 86: "Um Congresso renovador").

De fato, em 1985, após um rigoroso diagnóstico da situação econômica e social de Angola, o II Congresso do partido de governo optou por uma substan-

cial revisão da política econômica até então seguida e que era marcada por muitos dos vícios que caracterizaram a estagnação no Leste Europeu.

Mesmo podendo se considerar o ano de 1985 como o do início das reformas, na prática as mesmas só viriam a se concretizar a partir de 1988, ano em que Angola viveu a primeira experiência do programa de Saneamento Econômico e Financeiro (SEF), o eixo das mudanças. Este programa, inicialmente previsto para durar três anos, visa fundamentalmente a estabilizar os principais instrumentos de direção da economia para dar início ao processo de recuperação.

**Mudanças no plano político** – Na altura em que as reformas não passavam de cogitações teóricas, já se escutavam diversas vozes que reclamavam a extensão dessas mudanças ao plano político. No entanto, as mesmas foram abafadas pela timidez na abordagem da questão, como frisaram



A revitalização da economia é uma das metas do governo do presidente Dos Santos

muitos setores liberalizantes da intelectualidade.

Porém, se levarmos em conta que a guerra e as fortes pressões externas que sofre Angola inibem as mudanças, comprovaremos que mesmo nessas condições adversas há sinais de abertura política na vida nacional.

Na questão da paz, por exemplo, é necessário assinalar os passos já dados desde a assinatura dos Acordos de Nova Iorque, em 22 de dezembro de 1988, para a solução do conflito no sudoeste da África. Uma das concessões do governo foi conversar com a Unita.

Mas no campo econômico, o plano de Saneamento Econômico e Financeiro mostra resultados que se limitam somente ao campo do Poder Legislativo.

Alguns efeitos, porém, já se fazem sentir no mercado paralelo, onde tem surgido abundante e diversa gama de produtos tradicionalmente em falta. Reflete-se assim a tendência liberalizante das medidas econômicas adotadas.

**O problema da Unita** – No plano político, as boas intenções esbarram na falta de solução para o problema da Unita. O governo angolano tem se esforçado para vencer a oposição norte-americana ao seu plano de paz, cujos princípios foram enriquecidos depois do Acordo de Gbadolite, firmado em junho de 1989.

A Casa Branca, que apóia firmemente a Unita, decidiu introduzir modificações à proposta angolana e, mesmo assim, ainda não concordou com ela. Enquanto isso, nos meios intelectualizados e nas classes médias urbanas de Angola, onde o MPLA tem suas raízes, acentua-se a vontade de abertura.

Há quem diga que os Estados Unidos estão jogando com o surgimento desses sentimentos para, depois, "autorizar" a proposta de paz dos angolanos. É uma hipótese. A verdade é que Angola se encontra, de fato, numa fase decisiva para que o seu futuro seja de guerra, ou de paz. E esse desafio está colocado no plano político. Espera-se que a sociedade tenha suficiente maturidade para avançar nesse difícil terreno. ●



## Em busca de um milagre

O Peru vive uma situação-limite. Nem a direita, nem a esquerda – e muito menos o Sendero Luminoso – possuem um projeto viável para superar a crise. Esta é a opinião de Héctor Béjar, ex-dirigente guerrilheiro do Exército Nacional de Libertação (ENL) e atual diretor de um centro de pesquisas sócio-econômicas, o Cedep

Beatriz Bissio

O Peru que herdará o sucessor de Alan García não será fácil de governar. O candidato vencedor nas eleições de abril próximo terá de encontrar fórmulas para buscar créditos externos no valor de 1,4 bilhão de dólares para financiar o orçamento geral do país para 1990. A inflação, que já supera a faixa de 1% ao dia, provoca a emissão de moeda sem lastro nem na produção ou em reservas, alimentando-se, dessa forma, o círculo vicioso que acelera o processo inflacionário (a inflação de 1989 foi de 2.700%, segundo o Instituto Nacional de Estatística- INE –, e os níveis previstos para o ano em curso atingirão 2.208%, praticamente o mesmo patamar, com uma subida de preços da ordem de 23 vezes).

A situação é tão grave, que o senador Javier Díaz Orihuela, um dos colaboradores mais próximos do escritor Vargas Llosa, candidato presidencial da direita, afirmou publicamente que "será muito difícil baixar a inflação a dez por cento entre 1990 e 1991". O senador estava sendo realista, mas, ao mesmo tempo, mostrava a escassa consistência de uma das principais promessas de campanha do candidato que lidera as preferências dos eleitores em todas as pesquisas de opinião. O escritor faz da queda vertiginosa da inflação o principal eixo de seu discurso eleitoral.

Segundo economistas independentes, a meta do candidato da Frente Democrática (Fredemo) não poderá ser atingida antes de 1993, e o programa de liberação dos preços anunciado por Vargas Llosa provocará uma alta na taxa inflacionária, que poderia chegar a mais de 30 mil por cento ao ano.

cometer atos terroristas aumentou no Peru em 62,5%, de 1988 a 1989, passando de 800 a 1.300 reclusos, segundo o Instituto Nacional Penitenciário (Inpe). Desse total, 90% não foram julgados.

Não é fácil analisar friamente esta trágica conjuntura. Mas nesta entrevista exclusiva a **terceiro mundo**, Héctor Béjar consegue não cair em paixões e mitos e aborda com honestidade pouco habitual os temas mais candentes, desde as carências da esquerda até a hipocrisia da direita, passando pelo sectarismo esquemático dos senderistas.

Héctor Béjar ganhou o Prêmio Casa de las Américas em 1969 com um romance que havia escrito quando estava preso, no qual colocou as experiências vividas durante sua fase guerrilheira. Ele é o único sobrevivente do Exército Nacional de Libertação (ENL), um dos mais atuantes movimentos guerrilheiros peruanos da década de 70, e foi íntimo

Se a economia não caminha bem, a política passa por situação ainda pior. O presidente Alan García, que chegou ao governo com um dos mais altos índices de popularidade jamais alcançados no país, sai desgastado e sem credibilidade, por sua falta de coerência no tratamento das questões econômicas e sua escassa habilidade para enfrentar o desafio do Sendero Luminoso.

A guerra declarada por esse grupo maoísta ao Estado peruano e a repressão das forças armadas já provocaram mais de 17 mil mortes e o impasse militar perdura. Enquanto isso, o número de presos políticos acusados de



colaborador do general Velasco Alvarado na década de 70, quando integrou a direção do Sistema Nacional de Mobilização Social (Sinamos).

Com estudos de Direito e Letras na Universidade limenha de San Marcos, é atualmente, diretor do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e a Participação (Cedep), um prestigiado centro de pesquisas sociológicas.

*As pesquisas parecem indicar uma vitória, nas próximas eleições, do candidato da Frente Democrática, Mário Vargas Llosa. Como o sr. vê essa ascensão da direita no Peru?*

- Eu diria que há vários fatores que contribuem para a atual situação. Creio que o primeiro elemento, um dos mais importantes, é que a esquerda no Peru encontrou o seu próprio limite de expansão. Embora seja correto observar que, durante os últimos anos, já havia um processo de construção muito importante do movimento sindical e popular, também é certo que as lideranças da esquerda não puderam, até o presente, elaborar ou propor uma alternativa política para o país.

A esquerda se manteve fora da linha de fogo por sua decisão, por suas próprias insuficiências diante da proximidade do poder. Houve um momento em que a candidatura de Alfonso Barrantes, da Esquerda Unida (IU), chegou a ter mais de 40% das intenções de voto nas pesquisas, em fins de 1988. E isso coincidiu com o momento em que, dentro da própria Esquerda Unida, começou-se a discutir se convinha ou não tomar o poder.

Muitas tendências de esquerda reviram suas antigas posições acerca de que o governo não é poder, que o importante é tomar o poder e não o Parlamento, etc. E essa discussão desconcertou as próprias bases e os simpatizantes da esquerda.

É bem verdade que se trata de grupos minoritários. Mas creio que seria um erro atribuir somente a eles essa atitude. De forma geral, houve certo temor - inclusive da parte do próprio candidato Barrantes - de tomar uma atitude decidida frente à sua própria candidatura. A esquerda mostrou falta de preparo para tomar o governo.



**Béjar: uma visão crítica da esquerda**

*Quando o senhor diz "falta de preparo", refere-se também a uma falta de proposta?*

- Sim. Faltam propostas alternativas da esquerda para os problemas concretos do país: a inflação, o terrorismo, a crise econômica e a crise do Estado. A isso se soma o temor de governar.

*A decepção com a gestão do Apra contribuiu para minar as possibilidades da esquerda?*

- Sim. O fracasso do governo de Alan García favoreceu muito a direita. Porque as propostas de García, sobretudo aquelas relacionadas com a condução da política econômica - em particular as levadas a cabo durante 1986, seu primeiro ano de governo - foram postas em questão. A estatização bancária, a política econômica heterodoxa e a reativação da economia defendida pelo governo fracassaram. E agora a direita apresenta essas medidas como o fracasso de uma política estatizante, o fracasso de uma política econômica de esquerda.

Perante a opinião pública, a inflação e o terrorismo aparecem como produtos da esquerda. E como o Apra do presidente García ficou praticamente fora destas eleições, a direita aparece como a única corrente capaz de governar o país, neste momento.

*E o que propõe a direita?*

- Quatro idéias muito simples.

1) Diz: O Estado peruano encontra-se em crise porque é demasiado grande. A culpa cabe ao processo dos anos 70. Então, é necessário enxugar o Estado.

Isso significa dispensar 500 mil funcionários públicos, porque temos 800 mil. Como fazê-lo? Isso se discutirá depois.

2) Afirma que as empresas públicas são ineficientes e pesam demais no orçamento do Estado; então, é preciso vendê-las. Quais delas? Não interessa. Algumas delas são rentáveis. Também não interessa. Não devemos ter empresas públicas porque o Estado é mau empresário.

3) Defende o mercado livre. As empresas têm de ser eficientes e, portanto, é indispensável a livre concorrência. Todo mundo deve ter sua empresa, para que o país saia da crise.

4) A última proposta se refere à inflação. Se conseguirmos fazer com que o Estado gaste menos, estaríamos implementando a primeira medida de combate à inflação. Segunda medida: temos *intis*<sup>1</sup> circulando em demasia. É necessário sustar as emissões. É imprescindível frear a máquina. O Estado não poderá imprimir uma cédula mais que o estritamente necessário.

Esse discurso produz profundo impacto no país porque, frente a ele, não há outro. A esquerda está desorientada, não sabe o que dizer.

Mas, quando trazemos essa retórica à realidade, o que significa, por exemplo, destituir 500 mil funcionários públicos? Com a organização sindical existente no Peru isso significa um tremendo confronto entre os sindicatos e o governo. Mas suponhamos que os sindicatos não tenham força suficiente para impedir que se ponha em prática tal programa. É impossível, no Peru de hoje, mandar 500 mil funcionários públicos para a rua.

Não é verdade que o Estado disponha de empregados em excesso. Daqueles 800 mil, uma grande parte é de professores, outros são policiais, outros pertencem ao setor de previdência social e de saúde, e apenas uma minoria é composta dos clássicos burocratas.

E as empresas públicas, quem vai comprá-las? Que grupo peruano vai comprar a Petromin, uma empresa que vende bilhões de dólares a cada ano e proporciona um terço de nossas divisas? Restam, então, as transnacionais... Mas todos os estudos e informações indicam que o interesse delas por empre-

## Quem é Abimael Guzmán?



Guzmán: personagem misterioso

O dirigente máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán (ou "o camarada Gonzalo" como o chamam seus seguidores), é um personagem misterioso. Ex-professor da Universidade de Ayacucho, mestiço, Guzmán caiu na clandestinidade há mais de dez anos e, na verdade, ninguém, nem a polícia, nem talvez muitos de seus discípulos sabem com certeza se ele está vivo ou morto.

Héctor Béjar é uma das poucas pessoas que conviveu com Guzmán, quase dois anos, quando estavam presos na prisão do Lurigancho, nos anos 60.

"Conheci Guzmán em 1964, quando estava chegando de Cuba, clandestino. Em Ayacucho, um outro companheiro e eu solicitamos a Guzmán o apoio do Partido Comunista (PCP) às atividades da nossa organização, o Exército de Libertação Nacional (ELN) (o PCP tinha rachado em 1963 entre os ortodoxos, alinhados com Moscou, e outra corrente, maoísta, à qual pertencia Guzmán).

"Foi uma entrevista muito cordial. Ele nos disse que nos daria apoio 'moral', porque considerava a nossa ação prematura. Terminou dizendo que poderíamos contar com sua simpatia. Foi só isso.

"Naquela ocasião, tomei conhecimento de que o grupo de Guzmán - cujo nome de guerra, então, era 'Álvaro' - estava preparando ações armadas.

"Depois, voltei a vê-lo em 1969, quando eu estava preso e ele foi detido com todo o grupo de Ayacucho. O PC havia liderado ações contra a reforma agrária e a favor da gratuidade do ensino. Houve um massacre, com muitos mortos, e ele caiu junto com toda a direção do Partido.

"Na prisão, as relações eram frias. Ele estava com um grupo de cerca de dez companheiros de seu partido. Toda a atual direção do Sendero Luminoso estava ali. Convivíamos nas mesmas celas, mas eles mantinham todas as suas atividades à parte: ministravam suas aulas todos os dias em um regime sumamente disciplinado. Guzmán sempre manteve uma pretensa superioridade, uma espécie de atitude irônica com a qual procurava se colocar acima dos demais.

"Ele era o professor. Ensinava o marxismo e, em particular, os 'Sete Ensaios' de José Carlos Mariátegui<sup>1</sup>, que o pessoal aprendia de cor.

"Não estou mentindo. Os 'Sete Ensaios' eram aprendidos, parágrafo por parágrafo de cor porque o *sendero luminoso* (o "caminho luminoso"), de José Carlos Mariátegui, era a base de sua doutrina. Frente a essas idéias, assumiam a mesma atitude passiva e repetitiva que mantinham quanto aos ensinamentos do 'camarada Mao'. Essa era toda a sua formação política.

"Provavelmente, nos consideravam revisionistas, castristas, trotskistas. E assim pensam, até hoje. Eles dizem que o que ocorreu na China e nos países do Leste europeu demonstra que ali se estava marchando rumo ao capitalismo há muito tempo.

"Por isso, é necessário articular uma nova Internacional Comunista, cujo centro estará no Partido Comunista do Peru, o Sendero Luminoso. E Abimael Guzmán, o 'Presidente Gonzalo', portador da 'quarta espada' (imagino que as três anteriores são as de Marx, Engels e Lênin) será o líder dessa nova organização."

<sup>1</sup> O sociólogo e jornalista José Carlos Mariátegui nasceu em Lima em 1895 e morreu em 1930. Sua principal obra é o volume "Sete ensaios de interpretação da realidade peruana", de 1928. Nela é estudada a evolução econômica do país, a situação dos índios, a propriedade da terra, etc.. O trabalho é considerado a análise marxista mais importante que se produziu na América Latina.

sas como essas - cujos centros de extração mais rentáveis estão em zonas de operação de grupos terroristas - é muito pequeno.

Assim sendo, quem vai comprar uma empresa no pico de uma montanha nevada onde operam bandos armados? E, além do mais, tendo de recorrer ao exército, porque parte dos empregados públicos demitidos será da polícia, à qual incumbe a segurança...

O que se pode fazer em um país nessas condições? Não emitir moeda? Se não emitirmos, teremos de continuar aceitando que entrem os dólares do narcotráfico de Uchiza e da selva central.

Curioso é que, justamente quanto ao narcotráfico, a direita ainda não disse nada. Tampouco quanto ao terrorismo. Tudo o que dizem é "entreguemos o assunto ao exército. Isso é coisa para militares".

Bem, caso procedamos assim, a primeira coisa que os militares vão pedir é equipamento. Se possuímos um exército cujos aviões não podem voar porque falta dinheiro para o combustível, cujos soldados recebem muito mal e cujos oficiais ganham menos que os empregados de uma empresa privada, como esse exército vai enfrentar o poder do narcotráfico?

Estamos, portanto, diante de uma situação-limite. Seja de direita ou de esquerda, o governo que vencer as eleições teria que mudar tudo e reestruturar completamente o aparelho produtivo. Mas ninguém diz que "esta situação é tão complicada, que não podemos continuar vivendo como antes", porque este discurso não seria popular. Com uma retórica assim, não ganhariam as eleições. Assim, todos - especialmente a direita - propõem receitas milagrosas: em 90 dias baixaremos a inflação de 3.000% para 10%.

*Não existe um projeto alternativo para o país, como ocorre em muitas outras nações latino-americanas...*

- Projeto de país? Isso não existe. Pelo menos fora do discurso, não existe. Certa vez perguntaram a Mário Vargas Llosa qual era seu projeto de país. E ele respondeu: "A Suécia; a sociedade ideal para mim é a sueca". O problema reside

em como transformar o povo peruano em sueco...

Não existe um projeto para o Peru, digamos, até o ano 2.000. A esquerda tampouco o possui. No caso da esquerda, isto apresenta outra conotação. Como todos os modelos estão em crise e não há mais nenhum inóculo, não se pode dizer "vamos fazer como na URSS, ou como em Cuba, ou como na China". A própria palavra "modelo" está questionada.

Tampouco existe uma base científica mínima que tenha sido trabalhada em equipe. Há esforços isolados, de economistas, sociólogos; há organizações não-governamentais (ONGs) que trabalham imaginando o que pode ser nosso país no final dos anos 90. São esforços meritórios, mas isolados. E esse tipo de

Barrantes era o prefeito) e é aceito por todos como um homem de honestidade transparente, tal como Barrantes. Mas está cercado de homens que não definiram seu afastamento do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA).

Então, diante da opinião pública, aparece como uma candidatura opaca. Isso não ocorre por causa de Henry Pease, que tem definições verdadeiramente claras, mas devido à posição de alguns de seus colaboradores. O povo não está disposto a aceitar qualquer ambiguidade, neste momento.

*Caso algum dos candidatos de esquerda passe para o segundo turno, seria viável uma unidade em torno dessa candidatura?*



Guerrilha: um desafio para o próximo presidente peruano (à esq., MRTA; à dir., pichação do Sendero Luminoso)

trabalho só pode ser feito em equipe.

Creio que, se nós peruanos tivéssemos consciência daquilo que queremos, provavelmente a situação seria diferente. Porque saberíamos quais são os sacrifícios que teremos de adotar e quem deve fazê-los.

*Como vê a crise da esquerda peruana?*

— Acho que ela é conjuntural. Mas temo que sair dela implicará um novo "racha". Em outras palavras, existem hoje duas candidaturas presidenciais de esquerda: a de Alfonso Barrantes e a de Henry Pease. Aparentemente, Barrantes representa o setor mais moderado, que está disposto a governar o país.

Henry Pease aparece diante do público como um administrador muito eficiente (foi vice-prefeito de Lima quando

— Se houver um segundo turno (no caso de nenhum dos candidatos atingir 50% de sufrágios), todas as esquerdas votarão naquele que tiver tido mais votos no primeiro turno, seja Barrantes ou Pease. Atualmente, existe consenso quanto a isto.

Mas, se a esquerda chegar unida ao segundo turno e perder — num fenômeno parecido com o de Luis Ignacio Lula da Silva, no Brasil (embora talvez não com características tão dramáticas, porque creio que no Peru a esquerda pode perder por uma diferença maior que Lula), teria de haver uma nova composição. E, até agora, não se vêem possibilidades concretas de que os grupos mais intransigentes da esquerda radical estejam dispostos a aceitar essa recomposição no caso de que o líder seja Alfonso Barrantes.

Por outro lado, os que seguem Barrantes também não se mostram abertos à unidade com os grupos mais radicais. Trata-se de um problema que não se equacionou e é de difícil solução.

*A experiência do Brasil mostrou que as imposições da realidade são mais fortes que o sectarismo e muitas vezes arrastam, ou deixam pelo meio do caminho, os setores menos flexíveis...*

— Creio que as tendências simpáticas ao terrorismo são uma minoria ínfima dentro da esquerda peruana, e as eleições vão eliminá-las. Aí, poderia produzir-se uma recomposição.

*Como avalia o fenômeno do terrorismo?*

— O terrorismo tem três cabeças. O Sendero Luminoso, o Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA) e o Comando Rodrigo Franco. Com o Sendero Luminoso não há maiores problemas, na medida em que o Sendero não quer ter qualquer proximidade com a IU nem vice-versa (comandos senderistas começaram a matar dirigentes da IU).

O problema fica mais confuso com o

MRTA, que pretende se infiltrar na IU. E alguns setores da juventude do Partido Comunista Peruano (PCP), de linha pró-soviética, e do PUM (Partido Unificado Mariateguista) são, não somente simpatizantes do MRTA, como já colaboraram com esse movimento em algumas ocasiões.

No caso do Comando Rodrigo Franco, a coisa fica muito mais clara: todos sabem que ele provém das tendências mais direitistas do Apra e constitui uma resposta ao Sendero Luminoso. Quando o Sendero elimina quadros do Apra, o Comando Rodrigo Franco começa a matar quadros da esquerda próxima ao Sendero, ou do movimento sindical. É uma espécie de *Triple A*, que atua desde 1986, mais ou menos.

Isso gera um clima muito confuso,

porque todo mundo sabe, ou supõe, que o Comando Rodrigo Franco conta com a tolerância de alguns setores do governo e do partido oficial, embora o Apra o negue.

*A simpatia de alguns grupos da esquerda legal para com o MRTA dificulta as alianças?*

– Sim, as complica. Enquanto as forças políticas não definirem claramente seu processo interno, é difícil fazer alianças. Esse problema também tem conspirado muito contra a unidade. Porque, quando Barrantes diz “eu estou com a unidade da esquerda”, é legítimo que o povo se pergunte quem – e o quê – representa a unidade da esquerda.

*Que influência terão nas eleições as forças que optaram pela ação armada?*

– Não influirão enquanto força eleitoral, mas, sim, a partir das armas. O Sendero Luminoso deverá mostrar-se uma força muito atuante. O mesmo não ocorrerá com o MRTA, que está muito debilitado pela repressão. O Sendero postula a abstenção, a seu modo: matando os candidatos. Todo aquele que se atrever a ser candidato pelo Apra ou pela esquerda está condenado à morte. Eles mataram mais candidatos apurados ou da esquerda do que da direita.

No Peru, os eleitores sofrem uma dupla coação: do Sendero e do governo, que aplica multas muito altas àqueles que deixem de votar. Numa situação de crise como a atual, as multas chegam a vinte dólares. E essa cifra equivale ao valor de um salário mínimo.

*O Sendero Luminoso está crescendo?*

– Não. Está estacionado. Raul González, o jornalista que acompanhou mais de perto a evolução do Sendero, sustenta, com razão, que no Sendero, hoje, verifica-se uma grande distância entre as gerações. No partido – que se denomina de forma oficial “Partido Comunista do Peru” –, as filiações estão fechadas desde 1980. Ninguém mais pode entrar no partido, ninguém pode ser militante do partido, desde 1980.

Isso supõe uma diferença já de dez anos entre os militantes do partido e as novas gerações, que ali estão apenas como simpatizantes, em diversos graus

da periferia da organização. Os quadros, os combatentes, dão ordens – a partir da clandestinidade – para os jovens.

*Essa periferia que entra para a ação armada e não participa da ação política é um pouco carne de canhão...*

– Exatamente: carne de canhão. Na prática, é assim porque recebem missões que têm de executar, e executam. É gente muito jovem, de 16 ou 18 anos.

*Qual é o discurso dos senderistas?*

– O discurso maoísta da Revolução Cultural na China dos anos 60. Não mudaram nada. No terreno internacional, afirmam que todos – absolutamente todos – os países socialistas são revisionistas. No campo nacional todos também são reformistas e revisionistas.

### **O Sendero não coopta militantes nas grandes massas populares, apenas nos setores marginalizados ou muito ideologizados das cidades**

*Para um homem que viveu dramaticamente a etapa da guerrilha nos anos 60, o que significa o fenômeno do Sendero, neste momento, no Peru?*

– É muito difícil dizê-lo em poucas palavras. Creio que chegamos à última derivação, quase que caricatural, de coisas que todos fomos semeando há anos.

Há duas coisas que se entrelaçam: um dogmatismo e uma incapacidade de ver a realidade da qual todos nós fomos parte. Quanto a isso, não podemos nos desculpar. Quando se cruza essa incapacidade de ver o que você tem diante dos olhos todos os dias com uma deterioração geral do país... o resultado pode ser o Sendero Luminoso.

*Poder-se-ia dizer que uma das causas do terrorismo no Peru é o desespero de um setor da sociedade que não vê saída?*

– Um jovem que aos 18 anos não tem qualquer perspectiva no país, ao qual a sociedade nada oferece, que faz? Geralmente, abandona o país, ou inventa uma ocupação marginal. E uma minoria se incorpora ao Sendero ou ao

MRTA. O Sendero não coopta militantes nas grandes massas populares, apenas nos setores muito marginalizados ou muito ideologizados da população urbana.

*Quais as reivindicações do MRTA?*

– Reivindicações nacionalistas, semelhantes às nossas nas guerrilhas dos anos 60. Basicamente, eu diria que vivem um momento de muita confusão.

*Eles têm presença no campo?*

– O MRTA é uma organização de guerrilha urbana e rural: tem grupos em Lima e começou a atuar na selva norte (departamento de San Martín) e na zona central (vale do Alto Huallaga).

Neste último caso, a situação é muito complicada, porque se trata de uma zona produtora de coca, e tanto o Sendero quanto o MRTA entraram em guerra pelo controle da cobrança das “quotas” aos narcotraficantes.

*Vem daí, então, a versão dos Estados Unidos de que há um acordo tácito entre os narcotraficantes e a guerrilha em alguns países da América do Sul...*

– Claro. E esse acordo existe. O Sendero chegou, no final do ano passado (agora não, porque o exército entrou com muita força nessa região), a controlar Uchiza. Antes, Uchiza era uma aldeia ignorada, nos confins do país; hoje, transformou-se em um lugar muito conhecido, porque dali saem as avionetas rumo à Colômbia com a pasta básica da coca, usada na elaboração da cocaína. Essas avionetas pagam milhares de dólares (três ou quatro mil) por cada saída.

Quando o Sendero Luminoso tomou Uchiza, começou a cobrar essa “quota”. Não se trata de invenção minha. Até novembro do ano passado, o Sendero teve um periódico em Lima que se chamava *El Diario*. Ao se analisar essa publicação, vê-se que eles diziam que estavam contra a droga, mas aceitavam a idéia de que era impossível acabar com esse cultivo. Ou seja, que a guerra contra os traficantes era para o futuro. E se não é para agora, é válido, hoje em dia, cobrar “quotas” dos narcotraficantes.

*Que papel desempenha em tudo isso o ingrediente indígena?*

– Continua presente, por vias diferentes. As reivindicações da população

indígena - dos quêchuas, dos aimará, dos índios da selva peruana, em suma, cerca de 200 grupos idiomáticos - não foram assimiladas nem sequer pelas organizações sindicais camponesas. E menos ainda pelos partidos políticos, incluídos os de esquerda.

Os próprios índios assumiram sua luta, através de suas comunidades. Ocorreu um processo de organização muito grande nos últimos anos. Mas é notório um certo paralelismo entre esses movimentos e a esquerda, que não assume totalmente suas reivindicações, nem possui uma definição frente a elas, como tampouco têm o Sendero ou o MRTA.

Estes últimos acabam de matar um dos dirigentes máximos da Organização dos Camponeses Indígenas da Selva. Por quê? Porque os indígenas defendem sua própria identidade como comunidade, e quando chega um grupo armado que quer submetê-los, em geral resistem. Quando isso ocorre, são acusados de colaboradores com o poder militar.

*Quando o sr. diz que amplos setores da esquerda não vêem a realidade tal como ela é, refere-se a que não reconhecem o Peru como país de maioria indígena?*

- A esquerda não vê que o país é muito complexo, que a população adota em conjunto posições não necessariamente revolucionárias, mas conservadoras, ou maduras, eu diria. Que nosso povo tende a aceitar as coisas como são e a tirar o melhor partido delas.

Nos negamos a ver um país onde, apesar da crise, as pessoas estão construindo coisas todos os dias: porque iniciaram seu negócio, iniciaram suas pequenas empresas, organizaram um refeitório popular, construíram seu sindicato. Existe todo um processo de organização popular no país - o qual tampouco temos de santificar -, que tem limitações, mas existe. Nós nos negamos a ver. E, por isso, nos surpreendemos, porque há pessoas que não pertencem à esquerda e que vêem essa realidade, porque têm menos preconceitos do que nós.

*Quando a esquerda chegou aos 40% das intenções de votos, havia conseguido*

*perceber essa realidade?*

- Sim. Barrantes percebeu. Assim como faço críticas a Alfonso, também reconheço seus méritos. É um dos poucos dirigentes que converteu a linguagem da esquerda em algo que, para muitos - para mim, inclusive - às vezes soa como carente de conteúdo. Entretanto, dessa forma pôde chegar a uma grande quantidade de pessoas.

*Com que mensagem?*

- Esse é outro de nossos erros. Nós pensamos que quando elaboramos um discurso as pessoas prestam atenção ao seu conteúdo. Não é bem assim. As pessoas "lêem" atitudes, gestos. É necessário conseguir estabelecer uma "sintonia", como fez Barrantes. Agora, com menos intensidade, infelizmente.

Na direita, sempre há alguém que consegue sintonizar esse sentimento popular.

Não é o programa, não é o discurso, mas "algo" que desperta nas pessoas a esperança de uma mudança. As perspectivas de nossos povos são cada vez menos ambiciosas. Num país onde a imoralidade pública se alastrou tanto quanto no Peru, o que as pessoas procuram é alguém que não roube muito. Pode roubar, mas não excessivamente.

*Passados estes 15 anos, qual a sua avaliação do período do general Velasco?*

- Acho que foi uma grande tentativa de mudar a realidade peruana, com grandes erros, naturalmente, que a cada dia se vêem com mais clareza, à medida que os anos passam. Mas também teve grandes acertos.

*Quais, por exemplo?*

- O grande acerto foi ter pensado que havia que mudar o país transformando a propriedade da terra. Mas o seu ponto fraco também residiu em que nem tudo se limita à mudança na propriedade. Hoje sabemos disso, é o tema que está em debate. Nesse sentido, a

esquerda peruana avançou muitíssimo. Entendeu que a questão, como se diz, não é "de quem é a vaca", mas "de quem toma o leite".

Nem tudo se restringe a uma alteração na propriedade. Há coisas que são tão ou mais importantes, pela incidência dos meios de comunicação, pela forma e capacidade que as pessoas têm de informar-se, de raciocinar, pela influência do grau de educação, etc, etc.. Mas isso já seria colocarmos-nos nos anos 90.

Para os anos 70, creio que foi um movimento muito avançado. O aspecto precursor do movimento de Velasco não foi somente as mudanças no sistema econômico, mas também e principalmente a forma como o Peru se colocava em relação ao exterior.

*Quais as marcas deixadas no país pelo governo Velasco?*



Llosa: prometendo o impossível Barrantes: sem consenso interno

- Infelizmente, pouca coisa, do ponto de vista de transformações reais. Mas muita, quanto a possibilidades futuras, porque grande parte do movimento popular existente hoje no país nasceu naquela época. Aqueles sete anos deram uma tal cobertura às idéias de esquerda, que tinham de frutificar. E frutificaram, realmente. Se hoje a esquerda é uma força importante, e se saiu de seu enclausuramento, isso se deve, em grande parte, ao período de Velasco Alvarado. E a própria esquerda começa a reconhecer isso.

<sup>1</sup> Inti é o atual nome da moeda peruana. A palavra quer dizer "sol", em quêchua.

<sup>2</sup> Aliança Anticomunista Argentina: organização de extrema-direita que atuou na Argentina nos anos 60.

# O diálogo, único caminho

Enquanto o governo e o exército se negam a continuar as negociações, a Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) insiste na solução política como única forma de evitar uma radicalização do conflito

Aldo Gamboa

**O** boato de que o ministro da Defesa, general Héctor Gramajo, estaria sendo pressionado pela oficialidade a tomar medidas "drásticas" frente ao desafio das forças guerrilheiras, agitou grande parte da classe política guatemalteca.

O deputado Alberto Jordán, do partido de extrema-direita Movimento de Libertação Nacional (MLN), disse em voz alta o que muitos silenciavam e reconheceu que a presença do movimento guerrilheiro Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG) está demonstrada em fatos e não em palavras. "Já não são dois ou três, como afirma Gramajo: são muitos", reconheceu Jordán.

O deputado do partido do governo Antonio Hernández, por sua vez, qualificou de "séria e crítica" a situação criada pela URNG e disse que suas ações "começaram a prejudicar a infra-estrutura e a economia do país". Outro deputado, o democrata-cristão Joel Díaz, admitiu que praticamente "todos os dias" existem confrontos nas zonas rurais, especialmente na região de El Petén, no norte do país.

A preocupação que domina o meio político tem razão de ser. Por um lado, a URNG cresceu tanto militarmente, como do ponto de vista da influência política. Por outro lado, o exército, apesar das afirmações do general Gramajo, não consegue superar profundas divisões internas, causadas pela continuidade da guerra. Em terceiro lugar, o governo democrata-cristão de Vinicio Cerezo Arévalo fracassou no plano econômico e político.

Nesse contexto, o diálogo entre as forças beligerantes, proposto pelo plano



A pressão popular exige que o governo aceite retomar o diálogo com a URNG

conhecido como Esquipulas II, está parado. Desde a assinatura do acordo, em agosto de 1987, o governo e o exército guatemaltecos desconhecem a URNG como "força beligerante" no conflito e, por isso, negam-se a reatar o diálogo. O promissor passo dado nessa direção, em outubro de 1987, quando ambas as partes se reuniram em Madri, para acertar mecanismos de contato, caiu no esquecimento (ver **terceiro mundo** nº 110 "Cessar-fogo", e nº 112 "Encontra o caminho da paz").

Enquanto isso, numerosas forças sociais guatemaltecas, entre as quais se soma a igreja, pressionam o governo para que as conversações sejam reatadas, visando à solução negociada do conflito. O arcebispo da Guatemala, Próspero Penados del Barrio, disse com convicção que "não existe vontade política para encontrar a paz na América Central", um recado com destinatário claro: o governo da Guatemala.

Membro da Comissão Político-Diplomática da URNG, Miguel Ángel San-

doval conversou com **terceiro mundo** sobre a conjuntura atual na Guatemala e o futuro das negociações de paz.

*Qual é a situação concreta do diálogo entre a URNG e o governo guatemalteco?*

- Apesar dos esforços da URNG, não se concretizou uma nova rodada de diálogo, depois das conversações ocorridas na Espanha. As últimas gestões que fizemos se produziram a nível internacional, na reunião de Tela, Honduras, durante o encontro dos presidentes da América Central, em agosto de 1989.

Ali, o problema da desmobilização dos "contras" nicaraguenses praticamente deixou a Guatemala fora da agenda. Enviamos a essa reunião uma carta dirigida a todos os chefes de Estado centro-americanos, que o presidente Oscar Arias, da Costa Rica, transmitiu a seus colegas.

Anteriormente, em janeiro de 1989, por ocasião da posse de Carlos Andrés Pérez, uma delegação da URNG se reu-

niu com ele em Caracas e o novo presidente venezuelano ofereceu seus serviços para viabilizar o diálogo na Guatemala.

Em setembro do ano passado, fizemos uma convocação para incentivar o diálogo, com a participação de todas as forças e setores políticos, levando em consideração que o governo não quer, no momento, conversar com a URNG.

*Que acolhida teve a convocação?*

— O documento, chamado por alguns "Manifesto de Setembro", teve boa aceitação em todos os setores sociais, pela sua amplitude e por oferecer uma alternativa concreta. Todo mundo acha que na Guatemala a solução deve ser política, negociada, e, para isso, é indispensável a presença da URNG. Existe consenso em todos os setores de que não se pode discutir a problemática nacional sem nossa participação.

*De qualquer maneira, existe na Guatemala uma iniciativa de diálogo. Que resultados conseguiu até o momento?*

— De fato, como resultado dos Acordos de Tela, se iniciou em 1989 o Diálogo Nacional, estimulado pela Comissão Nacional de Reconciliação. Teve uma importante participação de setores sociais e políticos, especialmente da igreja, apesar de três ausências fundamentais: o exército, que se auto-excluiu; o setor empresarial, que preferiu não participar, e a URNG, porque o exército e o governo se opuseram à nossa participação.

As conclusões desse Diálogo Nacional são muito genéricas, apesar da boa vontade dos participantes, porque não abordam o tema central: o conflito armado interno. Não podem fazê-lo porque não estão nem o exército, nem a URNG, que são as forças em conflito. Esse é o principal ponto fraco da iniciativa.

*Na sua opinião, que fatores incidem nesse apoio à proposta de estabelecer um diálogo amplo?*

— Acho que incide atualmente um fator novo, sobretudo entre os setores organizados: a idéia de que ainda há tempo para impedir na Guatemala uma crise semelhante à de El Salvador. Mas, existem muitas pessoas que já acham



O presidente Vinicio Cerezo (esq.) e o general Hector Gramajo enfrentam descontentamento popular e divisões nas forças armadas pela suspensão do diálogo

tarde demais e que estamos caminhando de forma acelerada rumo a confrontos como ocorreram em El Salvador no fim do ano.

Pensamos que, no momento, não existem condições para isso. Mas, se o conflito aumentar, poderemos desembocar em situações parecidas. Nesse caso, a URNG acredita que na Guatemala a luta vai se concentrar mais nas áreas rurais, ao contrário de El Salvador.

*Existem elementos que mostram a existência de profundas divisões no exército. Quais são as causas disso e como repercutem no quadro político-militar?*

— É preciso buscar as causas dessa divisão na interrupção do diálogo e na insistência em encontrar uma saída militar para o conflito.

Existem oficiais contra-insurgentes, que se denominam "de la montaña", que consideram o atual comando do exército incapaz de levar a bom termo ofensivas contra a URNG. Por outro lado, setores do exército consideram que a "experiência Cerezo" foi um rotundo fracasso, que gerou uma crise política de dimensões extraordinárias.

No plano militar, esses elementos significam, em primeiro lugar, que a URNG tem a iniciativa. Uma iniciativa ainda local, tática, mas claramente a nosso favor. Em segundo lugar, significa que o exército começa a passar para

a defensiva, imerso numa crise interna e sem estratégia coerente. Em terceiro lugar, se faz cada dia mais evidente que o governo está dando passos a esmo no meio de um pântano político do qual não consegue sair.

Esse conjunto de elementos fazem prever um agravamento da guerra na Guatemala, e eventualmente darão lugar a abalos sociais que comoverão todo o país.

Desde 1988, o exército não desenvolveu nenhuma ofensiva significativa contra nossas forças. Nesse período, ampliamos nossas áreas de operações, abrimos três novas frentes, incluindo zonas urbanas. Mas, fundamentalmente, ampliamos enormemente a influência política da URNG a nível nacional.

*Nessa conjuntura, qual é a posição do empresariado guatemalteco?*

— A situação não lhes favorece, porque o clima que se vive no país não é apropriado para o investimento de nenhuma natureza. Começa a se notar certa apreensão em setores de empresários. Está-se entrando numa dinâmica na qual o projeto militarista contra-insurgente entra em conflito com os interesses dos empresários. Isso é positivo porque pode haver setores empresariais que pressionem a favor da solução política.

Por isso, na convocação que fizemos



"Não existem grupos de direita 'fora de controle': a violência vem do governo"

em setembro, incluímos na proposta aqueles empresários interessados numa saída negociada para a guerra.

Estamos assistindo de fato a um fenômeno de unidade nacional contra o exército e sua política. Isso ainda não é orgânico, não se concretiza em nenhum projeto político, mas existe como tendência nacional.

*Em fins de 1989, houve um significativo crescimento das violações aos direitos humanos: sequestros, desaparecimentos, torturas. A que se deve isso?*

- No caso guatemalteco, de modo muito especial, os grupos paramilitares de extrema-direita - tenham o nome de "Mão Branca", "Esquadrão da Morte" ou "Raio Justiceiro" - não são mais do que uma cortina de fumaça: a violência é planejada, organizada e executada pelo exército. Terrorismo de Estado, pura e simplesmente. Não existe uma extrema-direita incontrolável. A violência é governamental.

*Como se reflete toda essa situação no plano internacional?*

- O general Gramajo disse, em janeiro de 1989, que "este será o ano da batalha diplomática", e o governo apostou alto nesse sentido, buscando

isolar a URNG no campo internacional. No entanto, não obteve resultado. Já ninguém confia nem apóia o governo Cerezo.

Nas Nações Unidas, por exemplo, foi sugerida a necessidade de nomear um novo relator especial para o caso da Guatemala, pedido que foi acompanhado de uma severa condenação às violações dos direitos humanos em nosso país.

O Grupo dos 12, da Comunidade Européia, manifestou-se através do embaixador da França, condenando o governo de Vínicio Cerezo, posição que foi respaldada pela representação canadense. Cuba apoiou a declaração e pediu que o governo guatemalteco aceitasse reatar o diálogo, o que permitiria solucionar o conflito pela via da negociação.

Em relação a URNG, mesmo sem ter o estatuto jurídico de "força beligerante", cresce o consenso de que ela é uma das partes em conflito e que aí está sua autoridade para convocar um amplo diálogo.

*Amplios setores consideram que a solução - negociada ou militar - do conflito guatemalteco está inseparavelmente ligada ao contexto centro-americano. Que papel*

*poderá desempenhar a situação centro-americana na Guatemala?*

- Atualmente, pensamos que a crise tende a aumentar na região embora existam mecanismos de diálogo que poderiam ser utilizados. Mas, parece que a política dos Estados Unidos e a de seus aliados na região é ser contra a qualquer forma de solução negociada. Parece contraditório, porque existe no mundo uma tendência à busca de soluções pacíficas, à distensão. Mas essa tendência não se aplica na América Central.

Pensamos que para conseguir que as soluções pacíficas prosperem na América Central deverão confluir dois fatores: por um lado, que fique bem evidente que pela via militar não vai se derrotar nem o movimento guerrilheiro em El Salvador, nem na Guatemala. E que junto a essa consciência, surja uma ampla campanha de forças políticas internacionais.

*Para novembro deste ano estão previstas eleições na Guatemala. Que leitura faz a URNG dessa instância?*

- Nenhum dos partidos políticos têm a possibilidade de oferecer uma alternativa eleitoral, e o governo está muito desgastado. O Partido Democrata Cristão sofreu uma derrota e encontra-se dividido. O mais grave erro de Cerezo nos últimos tempos foi lançar uma campanha eleitoral antecipada. Como era lógico supor, as forças do país - mesmo pouco estruturadas e muito eleitoreiras - se dedicaram a fazer sua campanha sobre os erros do governo.

As propostas dos partidos são inviáveis porque querem ignorar o conflito, e além disso são organizações urbanas num país agrário. Não existe alternativa para a problemática nacional nas propostas dos partidos políticos, seja o partido de governo ou os semi-oficiais ou consentidos.

Por essa razão, nossa convocatória é para construir com esse conjunto de forças sociais e políticas, uma nova alternativa democrática, que pensamos ser viável. Cada vez existem mais setores que concebem a dimensão do conflito e a urgência de dar-lhe uma saída negociada. ●



Palestinos e israelenses:

# Uma convivência possível?

Em um momento em que caem tantos "muros" antes considerados inexpugnáveis, é necessário analisar a questão palestina a partir de uma nova ótica, acabando com velhos esquemas e tabus. Isso é o que nos faz pensar as reflexões do dirigente da OLP, autor desse ensaio

Dr. Nabeel Shaath\*

Nos últimos 40 anos, os palestinos tiveram basicamente duas visões sobre seu próprio futuro. A primeira foi a visão humanista de um Estado democrático da Palestina. Era a visão de um Estado para dois povos, de três religiões<sup>1</sup>. Um Estado não-discriminatório, não-racista, que permitisse aos seus indivíduos e grupos crescerem e prosperarem de uma forma nem chauvinista, nem sectária, dentro de um contexto laico. Que permitisse o progresso conjunto dos palestinos e israelenses, dos cristãos, dos árabes e muçulmanos, dentro das fronteiras de um grande e unitário Estado da Palestina.

Essa visão de um Estado democrático da Palestina surgiu na batalha de Al-Karameh, quando começou a resistência palestina, após a guerra de 1967. Foi ela a primeira visão declarada da revolução palestina após esse confronto real com os israelenses, que atacaram a pequena aldeia de Al-Karameh, na margem oriental do Jordão. Desse confronto nasceu a certeza, para o mundo, de que os palestinos iam resistir e lutar por sua terra, e que o mundo árabe, embora seus exércitos tivessem sido derrotados em 1967, não tinham perdido a determinação de lutar.

Foi a partir da batalha de Al-Karameh que se aprofundou o sentido humanista do povo palestino e que o mo-



Soldados israelenses e crianças palestinas: uma convivência marcada por medos e traumas

vimento revolucionário palestino passou a falar de uma Palestina para dois povos, para três religiões. Para dizer a verdade, não era uma visão exclusivamente nossa. As idéias do Matzpen, o movimento socialista israelense, acerca de um Estado secular, democrático e socialista, bem como as teses de Liova Eliav e, mais tarde, as de Moshe Amirav sobre uma confederação semita, e várias outras, coincidiram – às vezes simultaneamente, outras vezes em sequência cronológica – com a idéia de que não se pode perpetuar na Palestina um gueto, e muito menos dois guetos; que era preciso criar na Palestina uma

sociedade aberta para ambos os povos e para três religiões.

**Temores israelenses, temores palestinos** – Mas essa visão não foi compartilhada pela maioria dos israelenses. Foi aceita apenas por uma pequena minoria visionária, capaz de se sobrepor aos temores originais do povo de Israel. Esses temores tinham surgido não no contexto do conflito árabe-israelense, mas sim de uma história de sofrimento, que culminou no abominável holocausto, nos pogroms<sup>2</sup> e na discriminação racista – sutil, franca e direta – que os judeus sofreram em todo mundo.

Foi esse sofrimento dos judeus que criou o temor histórico dos israelenses, não o confronto com os árabes. Enquanto isso, do lado palestino, o único temor é em relação aos israelenses. É o medo de um povo que, nas mãos dos judeus israelenses, só tem duas opções.

A primeira – e eu mesmo sou produto dela – é emigrar (ou ser transferido). Para nós, esta nunca foi uma simples ameaça: era um perigo real. A segunda opção, se não estamos dispostos a deixar nosso solo, é enfrentar a impiedosa ocupação israelense.

A opção de ser transferido de sua pátria ou viver sob o regime de uma ocupação desumana (e eu acredito que

quentemente, em 1974, os palestinos fizeram sua primeira proposta de criação de *dois Estados*. Em 1974, o Conselho Nacional Palestino (CNP)<sup>3</sup> tomou, pela primeira vez, a resolução de aceitar a criação de um Estado palestino em uma parte da antiga Palestina, ao invés de insistir em um Estado unificado, que reunisse palestinos, cristãos, muçulmanos e judeus.

A Declaração de Independência diz textualmente: “Uma injustiça histórica foi imposta ao povo árabe da Palestina e resultou na sua dispersão, no seu desterro e na privação do seu direito à autodeterminação em decorrência da Resolução 181 (de 1947) da Assembléia Geral das Nações Unidas, que dividiu a

apresentar um plano de paz, baseado nos princípios de autodeterminação e negociações diretas, no contexto de uma conferência internacional, que eventualmente poderá levar à criação de um Estado palestino independente naquelas regiões da antiga Palestina<sup>4</sup> que haviam sido ocupadas em 1967.

Esse plano de paz, além disso, aspira a permitir que o Estado palestino e Israel superem a dependência de um em relação ao outro para alcançar a independência. E também, posteriormente, lançar as sementes para que ambos passem da *independência* para a *interdependência*. Essa seria a única solução possível e viável para a sobrevivência e o progresso desses dois Estados na



Sobreviventes dos campos de concentração: um drama que não justificaria a repressão aos palestinos (foto à dir.)

nenhuma ocupação possa ser humana) é uma das formas mais infames do terror que se pode impor a uma pessoa. Assim nasceu o medo palestino.

Esses traumas dos judeus (nascidos de uma longa história de opressão nas mãos de muitos povos, mas especialmente dos europeus) e dos palestinos (surgidos da opressão direta imposta pelos israelenses) terminaram dificultando a aceitação da mera possibilidade de que esses temores fossem aplacados e até mesmo esquecidos. Ou seja, de um novo caminho no qual os dois povos pudessem viver em um mesmo país, compartilhando da mesma perspectiva de paz e de um futuro que lhes permita um desenvolvimento social e humanista.

Esses dois temores foram responsáveis pela rejeição israelense à idéia de um único Estado democrático. Conse-

parte do mundo onde estão situados. Palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu...”.

E, em seguida, vem o parágrafo crucial: “Mas, mesmo assim, essa Resolução proporciona as condições de legitimidade internacional capazes de garantir o direito do povo árabe palestino à soberania e à independência nacional”.

**Rumo aos dois Estados** – Por essa razão, o Conselho Nacional Palestino, em sua resolução de Argel de 1988, (ver **terceiro mundo** nº 116: “Palestina, a proclamação do Estado independente”), afirmava algo que poderia parecer paradoxal: uma decisão injusta, que levou à dispersão dos palestinos e à negação do seu direito à autodeterminação, era ainda tida por nós como a base legítima da tese dos dois Estados, um palestino e um israelense.

Foi esse passo que permitiu ao CNP

parte do mundo onde estão situados.

E, assim, fizemos a transição de nossa visão de “um-Estado-e-dois-povos” para a visão de “dois-Estados-e-dois-povos”, sempre dando margem a que ambas as partes – por sua própria vontade e em paz – eventualmente estabeleçam vínculos entre si e tornem realidade o sonho de liberdade dos palestinos e de uma cooperação pacífica entre ambos os Estados, em substituição ao atual clima de choque.

Isso permitiria pôr fim à “guetização” palestina e marcaria o começo de novas relações no Oriente Médio, que propiciassem a prosperidade não só dos palestinos e israelenses, mas de todos os povos da região.

**Interdependência** – Para que compreendamos como essa transição da dependência para a independência e daí

para uma situação de interdependência pode vir a se tornar realidade, temos de abordar algumas questões.

A primeira, que já mencionei, é a questão do medo. Qualquer tentativa de projetar um futuro, de criar uma solução de dois Estados, deve levar em conta os medos e os traumas das duas partes, e não só de uma.

Eliminar esse problema significa pôr fim à ocupação dos territórios árabes e acabar com toda a opressão. Recentemente, em alguns assentamentos judaicos na Cisjordânia, os trabalhadores palestinos foram forçados a usar crachás onde se lia "trabalhador estrangeiro", estando em sua própria terra. Essas "marcas" fazem lembrar a discriminação e opressão de que os judeus foram vítimas no passado, em diferentes regiões do mundo.

Esses métodos, somados a alguns mais diretos - o uso de produtos químicos, espancamentos, deportação, prisão -, intensificam o temor palestino e tornam muito difícil eliminá-lo. Quanto mais tempo durar essa opressão, mais difícil será eliminar definitivamente esse temor.

A segunda questão na hora de discutir a transição para a independência é a da credibilidade. Essa questão é também levantada contra os palestinos, embora na verdade todas suas promessas foram cumpridas. Em 1981, os palestinos negociaram um cessar-fogo no sul do Líbano e cumpriram-no ao pé da letra. Em 1987, na Declaração do Cairo, e, mais tarde, na Declaração da OLP em 1988, os palestinos se comprometeram a não recorrer à força contra civis, e cumpriram o compromisso.

A capacidade demonstrada pela OLP de chefiar a revolução palestina nos dias mais difíceis e ao mesmo tempo cumprir os seus compromissos é um indício real de que os palestinos não fogem às suas obrigações e adotarão a mesma atitude se um verdadeiro acordo de paz vier a ser negociado.

A terceira questão é ideológica. Quando se trata de estabelecer uma política de dois Estados, não há necessidade de discutir ideologia. É óbvio que uma ideologia aceitável para os dois povos não será chauvinista, nem discriminatória e deverá permitir que as pessoas convivam sem privilégios especiais.

Contudo, é muito difícil discutir ideologia enquanto está se estudando um acordo de paz. Para os palestinos, foi muito difícil absorver e aceitar o sionismo, porque ele significa a dispersão do seu povo e a ocupação do seu país. Por outro lado, a ideologia dos palestinos é a da libertação do seu solo e o fim da injustiça. Mas se trata de um conjunto de idéias e noções próprias dos palestinos e só deles, e portanto não chega a ser objeto de negociação em nenhuma conferência de paz.

O que realmente deve ser negociado



Intifada: participação maciça dos adolescentes

durante uma conferência de paz são as modalidades, garantias e as perspectivas futuras, bem como a exigência de que essa paz seja justa, protegida e garantida para que seja duradoura.

Há necessidade de criar novos símbolos e uma nova linguagem e de trocar idéias e pontos de vista. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) devem continuar promovendo outros foros, abertos ou fechados, para prosseguir este intercâmbio de idéias entre os palestinos e árabes em geral e os israelenses e judeus de todo o mundo.

lenses e judeus de todo o mundo.

Esse intercâmbio de idéias é de suma importância para a criação de uma nova linguagem, de novas idéias, de um novo tipo de comunicação que deve, com o tempo, fazer com que essas idéias tenham êxito.

Isso não tem sido fácil. A lei israelense, que proíbe o contato entre israelenses e palestinos, tem sido um obstáculo. Acho que uma das tarefas importantes das ONGs em todo o mundo será procurar derrubar essas leis e barreiras discriminatórias, porque elas impedem a criação da ideologia e metodologia necessárias ao sucesso dos dois novos Estados.

#### Como será o Estado palestino?

— Gostaria de fazer referência à forma como se concebe a Palestina, pois essa visão deverá, por si só, garantir a criação dos dois Estados. O modo pelo qual os palestinos encaram a sua nova pátria deve dar à outra parte a oportunidade de conhecer as suas ambições, sonhos e pontos de vista. Portanto, considero importante que se conheça um trecho da Declaração de Independência, para que possamos saber o que os árabes dessa região têm em mente quando falam de uma política de dois Estados.

O CNP diz textualmente: "O Estado da Palestina é o Estado de todos os palestinos, onde quer que estejam. Nele, os palestinos desenvolverão sua identidade nacional

coletiva e cultural e viverão no gozo da plena igualdade de direitos. Suas crenças religiosas e políticas e sua dignidade humana serão resguardadas sob um sistema de governo parlamentar e democrático, baseado na liberdade de opinião e na liberdade de formar partidos, na proteção dos direitos da minoria pela maioria, no respeito às decisões da maioria pela minoria, na justiça social e igualdade de direitos, sem discriminação étnica, religiosa, racial ou de sexo, e em uma constituição que

garanta o estado de direito e a independência do judiciário".

E prossegue: "Tais princípios não permitirão o divórcio da herança e das tradições espirituais e de sua civilização, em virtude da coexistência religiosa. Declarando-se um Estado amante da paz, o Estado da Palestina compromete-se a observar o princípio da coexistência pacífica. Procurará junto a todos os Estados e povos estabelecer uma paz permanente, baseada na justiça e no respeito aos direitos, na qual o talento construtivo da humanidade possa prosperar e a competição criativa possa florescer, e não exista mais o medo do amanhã, porque o amanhã trará somente segurança para os justos e para os que recobrem o senso de justiça".

**O sonho dos palestinos** – Considero importante esse parágrafo, porque acredito que é preciso mergulhar na alma do povo palestino para conhecer seus sonhos. Os palestinos sonham com um Estado que seja, para usar um termo árabe, *gheir shikel* – "algo novo, diferente". Um Estado com essas características não poderá oprimi-los com os modelos que os rodeiam, e sim lhes dará a oportunidade de construir uma pátria baseada na justiça, democracia e não-discriminação, que lhes dê a oportunidade de desenvolvimento.

Esse Estado deverá dar a cada pessoa e a seus filhos a possibilidade de criar um futuro digno, ao mesmo tempo em que permita aos israelenses gozarem de sua própria existência, criarem seu próprio futuro e construírem os seus próprios sonhos, sempre que as aspirações de ambos sejam compatíveis com a paz a longo prazo em todo o Oriente Médio.

O Estado palestino terá de construir uma nova infra-estrutura, já que a sua foi praticamente destruída pela invasão israelense. Nessa região ocupada, os árabes deixaram de ser agricultores e operários para se tornarem trabalhadores migrantes e sem qualificação, saindo a cada manhã de seus "bantustões" para trabalharem em Israel.

Portanto, é vital que o Estado palestino recupere o direito a reconstruir sua infra-estrutura e indústria, que permitam delinear seu próprio caminho tec-

nológico, educacional, e desenvolva as bases financeiras, econômicas e materiais necessárias à criação de um Estado independente.

**O direito de voltar** – Este é o último aspecto que desejo abordar. Esse novo Estado deve abranger todos os palestinos. Não é admissível uma solução que divida nosso povo em palestinos dos territórios ocupados e da diáspora.

Qualquer solução desse problema – se pretende realmente levar à paz – deve abranger os cinco milhões e meio de palestinos que existem dentro e fora da Palestina. Cerca de 1.800.000 palestinos vivem atualmente nos territórios ocu-



Arafat: na luta pelo Estado palestino

pados e aproximadamente 750 mil em Israel. O restante vive no exterior.

É absolutamente necessário que os palestinos que vivem fora da Palestina tenham o direito de voltar. Nesse caso, não pode haver uma solução de meio-termo. Para que esse direito se torne realidade, é preciso levar em conta três aspectos essenciais.

Em primeiro lugar, haverá palestinos que optarão por permanecer fora da Palestina. Estes têm direito à indenização pelo confisco de suas propriedades e à cidadania do novo Estado ou de qualquer outro. Também deve-se dar aos palestinos israelenses a opção entre manter sua cidadania israelense ou aceitar a cidadania palestina.

Em segundo lugar, haverá palestinos – cujo número eu calculo em pelo menos um milhão – que preferirão retornar ao Estado palestino. Esse direito é absolutamente inegociável, seja com is-

raelenses ou com qualquer outro povo. Será fundamental esse apoio para reconstruir a infra-estrutura do país e o sistema habitacional para receber todos os que preferiram regressar.

Em terceiro lugar, haverá palestinos que desejarão exercer o direito de retornar aos seus lares de Jafa e Haifa, dos quais foram expulsos em 1948. Esse direito não pode ser violado. É a aplicação desse direito o que deve ser negociado. O método pelo qual esse direito pode ser aplicado deve ser parte integrante de um processo de negociação, que leve a uma solução viável para ambos os povos.

Além disso, insisto na concessão de direitos iguais para todos os israelenses que tenham sido obrigados a deixar os países árabes nos quais viviam. Deve-se dar-lhes a mesma opção de retornarem a esses países árabes ou preservarem sua cidadania israelense, de aceitarem indenização pelo confisco de suas propriedades ou retornarem a elas. Para que sejamos justos e equitativos, a mesma justiça aplicada aos palestinos que foram expulsos do seu país deve ser estendida aos judeus, que foram deportados de seus lares em países árabes vizinhos a Israel.

Devemos lutar pelo direito a que as opções de ambas as partes possam ser conciliadas e para que a nossa solução possa ser equitativa e justa, pois do contrário não será duradoura. E, acreditem, estamos fartos tanto de ver sofrer as mulheres e crianças palestinas, quanto as mulheres e crianças israelenses.

\* O dr. Nabeel Shaath, presidente do Comitê Político do Conselho Nacional Palestino e assessor de Yasser Arafat, pronunciou este discurso em Viena em setembro de 1989, por ocasião da 6ª reunião internacional das Organizações-Não Governamentais (ONGs), promovida pelas Nações Unidas, sobre a questão palestina.

<sup>1</sup> O autor se refere às religiões judaica, muçulmana e cristã, já que entre os palestinos existem tanto seguidores da fé islâmica, quanto cristãos.

<sup>2</sup> Pogrom foi o nome dado na Rússia aos movimentos populares, dirigidos contra os judeus e acompanhados de pilhagens e massacres.

<sup>3</sup> O Conselho Nacional Palestino é o órgão legislativo da OLP, uma espécie de Parlamento no exílio. Dadas as circunstâncias, trata-se do máximo órgão dirigente do povo palestino. Está formado por representantes de palestinos do exterior e dos territórios ocupados e se reúne periodicamente, em diferentes países árabes.

<sup>4</sup> Em 1967, no contexto da Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou os territórios da Cisjordânia (até então, sob jurisdição da Jordânia) e da Faixa de Gaza (que a ONU havia colocado sob controle do Egito), ambos pertencentes à antiga Palestina britânica.

# Kadhafi, 20 anos depois

A crise do petróleo e a fracassada tentativa de diversificar a economia geram um clima de descontentamento popular que confronta o regime da "Yamahiryá" com o desafio de democratizar-se, ou cair na tentação do autoritarismo

Alberto B. Mariani

**D**urante o governo Reagan, os meios de comunicação ocidentais vincularam de forma insistente o nome de Muamar al-Kadhafi a qualquer ato de terrorismo, até mesmo àqueles que ocorriam nas mais longínquas regiões do planeta. E mesmo antes, ao longo dos últimos 20 anos – desde que o golpe de estado por ele promovido mudou os destinos da Líbia –, o coronel Kadhafi vinha ocupando reiteradamente o noticiário internacional.

Na realidade, isso se deve a vários fatores, particularmente ao fato de que a profunda mudança sofrida por seu país nas últimas duas décadas só foi possível devido à sua obstinação pessoal, aliada a uma série de circunstâncias que, em boa medida, lhe foram favoráveis.

Quando tomou o poder, em 1969, Kadhafi era um jovem de pouco mais de 25 anos da tribo beduína dos Kadhafa. Filho de Aicha e Abumerian, havia nascido em uma *guitone* (tenda baixa, coberta por peles de cabra) dos nômades do deserto de Syrta.

Fervoroso nacionalista já nos anos 60, Kadhafi desde muito cedo decidiu alistar-se no exército para realizar seu sonho político: seguir os passos do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser, constituindo um grupo de "oficiais livres", dentro das forças armadas reais para tentar derrubar a monarquia do velho rei Idris al-Sanusi. O monarca era o chefe da *Sanusiya*, uma confraria reli-

giosa muçulmana cuja influência se estende até o norte do Chade, fundada em 1837 por Muhammad al-Sanusi para enfrentar o domínio turco e, posteriormente, o colonialismo italiano.

Com a independência, depois do fim da Segunda Guerra Mundial, o líder da *Sanusiya* – que detinha uma inquestionável autoridade religiosa – foi proclamado (segundo alguns, contra a sua vontade) monarca da Líbia, concentrando os poderes político e espiritual.

O país não era como o conhecemos hoje. Havia sido sucessivamente província do império otomano (1530-1911), colônia italiana (1911-1942) e protetorado britânico (1942-1951). E em 1969, apesar de oficialmente independente, a nação encontrava-se ocupada pelas corporações transnacionais e por tropas estrangeiras estacionadas em bases militares.

As riquezas do subsolo eram controladas por companhias petrolíferas norte-americanas, inglesas e francesas, que operavam em território líbio graças a uma lei aprovada e posta em prática pelo rei Idris, em 1954. De fato, toda a economia era dirigida por empresas estrangeiras, e a soberania nacional se via contestada pela presença de bases militares dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, instaladas em território líbio desde 1942.

Aos olhos de um visitante, a Líbia de 1969 parecia próspera, mas as aparências enganavam. Os habitantes da capital, Trípoli, eram em sua maioria estrangeiros. A população líbia vivia em bairros precários e miseráveis da periferia da cidade, os quais recordavam as



Kadhafi: desafiado a implementar mudanças

imagens bíblicas da Galiléia na época de Cristo. O país era potencialmente rico mas a renda per capita o colocava entre os mais pobres do continente africano.

**O golpe dos "oficiais livres"** – É nesse contexto que deve ser analisado o golpe de estado de Kadhafi e de seus 62 "oficiais livres", no dia 1º de setembro de 1969. Para os observadores da época, tomada do poder foi uma tentativa da elite líbia de estender a outras camadas sociais os benefícios do *boom* petrolífer nacional. Não se tratava de uma visão equivocada, já que, entre 1969 e 1973, apesar de alguns expurgos que eliminaram do poder antigos companheiros de Kadhafi, o novo governo promoveu diversas mudanças que beneficiaram amplas camadas sociais.

A renda per capita passou de 47 dólares em 1962 para 407 dólares em 1969 e chegou até 6.270 dólares em 1973. Produto Nacional Bruto (PNB) passou de 524 milhões de dólares para mais de 19 bilhões de dólares em 1973.

O orçamento do Estado, após alguns anos de governo revolucionário, sup-

rou a casa dos 23 bilhões de dólares, uma cifra doze vezes superior à do período monárquico. Os investimentos estatais nos setores agrícola e industrial foram trinta vezes maiores que os realizados pelo rei Idris, desde 1951. Com base nos recursos petrolíferos, Kadhafi e sua equipe promoviam a modernização e diversificação da economia do país, com ênfase na agricultura.

**"A terceira via"** – Em 15 de abril de 1973, o coronel Kadhafi pronunciou um discurso em Zuara, no qual anunciou as linhas básicas de uma reforma geral nas instituições do país, com o objetivo de assegurar que o poder político passasse a ser exercido diretamente pelo povo.

Dois anos mais tarde, em abril de 1975, depois de meditar alguns meses no deserto, o líder líbio completou seu programa de mudanças políticas. Em um livro que comparou a um "novo Evangelho" – o Evangelho da era das massas –, Kadhafi desenvolvia sua "terceira teoria universal". Tratava-se de uma filosofia reunida em três pequenos volumes do *Livro Verde*, uma espécie de "terceira via" entre o materialismo capitalista e o ateísmo comunista, na qual o líder líbio esboçava as linhas mestras de uma nova organização política, econômica e social para o país.

Essas mudanças políticas levaram a novas alterações no poder. Em agosto de 1975, foram afastados os principais membros do Conselho de Comando da



Revolução, órgão supremo do regime, instaurado em setembro de 1969. Finalmente, em 2 de março de 1977, na cidade de Sebha (antiga Fezzan, que esteve sob domínio francês nos anos da Segunda Guerra), Kadhafi instituiu a democracia popular direta, a *Jamahiriyah al-Arabia al-Libiya al-Shabiya al-Istiraqiya*, um neologismo árabe que poderia ser traduzido por algo como "República Popular e Socialista das Massas Árabes Líbias".

O próximo passo de Kadhafi foi anunciar, em 1º de setembro de 1978, quando completava nove anos de governo, a separação oficial entre o Estado e a Revolução (entendida como organização política). Para tanto, criou os Co-

mitês Revolucionários e pessoalmente abandonou as tarefas administrativas para dedicar-se exclusivamente às tarefas de organização e teorização políticas.

**Fim dos anos dourados** – Entre 1979 e 1981, o regime líbio suprimiu o comércio privado e lançou a "moda" dos armazéns (ou lojas) do Estado, assumindo a responsabilidade das vendas no atacado e no varejo. A experiência teve um resultado desastroso para a economia líbia, levou o país à recessão e obrigou o governo a impor um plano de austeridade.

O revés na economia teve reflexos no plano político. Como consequência, muitos dos sonhos de Kadhafi se transformaram em um verdadeiro pesadelo. A proposta do "poder do povo para o povo" não era fácil de implantar em um país acostumado, nos últimos anos, a um alto grau de paternalismo estatal. E pouco a pouco, entre 1981 e 1986, aquela tentativa foi-se desvirtuando tanto de sua essência inicial, que há quem diga que se transformou em uma farsa. Com problemas na economia e na institucionalização dos avanços revolucionários, o povo foi-se decepcionando, tanto quanto o próprio Kadhafi.

Numerosos intelectuais e quadros técnicos e políticos optaram por emigrar, enquanto outros promoviam a formação de organizações de oposição. A emigração dos técnicos produziu uma acentuação da já existente dependência

A produção de bens de consumo caiu e não tem conseguido satisfazer a demanda



de quadros estrangeiros.

Tal processo se deu em meio a um quadro de desvalorização contínua do *dinar* (a moeda local), queda dos preços do petróleo e falta de produtos de consumo. A essa difícil situação interna se somava um contexto internacional adverso, com a derrota militar no Chade<sup>1</sup>, o isolamento diplomático e a hostilidade dos países ocidentais, liderados pelos Estados Unidos, que acusavam Kadhafi de promover a maior parte dos atentados terroristas contra cidadãos brancos norte-americanos que ocorriam no mundo.

Na noite de 14 para 15 de abril de 1986, o governo Reagan bombardeou (utilizando para isso mais de 50 aviões) as cidades de Trípoli, Benghazi e diversas instalações militares no litoral líbio. Alastrou-se o pânico. Kadhafi foi ferido e uma de suas filhas morreu durante o bombardeio, que produziu enormes perdas materiais.

O regime resistiu ao ataque, mas realizou uma autocrítica. O sistema foi posto em discussão por seus próprios dirigentes, embora, em seus discursos, continuassem referindo-se à "terceira teoria universal". Entre 1986 e 1987, o governo procurou manter-se apoiado



A modernização da agricultura sempre foi uma das metas prioritárias do governo

em seus "núcleos de resistência", principalmente nos membros das tribos dos Kadhadeba (a etnia do coronel líbio), dos Al-Medjabra (do general Abu Bakr Younes Jabr) e dos Al-Meghera (do comandante Jaloud). A economia, apesar dos esforços realizados nos anos anteriores, aumentava sua dependência da iniciativa pública e do único recurso do país – o petróleo.

Em 1988, a queda dos preços do petróleo bruto, de 18 para 14 dólares, a desvalorização da moeda norte-americana e a diminuição da produção acarretaram uma redução nas reservas dos países. O descontentamento popular atingia o seu auge. No início de 1989, estouraram manifestações em Syrta, Sebha, Bani Walid e Tobrouk.

Pressionado pela crise econômica, Kadhafi adotou várias reformas: libertou a maioria dos presos políticos; abandonou um de seus dogmas, admitindo que cada cidadão poderia acumular riquezas e "tornar-se rico e burguês", sempre que isso fosse graças ao seu próprio trabalho; devolveu uma parte das empresas artesanais e comerciais a seus antigos proprietários e condenou os excessos cometidos no passado.

Porém, essas medidas não tiveram o retorno esperado. Aparentemente, o

povo estava cansado do regime, que se tornara cada vez mais burocrático e – ao contrário da proposta de democratizar o poder – havia cedido à tentação do autoritarismo.

Neste começo da década de 90, os investimentos do setor privado continuam tímidos e a recuperação econômica parece distante. Poder-se-ia concluir, então, que a era de Kadhafi está chegando ao fim? É difícil responder. A Líbia é um país de 1.775.500km<sup>2</sup>, com apenas três milhões de habitantes. O coronel líbio conseguiu, durante 20 anos, comandar seu país em meio a muitas turbulências, devidas, em parte, ao estado de tensão permanente em que vive o Oriente Médio há mais de quatro décadas. Kadhafi, considerado excêntrico e louco, sempre quis chamar a atenção sobre si mesmo. A etapa que se abre com a nova década vai exigir muito de sua forte personalidade. Possivelmente, ele já saiba que somente a renovação política e um novo impulso econômico poderão consolidar o processo de transformações por ele mesmo iniciado com tanta audácia há 20 anos. ●

<sup>1</sup> Em 1980, a Líbia invadiu o Chade, que estava submergido em uma guerra civil, para apoiar o presidente Goukouni Oueddei. Devido à forte pressão da Organização da Unidade Africana (OUA) e da França e após algumas derrotas, a Líbia se retirou do território chadiano, em novembro de 1981.



Zona residencial bombardeada pelos EUA

# O lado negro da riqueza

Após uma década de crescimento, as nações ricas do sudeste asiático se perguntam se não estariam pagando um preço alto demais em termos ecológicos por sua prosperidade

Surya Gangadharan

**P**ressionados pelos grupos ecológicos locais, em alguns casos, ou por iniciativa própria, em outros, vários países do sudeste asiático estão mostrando uma preocupação cada vez maior em relação ao lixo, poluição e dejetos radiativos gerados por sua recente riqueza.

As denúncias de populações afetadas por estes problemas se multiplicam em toda a região. Há exemplos graves, como o da ilha filipina de Leyte, que acusou uma empresa de cobre japonesa de contaminar suas águas, colocando em risco a vida e a saúde dos pescadores. Profissionais da saúde locais confirmaram a morte de várias pessoas com sintomas idênticos aos do terrível "mal de Minamata"<sup>1</sup>. Até agora, os casos fatais dos quais se têm notícia só incluem ex-trabalhadores da empresa, mas esta continua lançando dejetos no mar, perto de um dos centros pesqueiros mais ricos das Filipinas.

Kawata, professor da Universidade de Nagoya, estudou a poluição em Leyte e concluiu que o solo e o mar já estão contaminados por arsênico, mercúrio, cádmio, zinco e outros metais pesados.

Outro caso conhecido é o da ilha de Bintan, situada no estreito de Malaca (que separa a Indonésia da Malásia), onde uma empresa de mineração estatal de Singapura foi acusada de despejar substâncias tóxicas. A denúncia gerou protestos do governo de Jakarta e levou à prisão de quatro funcionários dessa empresa, que estão agora respondendo ao processo. Embora o ministro do Meio Ambiente de Singapura tenha afirmado que os produtos eram biodegradáveis e não-tóxicos ou prejudiciais à saúde, a empresa concordou em retirar o material da ilha.

## Poluição versus lucros

— O sudeste asiático ainda tem poucos motivos para se preocupar com sua ecologia, se compararmos sua situação com os desastres ecológicos que ocorrem em outras partes do mundo, como o vazamento de petróleo do navio "Exxon Valdez", na costa dos Estados Unidos.

Na realidade, o principal problema nessa área ainda é a destruição desenfreada da selva tropical pelo sistemático corte das árvores, exportadas para países industrializados.

Mas a contaminação também já está preocupando e se complicou quando países industrializados — especialmente o Japão — começaram a instalar suas indústrias mais poluentes nos países mais pobres do sudeste asiático. Para os grupos ecológicos japoneses, seu governo estaria se aproveitando da avidez por investimentos estrangeiros e da falta de leis rígidas de proteção ao meio ambiente em muitos países da área.

O aumento do número de casos de populações afetadas pela contaminação ou por dejetos radiativos tem despertado veementes protestos. Na aldeia de Bukit Merah, na Malásia, os moradores estão movendo uma ação na justiça para conseguir o fechamento definitivo da firma nipo-malaia Asian Rare Earth, que acusa de contaminar a região com dejetos radiativos, provocando anomalias nos fetos e leucemia na população.

Um grupo de ecologistas japoneses resolveu assumir esta causa e declarou que a contaminação foi resultado do mau uso do *monakpel*, o material empregado. A companhia japonesa Mitsubishi, dona de 35% da Asian Rare Earth, negou as acusações e o caso agora está



Asia Rare Earth: os vizinhos da fábrica lutam para fechá-la

em julgamento nos tribunais.

Na Tailândia, a preocupação com a ecologia só aumentou porque o reverenciado rei Bhumibol Adulyadej se converteu à causa. O nascente movimento ecologista tailandês promoveu manifestações contra os planos de uma cadeia suíça de hotéis de construir prédios ao longo de uma estreita faixa da costa, de 450 hectares, perto do balneário de Phuket.

Em Singapura — que, depois do Japão, possui o nível de vida mais alto entre os países asiáticos —, as leis ambientais são cumpridas com rigor, havendo controle até mesmo dos veículos motorizados, para medir os gases que emitem.

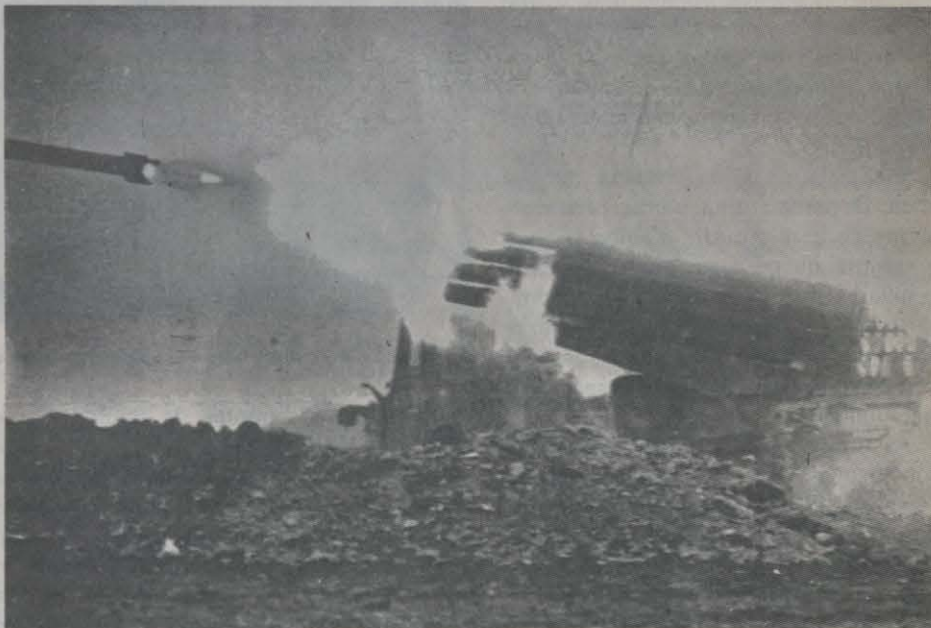
Mas Singapura tem outro problema: os sacos de lixo. Todos os dias, os centros comerciais da cidade despejam mais de quatro milhões destes sacos, quantidade que aumenta durante as festividades. As autoridades de Singapura estão preocupadas, porque os sacos de lixo e os recipientes de comida preparados à base de polietileno criarão problemas para a próxima geração. Para que isso não aconteça, as autoridades criaram um plano para distribuir bolsas plásticas biodegradáveis. ●

<sup>1</sup> Minamata é uma aldeia de pescadores no Japão, que ficou conhecida no mundo inteiro na década de 60, após o envenenamento de muitos dos seus moradores por mercúrio, lançado ao mar pela empresa química Chisso.



# Sob o clarão dos mísseis

O conflito entre o governo de Kabul e os rebeldes muçulmanos se transformou numa batalha entre sofisticados mísseis de diferentes procedências, na qual as crianças são as principais vítimas



Os rebeldes afegãos testam foguetes modernos que são um pesadelo para a população civil, em particular para as crianças, suas vítimas principais

Ahmed Rasheed\*

**A**os pés dos montes nevados de Kabul, a capital afegã, seus habitantes lutam para sobreviver em meio à escassez de alimentos e aos ataques dos mísseis que os Estados Unidos fornecem aos rebeldes *mujahedines*. E são as crianças as principais vítimas, tanto das bombas, quanto da desnutrição.

Somente em um final de semana, os rebeldes lançaram 22 mísseis, que mataram 40 pessoas e feriram 136. Numa tarde de sábado, um foguete *sakr*, de fabricação egípcia, explodiu numa confeitaria, no centro da capital, deixando 20 pessoas mortas e 45 feridas. Quando cheguei, poucos minutos depois, pude ver dezenas de mulheres, que assistiam a uma cerimônia de casamento, fugirem

desesperadas, arrastando seus filhos.

Logo após a explosão, chegaram algumas patrulhas, ambulâncias e uma equipe do corpo de bombeiros, prestando um trabalho de socorro que já se transformou em rotina: atenderam os feridos e isolaram toda a área, na eventualidade de que no míssil *sakr* pudesse haver cabeças blindadas de efeito retardado. Mais tarde, uma multidão começou a percorrer os hospitais de campanha, tentando localizar seus familiares nas listas de feridos.

O espocar das bombas faz tremer os vidros das janelas de toda a cidade, o dia inteiro. À noite, em represália, o governo lança seus mísseis soviéticos *scud* sobre os postos rebeldes nas sitiadas Jalalabad e Khost, próximas à fronteira do Paquistão. Ao custo de um milhão de dólares cada um, os *scuds* rugem em direção ao infinito, com suas luzes incandescentes na noite estrelada.

**Tecnologia a serviço da destruição** – A guerra do Afeganistão se transformou numa batalha entre mísseis de alta tecnologia, onde, de um lado, está o governo, apoiado pela URSS, e de outro está a guerrilha *mujahedin*, armada pelos Estados Unidos. Nesta guerra, a maioria das vítimas é sempre civil.

A Agência Central de Informações dos Estados Unidos (CIA) entregou aos guerrilheiros mísseis de fabricação chinesa e egípcia, com alcance médio de 45 quilômetros, ou mais. Isso possibilita aos rebeldes muçulmanos dispará-los a partir de pontos localizados fora da área de segurança estabelecida pelo governo ao redor de Kabul.

Vinte crianças foram internadas no Hospital Pediátrico Indira Gandhi, em Kabul, depois do ataque ao salão de chá da confeitaria. Já Faradin, de cinco anos, e seus dois irmãos mais velhos, brincavam às margens do rio Kabul

## ÁSIA

quando um míssil explodiu perto deles. Seus irmãos morreram instantaneamente e Faradin se encontra agora em um hospital, com o fêmur completamente destruído pelos estilhaços.

Quando saiu do estado de choque, Faradin chorou por doze horas seguidas, com dores insuportáveis. "Perguntou-me porque tinham feito aquilo com ele, e eu não tive resposta", lamentou-se o dr. Ashraf, cirurgião ortopédico, já habituado a ter de amputar os membros das crianças vítimas de bombardeios.

Hanifa, uma linda menina de dez anos, já perdeu uma perna, provavelmente perderá a outra, e ainda carrega o trauma de ter visto quatro de seus familiares morrerem durante os bombardeios. As crianças feridas, às vezes obrigadas a dividir a mesma cama, têm no rosto uma expressão de desespero e incredulidade.

As mesmas cenas podem ser vistas nos hospitais da cidade paquistanesa de Peshawar, onde são tratadas as crianças *mujahedines* que foram alcançadas pela explosão de minas ou pelos bombardeios da força aérea governamental.

**Fome e medo** – Mas em Kabul a situação ainda é mais grave. Aos horrores da guerra, soma-se a falta de alimentos e combustível, que se acentua nos meses de inverno no hemisfério norte, entre dezembro e março. A escassez de comida começa com as primeiras neves que



A distribuição de alimentos é um paliativo ao bloqueio e à fome

caem sobre os montes de Paghman, não muito longe da capital.

Os médicos afegãos calculam que pelo menos 60% das crianças da cidade têm algum grau de desnutrição: "Milhares de crianças estão morrendo neste inverno porque não há alimentos ou combustível suficiente para a calefação de suas casas", diz o dr. Azizullah Saidali, vice-diretor do Hospital Indira Gandhi.

Ali existe um pavilhão especial, repleto de crianças feridas e mutiladas pelas bombas, que ainda por cima sofrem de desnutrição. Na cidade não se

encontra leite fresco, os vegetais são raríssimos e caros, a carne está fora do alcance das maioria das famílias. Sete quilos de arroz – o alimento mais popular – custavam, há um ano, 800 *afghanis* (a moeda local); agora custam 2.300 *afghanis*, o que ganha um médico em início de carreira.

Alguns afegãos temem que os Estados Unidos e o Paquistão pressionem os *mujahedines* para que estes sitiem a capital e a obriguem a render-se até o final deste inverno, quando a fome se tornar insuportável. A geografia da região facilitaria esse processo, pois todos os carregamentos de alimentos chegam a Kabul por terra, trazidos da União Soviética e Paquistão.

Mas há os que são otimistas e acham que as neves do inverno talvez tragam o fim da "estação da guerra", segundo uma frase popularizada pelos guerrilheiros. Os poucos que assim pensam esperam que tanto os Estados Unidos quanto o Paquistão reconsiderem sua política em relação ao Afeganistão e favoreçam um acordo de paz. Infelizmente, para todos, neste momento os indícios de que isso ocorra são mínimos.

No dia a dia da guerra, os afegãos sonham com um acordo de paz



\* Pacific News Service (PNS). Ahmed Rasheed esteve recentemente no Afeganistão, enviado pela "Far Eastern Economic Review" e pelo "The London Independent".

# Adeus às armas

Um dos mais antigos movimentos guerrilheiros comunistas da Ásia decide depor as armas e abandonar suas bases na fronteira entre a Tailândia e Malásia

P. Prashanth

O primeiro-ministro, Mahathir Mohamad, suspendeu o toque de recolher e a proibição dos malaioes viajarem à China



**A**pós uma luta que durou mais de 40 anos contra o governo malaio, um dos mais antigos movimentos rebeldes comunistas da Ásia concordou em depor suas armas e se incorporar à vida civil.

O líder do Partido Comunista da Malásia (PCM), Chin Peng, participou com mais de mil guerrilheiros e suas famílias em uma cerimônia de entrega de armas, que contou também com a presença de membros dos exércitos da Tailândia e Malásia.

O governo malaio, encabeçado pelo primeiro-ministro Mahathir Mohamad, disse ter realizado uma série de reuniões com os líderes guerrilheiros, com o objetivo de acabar com as hostilidades. O primeiro-ministro anunciou

também a suspensão do toque de recolher nas áreas ocupadas pelo movimento rebelde e o fim da lei que proibia a visita à China de cidadãos com menos de 60 anos, por temer o contato com o regime comunista de Beijing (Pequim).

Chin Peng, que não era visto em público desde 1956, quando deixou a selva para manter conversações de paz, fugiu para a China na década de 60. Os ingleses lhe haviam concedido uma medalha de honra do Império Britânico por ter ajudado a combater os japoneses na Malásia, durante a Segunda Guerra Mundial. Com o fim do conflito, o líder guerrilheiro retomou sua luta, dessa vez contra as autoridades coloniais britânicas.

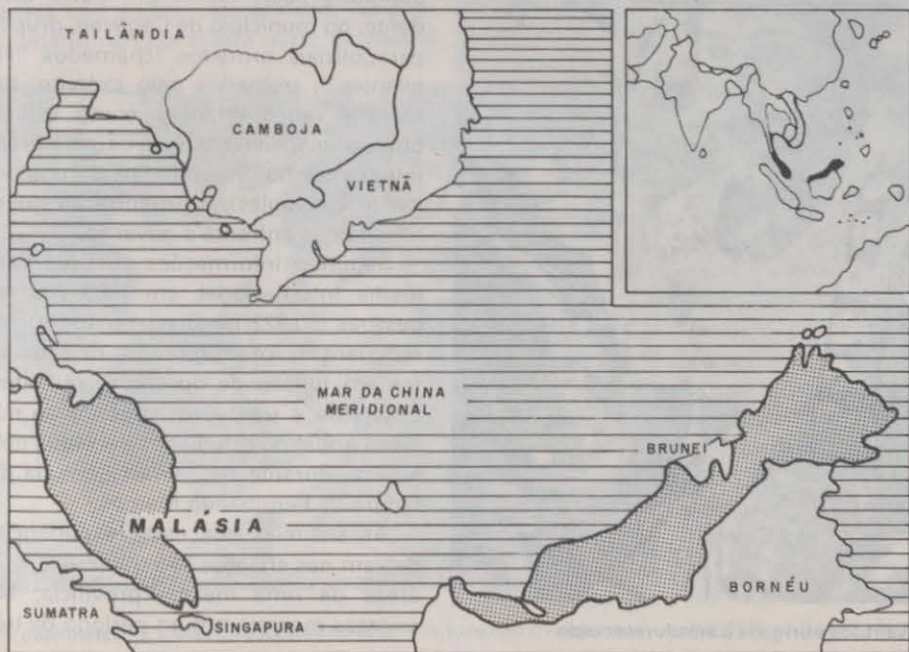
**Influência chinesa** – Até recentemente, o Partido Comunista Chinês apoiava moralmente o PCM – composto principalmente por malaioes de origem chinesa –, o que, segundo o Ministério das Relações Exteriores da Malásia, seria a causa dos problemas diplomáticos com a China.

Esse grupo étnico, descendente de mineiros e comerciantes do sul da China que chegaram à Malásia no século XIX, corresponde a um terço da população. Na década de 60, malaioes de origem chinesa, leais à revolução de Mao Tsé Tung, começaram a organizar a agrupação conhecida como Partido Comunista Malaio (PCM).

Desde então, tropas da Malásia, batalhões britânicos e forças contra-insurgentes da Austrália, Nova Zelândia e ilhas Fidji vinham combatendo o movimento comunista na selva, numa guerra onde morreram quase sete mil rebeldes e quatro mil civis.

Fontes militares consideram que o PCM se rendeu porque já não tinha apoio da China e dos malaioes de origem chinesa. A nova geração desse grupo étnico já não compartilha os mesmos sentimentos em relação à China dos seus pais e avós, o que tornava cada vez mais difícil o recrutamento de guerrilheiros.

O acordo de paz chegou num momento em que o movimento guerrilheiro estava sendo esvaziado por uma série de deserções, pois muitos rebeldes estavam sendo atraídos pela anistia proposta pelo governo de Bangcoc.



# Os filhos da guerra

**Corazón Aquino chegou ao poder em 1986, em meio à esperança do povo de mudar o destino de seus filhos, um desafio num país onde 41% da população têm menos de 14 anos**

Joseph Collins

*"Passei por uma procissão. Um menino encabeçava a caminhada carregando uma cruz. A família e alguns amigos o seguiam, levando uma caixa de sapatos. Iam a caminho do cemitério". De um sacerdote norte-americano que visitou as Filipinas em março de 1989.*

O futuro das Filipinas durante várias gerações depende das possibilidades atuais de dar às crianças alimentação e educação adequadas, que lhes permitam desfrutar de uma infância feliz, livre de preocupações e em paz. Lamentavelmente, essa não é a vida que leva a maioria das crianças filipinas.

Num livro publicado pela organização *Food First*, intitulado *The Phillipines: Fire on the rim* ("Filipinas: fogo na marginalidade"), o doutor Marcelino, um psicólogo do Centro de Reabilitação da Infância, em Manila, a capital filipina, relata a história vivida por um menino camponês:

"Rodel tinha então, talvez, 12 anos. Estava no campo, plantando arroz com seu pai, quando chegaram soldados do governo. Os militares acusaram seu pai de ter ajudado os rebeldes com alimentos e provisões e o interrogaram sobre o paradeiro dos guerrilheiros. O homem não quis responder, ou não entendeu o que estavam perguntando. Os soldados, então, começaram a torturá-lo. Batiam-lhe por todo o corpo e disparavam suas armas. O menino se escondeu entre as árvores mais próximas para observar a cena. Não queria

deixar seu pai só com os militares. Assim, presenciou como seu pai morreu, executado com um tiro, e como foi depois cortado em pedaços".

Rodel se escondeu com sua mãe, mas foi capturado um mês depois. Esteve detido duas semanas e foi surrado. "Uma das coisas mais dolorosas que se lembra - continua o dr. Marcelino - é de quando lhe batiam com dois pedaços de madeira nas orelhas até fazê-lo sangrar".

Pelo menos na metade das províncias das Filipinas as crianças são testemunhas ou vítimas diretas de assassinatos brutais, como o ocorrido com o pai de Rodel. Prisões, sequestros, torturas, bombardeios, massacres e evacuação forçada de aldeias inteiras são realizados pelo exército ou pela polícia, sob ordens militares. Essa violência tem se transformado em algo cotidiano na medida em que a guerra civil se intensifica.

As forças do governo incorporam menores, a partir dos 11 anos, para trabalhar nos destacamentos paramilitares. Por outro lado, é sabido que os guerrilheiros recrutam crianças para transportar mensagens e atuar em algumas tarefas de informação.

Em fins de 1988, em Surigao do Sul, as forças do governo dispararam contra uma escola, alegando que havia guerrilheiros escondidos. Três alunos foram atingidos pelas balas. Em outro incidente, no município de Cagayan, grupos parapoliciais armados (chamados "vigilantes"), treinados pelo exército, tomaram várias crianças como reféns, porque suspeitavam que os pais eram integrantes do "Novo Exército Popular" (NPA, em inglês), a organização guerrilheira que enfrenta o governo.

Segundo informações da Cruz Vermelha Internacional, em 1988 200 mil pessoas (30.922 famílias), na sua maioria crianças, foram retiradas de seus lares em função de operações militares. Essa cifra é três vezes superior ao número anual de refugiados deixados pela guerra, durante os últimos anos da ditadura de Ferdinand Marcos.

As sequelas que essas experiências deixam nas crianças são trágicas. Em 30 áreas de uma mesma província, 148 crianças morreram num período de três



Na expressão do seu olhar, as marcas de uma juventude obrigada a amadurecer cedo

meses por causa de epidemias. Nos centros provisórios de refugiados, as crianças apresentam sintomas de sérios traumas: medo intenso aos soldados, aos helicópteros; vômitos e dores de cabeça, períodos de retração, sentimento profundo de abandono e desamparo, como consequência da perda da proteção dos pais.

**O trabalho das crianças** – Sete milhões de crianças nas Filipinas (algumas fontes dizem 10 milhões), entre os cinco e 14 anos de idade, integram a mão-de-obra disponível no mercado de trabalho. A maioria trabalha longas jornadas sob penosas condições. O salário é baixíssimo ou, às vezes, inexistente. Cerca de 50% das crianças abandonam a escola primária antes da sexta série para começar a trabalhar.

No campo, os menores que trabalham são, em sua maioria, filhos e filhas de camponeses sem terra. Os filhos dos arrendatários não trabalham só no campo. Muitas vezes, trabalham na casa do proprietário sem receber nada em troca. Esse serviço garante que a família não será expulsa da terra onde trabalha.

Um caso típico: Jun Jun, agora com 13 anos, trabalha numa plantação de cana-de-açúcar desde os seis anos de idade. Cada partícula de seu magro corpo está coberta pela fuligem que flutua no ar, quando o campo é queimado antes que a cana seja cortada. "O proprietário nos considera parte do pacote

que negocia", explica Jun Jun. "Ao contratar meu pai, está implícito que nós vamos trabalhar com ele. Nos pagam por tonelada cortada e carregada sobre o caminhão. Por isso, quanto mais meus irmãos e eu conseguirmos ajudar nosso pai, mais ganhamos. Minhas duas irmãs ajudam minha mãe a descascar a cana

e, assim, ganhamos um pouco mais. Nós todos gostaríamos de ir à escola, mas não temos tempo".

Existem muitos menores trabalhando também na industrialização da lã e na confecção de roupas. Os empregados quase nunca estão registrados e os menores, que constituem a maior parte da força de trabalho, são especialmente vulneráveis à exploração. Normalmente, ninguém se preocupa com sua saúde, nem com as condições de trabalho, inclusive nas fábricas que utilizam produtos químicos tóxicos. A jornada de trabalho dos menores nas indústrias de confecções geralmente é de onze horas diárias, de segunda a segunda.

Durante os últimos meses do ano, a jornada de trabalho se torna ainda mais longa. Os menores de 4 ou 6 anos geralmente não chegam a ganhar mais de 5 pesos por dia. Os menores de mais de 11 anos ganham entre 5 e 40 pesos por dia, sempre abaixo do salário mínimo diário de 64 pesos (três dólares).

**Meninos de rua** – Exércitos de jovens de ambos os sexos desfilam pelas ruas das cidades e aldeias, oferecendo cigarros, balas, postais e flores. No



Muitos jovens se incorporaram à guerrilha

metró de Manila, dormem entre 50 a 70 mil menores diariamente. Muitos preferem dormir no abrigo subterrâneo a ter que compartilhar com sete pessoas ou mais um quarto miserável em uma favela, infestada de ratos. Não só evitam assim a promiscuidade, mas também de se transformar em válvula de escape das frustrações e raivas dos adultos de sua família.

Em meio a esse panorama de violência e desolação, não é de se estranhar que alguns desses menores se envolvam em atividades sexuais por dinheiro. A Conferência Nacional de Menores filipinos indicou que 20 mil já estão iniciados na prostituição. O fato de poder ganhar dinheiro com mais facilidade os leva a se oferecer aos donos de bares, prostíbulos e traficantes de drogas que prometem tirá-los dessa dura realidade.

Jerome Caluyo, que foi um desses meninos de rua, trabalha agora como assistente social em Olongapo, a cidade mais próxima à base de Subic Bay, onde cerca de 16 mil mulheres – a maioria de famílias do campo – trabalham "divertindo" os marinheiros norte-americanos.

No livro do dr. Marcelino, Jerome fala sobre os meninos de rua em Olongapo: "Existem três mil menores abandonados, dos quais dois mil são filhos dos norte-americanos. Eles vivem na rua, debaixo de pontes, nos parques, nas escadarias das igrejas, clubes noturnos e terrenos baldios. Muitos trabalham como catadores de papel, retirando do lixo depositado nas ruas tudo o que possa ser revendido, como garrafas, caixas de papelão e restos de alimentos". •



A desnutrição e a falta de escolas ameaçam o futuro das crianças

# Crescimento: a que preço?

O mundo adotou um modelo de crescimento industrial que causa danos irreparáveis ao meio ambiente e promove o uso indiscriminado dos recursos, sem levar em conta as futuras consequências

S. M. Mohd Idris

**A** cada dia, estou mais convencido de que o mundo é como um trem, que corre rápido sobre os trilhos rumo a uma colisão. O problema é que o maquinista está convencido de que estamos no caminho certo, o fiscal controla os bilhetes com alegria e nós, os passageiros, ainda não percebemos a eminência do desastre.

Isso soa como uma profecia exage-

radamente alarmista e as pessoas não querem ouvir coisas amargas. É muito mais fácil e cômodo não ver os problemas e se dedicar a levar uma vida tranquila. Afinal de contas, os desafios do mundo são demasiado complexos para serem resolvidos por uma só pessoa. Sendo assim, por que não levar a vida da melhor maneira possível?

Esta atitude não surpreende, mas tem seus inconvenientes. Cedo ou tarde, os problemas do mundo invadirão nossa casa, nossa família, nossa própria vida e não poderemos fugir deles. Não é melhor, então, adiantar-se, tratando de entendê-los e combatê-los, ainda que as soluções pareçam impossíveis?

## Concentração da riqueza

— Talvez o maior de todos os problemas seja a distribuição tão desigual dos recursos do mundo. Uma distribuição na qual os países ricos levam a parte do leão e as nações pobres ficam com muito pouco. Inclusive dentro dos países do Terceiro Mundo, a riqueza e a renda não são repartidas equitativamente.

Essa desigualdade mundial levou a um sistema econômico e social que prioriza o uso da alta tecnologia para produzir bens de luxo e projetos que só os ricos podem custear. Os pobres não têm condições de consumir; por isso, a economia não produz suficientes artigos para eles.

Todo o país quer ter um alto crescimento econômico.

Não importa para a maioria dos governos se esse crescimento tem por objetivo produzir mais bens de luxo ou satisfazer as necessidades básicas da maioria da população. Infelizmente, as matérias-primas e os recursos naturais, entre eles a terra cultivável, são limitados. Nos últimos 50 anos, a exploração irracional desses recursos preciosos provocou um esgotamento de muitos deles, superior ao de todos os anos anteriores da história da Humanidade.

Em poucas décadas mais, outros recursos não-renováveis, como o petróleo, se esgotarão. Mas, nesse interim, a população terá aumentado. Quando os recursos comecem a faltar, é fácil prever que os países industrializados apertarão ainda mais suas garras sobre o Terceiro Mundo, e que os ricos de nossas sociedades subdesenvolvidas explorarão ainda mais as camadas pobres.

O processo de crescimento também destruiu grande parte da natureza. As companhias transnacionais não estão preocupadas com um desenvolvimento a longo prazo: seu interesse é obter lucros a curto prazo. Os governos, em geral, tampouco se preocupam em obter um crescimento a longo prazo, pois a mira está colocada nas próximas eleições. Querem resultados rápidos; se ocorrerem efeitos secundários negativos, caberá à próxima geração de políticos enfrentar o problema.

Lamentavelmente, o "longo prazo" de hoje, um dia se juntará com o "curto prazo". O "futuro" um dia se transformará em "presente". Esse é o dilema da nossa geração. Os problemas do passado se acumularam e agora fazem parte do presente. Não há mais escapatória. O mesmo continuará acontecendo nos próximos anos.

**Destruição da natureza** — Mais da metade das matas tropicais do mundo foi cortada e em alguns anos mais, as restantes terão a mesma sorte, provocando a perda dos recursos madeireiros, da flora, e da fauna; causando erosão às



O mundo é um trem rumo ao desastre, e nós não sabemos



Mais da metade das matas tropicais foi cortada, provocando sérios danos ao meio ambiente

terras cultiváveis; diminuindo as reservas de água potável e alterando o clima, com consequências catastróficas. As secas na Índia e Etiópia são resultado do desmatamento, e para o futuro se esperam piores secas em outras regiões do planeta.

Os "milagres" da tecnologia moderna estão rendendo frutos amargos. A chamada Revolução Verde trouxe consigo novas sementes e pesticidas. Os agentes causadores das pragas estão cada vez mais imunes aos venenos e mais comum é aumentar a sua dose, o que afeta os cultivos e as plantas em geral. Se se reduzir o uso de agrotóxicos, as pragas poderão destruir as

plantações. Qual é, então, a solução?

Por outro lado, se constroem gigantescas represas, que depois de dois ou três décadas ficam obstruídas pela sedimentação. Mas já afetaram milhões de hectares de matas e obrigaram milhares de pessoas a abandonar seus lares nas zonas rurais.

Cada vez existe mais escassez de água na superfície terrestre, e a que fica, vai se contaminando gradualmente. De fato, a próxima crise ambiental será a escassez mundial de água.

Os antibióticos injetados no gado passam aos consumidores através da carne que se come e as bactérias, por sua vez, ficam cada vez mais imunes aos



Cada vez há mais escassez de água e grandes contingentes humanos sofrem as consequências

antibióticos. Os alimentos que ingerimos estão contaminados com bactérias, metais pesados, corantes e agrotóxicos. A água está contaminada com nitratos que provocam câncer (em algumas regiões da Inglaterra, a água não é considerada potável). Medicamentos tóxicos têm livre comercialização, especialmente no Terceiro Mundo.

Além disso, existe o perigo de algumas indústrias, virtuais bombas-relógio em potencial, que podem emitir radiações (como a *Asian Rare Earth*, em Bukit Merah, Malásia) ou gases tóxicos (como a *Union Carbide*, em Bhopal, Índia).

**Pensar no futuro – "Que deprimente"**

Esta é uma das respostas que provoca a enumeração dos males do mundo. Mas não é melhor ser consciente do que permanecer numa despreocupada ignorância? Porque, em última análise esses problemas nos afetam a todos. Isso se reflete na crescente incidência de câncer, na deterioração da qualidade de vida, no aumento das doenças, tais como a hepatite e a febre tifóide, e o que é mais importante, nas dificuldades que deverão enfrentar nossos filhos e netos.

É melhor saber o que está ocorrendo, mesmo que isso nos provoque angústia. Quando sabemos, ao menos podemos optar por atuar, por lutar contra essas tendências. Ou seja, contribuir para encontrar uma solução, que nos conduza para uma nova forma de desenvolvimento na qual o meio ambiente esteja protegido. Uma via que permite produzir os bens básicos necessários para todos (ao invés de artigos de luxo para poucos) e que as pessoas gozem de saúde física e espiritual.

Não é fácil mudar o sistema, mas é pior ainda esperar passivamente e dar margem a que, no futuro, nossos filhos e descendentes nos culpem por termos contribuído para a destruição do mundo. De modo que, se realmente somos passageiros de um trem que vai colidir, nosso dever é quebrar o vidro e apertar o botão do *stop*. Podemos causar confusão e enfurecer o maquinista, mas é melhor enfrentá-lo do que sentar-se na passiva espera do holocausto.

\*S.M. Mohd Idris é presidente da Associação de Consumidores de Penang, Malásia, e coordenador da "Rede do Terceiro Mundo"

# Intervencionismo de "baixa intensidade".

A DEA treina em plena selva peruana oficiais latino-americanos para a luta contra o narcotráfico, num processo – segundo muitos analistas – semelhante ao que deu origem à guerra no Vietnã



Dois tempos da repressão ao narcotráfico no Peru: ação da polícia em Hualaga (à dir.) e incineração de drogas em Lima (à esq.)

Roger Rodríguez

**A** eorge Bush abraçou Alan García e recebeu os cumprimentos de Jaime Paz Zamora. Atrás deles, Virgilio Barco esboçou um sorriso, como que satisfeito por haver conseguido organizar a primeira reunião de cúpula de presidentes dos quatro países mais afetados pela produção, tráfico e consumo de drogas no continente.

Enquanto essas imagens eram divulgadas para todo o mundo, a partir da cidade colombiana de Cartagena, na Bolívia, a 250 quilômetros de Santa Cruz, uma centena de soldados rastejava pela lama, obedecendo aos gritos e ordens que lhes eram dados – em um espanhol de má qualidade – por um ofi-

cial norte-americano de sobrenome Sánchez, um dos assessores da Drug Enforcement Administration (DEA) que ministrava cursos de treinamento na base militar de Chimoré.

Paralelamente, na zona do Alto Hualaga, no Peru, outro grupo de *marines* norte-americanos, destacados na própria DEA, assessorava oficiais especializados do exército peruano sobre como combater o que qualificam de "narcoguerrilha" do Sendero Luminoso e do Movimento Revolucionário Túpac Amaru (MRTA).

O acordo firmado entre os presidentes dos Estados Unidos, Colômbia, Peru e Bolívia para lançar uma ofensiva comum contra o narcotráfico já tem sua "cabeça-de-ponte" nos agentes da DEA que o governo norte-americano foi destacando, nos últimos dez anos, nos

três países que produzem 90% das folhas de coca da América do Sul.

**O mercado se impõe** – Em Washington, o comandante das Forças Espaciais Americanas, general James Lindsay, reconheceu, em 31 de janeiro último, que os países do Terceiro Mundo passam a constituir o centro das "preocupações" da Casa Branca ante a crise do Leste europeu, que parece desanuviar a "ameaça soviética" com a qual se alimentou o armamentismo norte-americano nos últimos 40 anos.

Lindsay não titubeou em definir o terrorismo, as rebeliões nacionalistas e o narcotráfico como os inimigos principais da nova política militar dos EUA; e na América Latina, junto com o conflito centro-americano, colocou o tema da produção de folhas de coca na Bolívia,



Colômbia e Peru. Sublinhou, inclusive, a expressão "Sendero Luminoso" como "um problema a ser cortado pela raiz".

Evidentemente, para uma estratégia em que conflitos de "baixa intensidade" incluem casos como os de Granada e Panamá, "média intensidade" implicam uma guerra como a do Irã-Iraque e "alta intensidade" somente se consideram os casos de guerra nuclear ou mundial, os países sul-americanos produtores de coca constituem excelente campo de experiência para táticas e armamentos militares. Especialmente quando as políticas de erradicação e substituição das plantações vêm fracassando.

No Alto Huallaga - principal área de produção de coca no Peru -, existem 250 mil hectares cultivados, dos quais apenas 10 mil são legais. Cada hectare semeado produz uma tonelada de coca em duas colheitas anuais. E enquanto o Estado compra a arroba de 11,5 quilos de coca por 10 mil *intis* (a moeda peruana), os traficantes oferecem entre 80 e 100 mil *intis* por arroba.

A lei do mercado se impõe: cada tonelada de coca produz 10 quilogramas de pasta básica de coca (PBC) e cada quilo de PBC é comercializado a 1.200 dólares. O quilograma de cacau - um dos produtos com que se pretende substituir a coca - é vendido a dois dólares.

A matemática torna inviáveis os planos de erradicação da coca propostos e financiados pelos Estados Unidos. Mesmo que se destinassem ao Peru os 10,63 bilhões de dólares que o governo Bush solicitou este ano como orçamento para lutar contra o narcotráfico, o problema não deixaria de existir.

**Proteger os camponeses** - No caso peruano, deve-se acrescentar, além disso, o problema dos grupos rebeldes, que, ao dificultarem o acesso de técnicos em erradicação da coca às zonas de



Cultivo de coca na Bolívia: um costume secular da população indígena

cultivo, constituem um argumento para "justificar" a aplicação de outros métodos.

Na prisão de Canto Grande, Lima, o principal dirigente do Movimento Revolucionário Túpac Amaru, Victor Polay, define o problema do narcotráfico como uma realidade sócio-econômica que nada tem a ver com questões morais.

Enquanto aguarda uma condenação de nada menos de 30 anos de prisão, o "Comandante Rolando" reconhece que para o MRTA, tanto quanto para o Sendero Luminoso, é fundamental defender os plantadores de coca das arbitrariedades dos narcotraficantes. "Uma coisa é o camponês que produz coca como seu único meio de vida. Este nós protegemos dos abusos dos traficantes, aos quais só podemos considerar como um comprador do produto. O problema da coca é de difícil solução. As plantações deverão ser erradicadas aos poucos, mas para isso também são necessárias modificações profundas na estrutura da sociedade peruana", diz ele.

Nas zonas controladas pelo Partido Comunista do Peru, (conforme se auto-denomina o Sendero Luminoso, e que

não tem vínculos com o Partido Comunista Peruano, que atua na legalidade), os narcotraficantes chegam a pagar quotas pela aterrissagem de suas avionetas, ou pelo carregamento de seus caminhões. O jornalista Todd Smith, do *Tampa Tribune*, teria assistido a algumas dessas operações. Seu cadáver foi encontrado na Plaza de Armas de Uchiza, quando ele vinha publicando uma série de artigos sobre o narcotráfico.

Até mesmo um dos comandantes político-militares designados pelo governo de Alan García para a zona de emergência do Alto Huallaga, chegou a compartilhar da visão dos rebeldes e, a partir daí, esboçou uma estratégia: o general Alberto Arciniega também resolveu proteger os camponeses

para corroer a base social dos movimentos guerrilheiros, mas isso lhe valeu uma acusação do governo norte-americano de que ele estaria a favor dos narcotraficantes.

**Uma visão diferente** - Para o Departamento de Estado, a guerra contra o narcotráfico merece estratégias diferentes das defendidas pelo general Arciniega. Basta recordar que a invasão do Panamá teve como pretexto a necessidade de capturar um suposto aliado dos narcotraficantes (o general Noriega) para se compreender que a intervenção militar direta não se confunde com os "conflitos de baixa intensidade".

À primeira vista, a presença de cerca de 500 efetivos da DEA na base militar de Santa Lucía, na selva peruana, e o crescente número de agentes norte-americanos que, de forma pública ou encoberta, vêm sendo introduzidos na Colômbia, Peru e Bolívia (todos têm sobrenomes espanhóis e falam espanhol), fazem recordar a mais de um analista as origens da guerra do Vietnã.

No Alto Huallaga, os camponeses prestam informações que tendem a confirmar que não somente tem sido



A campanha do governo para erradicar a coca tem provocado manifestações de milhares de camponeses bolivianos (acima, Cochabamba)

utilizado o proibido *spike* – produto com o qual se tenta queimar as plantações de coca –, mas que também teriam sido experimentados o *napalm* e armamentos bioquímicos.

O médico peruano José Lizzarraga – que dirigiu campanhas contra a febre amarela na serra e na selva peruanas – garante que somente fortes produtos tóxicos podem explicar os altos índices de contaminação de alguns rios e os estranhos sintomas apresentados por indígenas e camponeses das zonas do nordeste peruano.

O uso de produtos químicos para regar os plantios de coca foi considerado algo normal pelos pilotos dos helicópteros que, na base de Chimoré, fizeram uma exibição para os jornalistas que presenciaram a inauguração do II Curso Internacional Antinarcóticos “Garras del Valor”. Os aparelhos com os quais patrulham as selvas para detectar plantações de coca têm tanques especiais montados para lançar, do alto, uma chuva de *spike*, ou outros “inseticidas”, como eles os denominam.

Em terra, a preparação dos “alunos” (mais de mil bolivianos já se formaram e, este ano, o curso incluía dez oficiais da Argentina, Brasil, Equador, Paraguai e Peru) se baseia no treinamento físico e na capacitação em tática e estratégia, segundo explica o capitão Jorge Ayala, oficial boliviano formado na Escola das Américas, no Panamá. Apoiado por

meia dúzia de agentes da DEA (os quais preferem não falar com a imprensa) Ayala é o responsável pela instrução, que – reconhece – em nada se diferencia da preparação dada aos grupos de elite e contra-insurgentes.

Os oficiais da polícia e do exército enviados a Chimoré são obrigados a arrastar-se pelo lodo, aguentar gases lacrimogêneos, suportar junto ao ouvido o ruído dos disparos de fuzis FAL e granadas, enquanto são insultados por um dos instrutores em seu castelhano rudimentar.

O governo de George Bush destina atualmente 200 milhões de dólares anuais para ajudar a economia boliviana, que, embora tenha conseguido controlar a hiperinflação, ainda não recuperou seus níveis de produção. Dessa ajuda, 90 milhões são destinados a implementar medidas contra o narcotráfico e a erradicar as plantações de folhas de coca.

Mas um problema que envolve mais de 200 mil camponeses que plantam coca em 160 mil hectares do solo boliviano requer um investimento superior a 450 dólares anuais por cada boliviano dedicado ao cultivo de coca.

Assim pensa o próprio capitão Ayala, que considera o poder econômico dos narcotraficantes e a corrupção da polícia e do exército os maiores problemas que seus “estudantes” de Chimoré devem enfrentar. “Nós preparamos o homem

físico e moralmente, mas um subalterno ganha 50 dólares e um oficial, 70 dólares...Eu pergunto se se pode viver com esse dinheiro”, questiona o oficial.

Ayala se referia diretamente ao caso da detenção e julgamento de dez agentes antinarcóticos bolivianos que, em meados de janeiro, deixaram livre o suposto narcotraficante Ezequiel “Martelo” Chávez, no que constituiu um escândalo tão ruidoso como o da extradição do ex-coronel Luis Arce Gómez para os Estados Unidos.

Arce Gómez, ex-chefe de espionagem do exército e superministro do general-ditador Luis García Meza, foi detido no dia 10 de dezembro do ano passado por agentes da DEA na cidade de Santa Cruz, após seis anos de perseguição. Embora não existam tratados de extradição entre os dois países, o governo boliviano resolveu entregar o militar implicado em múltiplos casos de violação de direitos humanos e narcotráfico.

Mas a resolução de Paz Zamora foi acompanhada de um pedido de 600 milhões de dólares ao governo norte-americano para incrementar a luta contra os narcotraficantes na Bolívia. Uma cifra que – além da importância de Arce Gómez – foi considerada pela ministra-conselheira dos Estados Unidos em La Paz, Marilyn Mackafes, “demasiado elevada” para um conflito de “baixa intensidade”.

# O avanço latino

Depois de três anos de luta por modificações na legislação eleitoral, os "chicanos" elegem representantes nos poderes municipais

Hector Ramos

Nas eleições municipais em Watsonville, Califórnia, realizadas em dezembro passado, a atenção política dos *chicanos*<sup>1</sup> voltou-se para os resultados que saíram das urnas. Eles representavam a prova de fogo para os latinos, no sudoeste dos Estados Unidos, que historicamente foram marginalizados do poder político naquele país.

Essa situação só começou a mudar depois do Movimento pelos Direitos Civis, encabeçado pelos afro-americanos, e do movimento *chicano*, em fins da década de 60. Esses dois processos políticos abriram uma brecha para que as minorias étnicas tentassem participar da vida política norte-americana.

Enquanto no princípio dos anos 60 havia apenas algumas dezenas de representantes *chicanos*, hoje eles chegam a 3.400. No entanto, sua representação política ainda está muito abaixo de sua proporção populacional: os latinos representam 8% dos habitantes, mas contam só com pouco mais de 1% dos representantes eleitos.

Os obstáculos que as minorias étnicas têm de enfrentar para participar da "democracia norte-americana" ainda são enormes. Um deles é a maneira como se realizam as eleições para o poder municipal. É um costume que os representantes ao Conselho Municipal sejam eleitos pela cidade toda e não por bairros ou distritos eleitorais, como propõem as minorias.

**Marginalização política** - Os *chicanos* argumentam que uma das razões de

sua marginalização política é que esse sistema divide e dilui suas candidaturas, tanto nas eleições nacionais como locais. Se nos processos eleitorais não se leva em conta a distribuição geográfica dos *chicanos*, ao criarem-se os distritos eleitorais, essa comunidade de origem latino-americana tem poucas possibilidades de eleger seus representantes, pelas seguintes razões:

a) os brancos não votam em *chicanos* (como consequência, os *chicanos* também não votam nos brancos, já que a experiência mostra que os brancos poucas vezes representam seus interesses);

b) a maioria dos *chicanos* (55%) é menor de 18 anos, portanto não tem idade para votar;

c) um terço dos *chicanos* não pode votar porque, mesmo sendo residentes legais, ainda não gozam de cidadania plena;

d) muitos não têm experiência de votar, não entendem o inglês, ou não sabem ler;

e) os brancos têm os recursos econômicos, a máquina eleitoral, e "sabem como" ganhar uma eleição.

Em 1985, levando em consideração esses elementos, os *chicanos* de Watsonville, Califórnia, apoiados pelo Maled (Fundo para a Defesa Legal dos Mexicanos-Norte-americanos) encaminharam uma demanda legal para que as eleições fossem realizadas por distritos eleitorais, levando em consideração a distribuição geográfica da população *chicana*. Em abril de 1989, após quatro anos, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu a favor dos *chicanos*.

Foi por isso que as eleições para os representantes aos Conselhos Municipais, programadas para maio de 1989, foram transferidas para novembro. No



Chicanos: para eles, geralmente só restam os trabalhos não-qualificados e pior remunerados



Latinos: suas condições de vida contrastam com os sonhos de "uma vida melhor" nos EUA

entanto, devido ao terremoto do ano passado, que teve consequências dramáticas em Watsonville, de novo foram adiadas para dezembro de 1989. É importante assinalar que os Conselhos Municipais são os que têm o poder a nível local. O Conselho é quem decide, toma as decisões políticas importantes e determina a distribuição dos recursos econômicos locais. Quem controla o Conselho, controla o poder local.

Até dezembro passado, o Conselho de Watsonville tinha sido controlado por brancos conservadores, ricos e de classe média. Todos provêm da mesma colônia, que agora forma o distrito eleitoral nº 6. Apesar dos *chicanos* representarem cerca de 65% da população, não contavam com nenhum representante. A única exceção à regra ocorreu em 1987, como fruto da pressão política dos *chicanos*. Naquele ano, o *establishment* de Watsonville con-

cordou em nomear um *chicano* ao Conselho da cidade (um conservador e representante do mundo dos negócios), para mostrar que os latinos poderiam ser eleitos sem necessidade de dividir a cidade em distritos eleitorais.

Nas eleições passadas, a cidade se dividiu em sete distritos eleitorais, dois dos quais são de maioria *chicana*. Só um candidato de origem latina, Oscar Ríos, um líder sindical, foi eleito. No entanto, dos outros seis candidatos



Jovens: marginalização econômica e política

eleitos, três são progressistas (entre eles, há um trabalhador) e outros dois apóiam as reivindicações e interesses dos *chicanos*.

Portanto, o novo Conselho de Watsonville mudou bastante. Se antes era conservador e representava um só grupo econômico e um distrito eleitoral, agora é majoritariamente progressista, representa sete distritos e os três setores econômicos: empresários, profissionais liberais e trabalhadores. Ainda que a maioria esteja composta por brancos, agora existe um representante mais legítimo dos interesses *chicanos*.

**Novo panorama** – Essas eleições também demonstraram que, quando os *chicanos* têm possibilidades de competir e ganhar em processos eleitorais, aumenta seu interesse e participação política. Em 1985, de aproximadamente cinco mil *chicanos* que podiam votar, só o fizeram 247, ou seja 5%. Nas últimas eleições, calcula-se que votaram 20% do total dos cidadãos *chicanos*, apesar do terremoto ter obrigado muitos trabalhadores desta minoria a se mudarem para outra localidade.

A importância eleitoral dos *chicanos* se manifestou também no fato de que, pela primeira vez em Watsonville, mesmo os candidatos brancos conservadores tiveram que disputar o voto *chicano*. Por exemplo, um dos políticos eleitos usou como *slogan* a frase: "Paul Melladin, o amigo verdadeiro dos mexicanos".

Os líderes *chicanos* acreditam que o caso de Watsonville pode mudar o espectro político no sudoeste dos Estados Unidos. Hoje em dia, já existem outras dezenas de cidades, entre elas Los Angeles, onde os *chicanos* estão tratando de implementar esse tipo de mudanças. É o caso de Salinas (Califórnia), onde também recentemente se realizaram eleições por distritos, sendo eleito um representante *chicano* ao Conselho Municipal.

<sup>1</sup> "Chicanos": norte-americanos de origem mexicana

# SUPLEMENTO BRASIL



A Coluna Prestes ganhou sua versão definitiva (p. 56) com os estudos da professora Anita Leocádia, filha do comandante da epopéia que marcou os anos vinte. A extensa pesquisa da autora lança novas luzes sobre aquele acontecimento que se ligou ao imaginário popular e que transformou seu jovem líder no Cavaleiro da Esperança



Aos 92 anos, Luís Carlos Prestes morreu, quando ainda se encontrava em plena atividade política (era filiado ao PDT, do qual se tornara Presidente de Honra) e acompanhava os acontecimentos nacionais e internacionais. Sua última entrevista (p. 48), ao editor Procópio Mineiro, é uma franca e polêmica análise dos acontecimentos do Leste Europeu e das perspectivas do socialismo no Brasil



Num país imerso em problemas de saúde, continua sem merecer a devida atenção a questão das doenças originadas pelo ambiente de trabalho (p. 62), um assunto que nosso consultor, prof. Krishnamurti Sarmiento, enfoca com riqueza de detalhes

# PRESTES

## Redescobrir o socialismo

Figura já lendária do socialismo brasileiro, o líder comunista e ex-senador Luís Carlos Prestes concedeu sua última entrevista a *terceiro mundo*, quando aplaudiu a linha de reformas de Gorbachev, criticou o estalinismo e mostrou-se intranquilo com os problemas do socialismo brasileiro

Procópio Mineiro

**A**os 92 anos e ainda intelectualmente inquieto, Luís Carlos Prestes, nesta sua derradeira longa entrevista, pouco antes de morrer — uma exposição polêmica, que bem vale como um testamento, sobretudo, quanto às preocupações em relação à luta política no Brasil — disse observar com atenção as mudanças no mundo socialista e nas perspectivas do marxismo mundial. Lamentou que a dianteira da informação ainda esteja com aquela imprensa que serve à burguesia.

*Como é possível explicar a crise atual dos países socialistas europeus?*

— Stálin foi um dirigente de grande prestígio. Teve um cargo de dirigente, de secretário-geral do Partido e presidente da União Soviética durante muitos anos. Teve, pois, uma influência muito grande. Assim, esse período ficou conhecido por nós, comunistas, como estalinismo, que foi a orientação adotada por ele. Na época, nós o conhecíamos como secretário do Partido, e, internacionalistas que éramos e somos, nós o apoiávamos. Hoje, porém, estamos convencidos, com as informações que dispomos, de que o estalinismo cometeu muitos erros na aplicação do marxismo.

*Que tipos de erros de interpretação?*

— Em primeiro lugar, ele negou totalmente o capitalismo. Stálin entendeu que o socialismo precisava negar total-

mente o capitalismo. Entendia que o socialismo, do ponto de vista dialético, era a negação completa do capitalismo. Dialeticamente, o socialismo prevê o aproveitamento de uma parte do capitalismo, a parte boa do capitalismo. A transição social de uma sociedade a ou-



Prestes: Stálin aplicou mal o marxismo

tra prevê a conservação na sociedade nova de parte da orientação da sociedade anterior e a negação da outra parte. O processo dialético é isso. A dialética não é a negação total do passado, mas uma transição, a passagem de uma etapa a outra. Stálin tinha uma concepção da dialética que era sectária, extremista, que via o socialismo como negação absoluta do período capitalista, quando não é isto. Era um erro.

Por outro lado, Stálin adotou à frente do partido determinadas posições que

se revelaram falsas. Sobre a agricultura, por exemplo. Ele queria toda a agricultura coletivizada. Não é possível, na prática. Há outras formas de exploração compatíveis com o socialismo que não seja a coletivização. Esta forma determinou que as *kolkhozes*, as unidades coletivizadas, abarcassem massas imensas, um excesso de gente, para cuja administração se precisava de uma burocracia tremenda. E a burocracia, como sempre ocorre, traz o privilégio, traz a injustiça.

*E na indústria, o que ocorreu?*

— Para a indústria, por outro lado, ele levantava a bandeira da estatização. Toda a indústria deveria ser estatal. E há muitos setores industriais que, preferivelmente, não devem ser estatais, mas ramos livres. Nos serviços, igualmente. Aquelas orientações equivocadas levaram a resultados errôneos, que só começaram a ser revistos após a morte de Stálin e, principalmente, agora sob a liderança de Mikhail Gorbachev, que está trazendo modificações muito profundas para a orientação social, política e econômica da União Soviética. O que houve foram erros na aplicação do marxismo. Aquilo não era o marxismo. Muitos confundem, portanto, o estalinismo com o socialismo. Aquilo não era o socialismo, mas a negação do socialismo. Isto, porque é inerente ao socialismo a democracia. Não pode haver socialismo sem democracia. Não havendo liberdade, não havendo democracia, não havia, portanto, propriamente, socialismo. O regime socialista está, na verdade, sendo construído agora na União So-

viética, sob uma tendência inteiramente nova, que vem sendo defendida pelo atual governo soviético. E a nova orientação se baseia, de início, na democracia, na verdade, isto é, na *glasnost*, isto é, a transparência, que é a verdade. É necessário dizer ao povo a verdade. Lembro que, no período em que vivi na União Soviética (1971-1979), notei como os livros que eram dados à juventude não ensinavam a verdade sobre a história da União Soviética. Eram deturpados. À juventude deve-se ensinar a verdade. Se você não sabe a verdade histórica, o passado, não pode calcular nem prever o futuro. Você vai partir de informações e premissas totalmente falsas do processo. Era um dos erros que se cometiam. Agora, a *glasnost* veio para dizer a verdade ao povo, foi uma das primeiras medidas adotadas pelo camarada Gorbachev. Mostrar a realidade, deixar os jornais falarem franco, dizerem a realidade.

*Ao lado da glasnost, veio a perestroika. Qual o sentido dessa transformação?*

- A *perestroika* é a reconstrução do país, a reestruturação, com base em princípios efetivamente marxistas, deixando de lado o *marxismo* de Stálin, que era apenas estalinismo, que era falho, soluções errôneas. O objetivo, portanto, é substituir aqueles princípios por orientações realmente marxistas, de acordo com a realidade e a objetividade histórica. Ou seja, a *perestroika* trabalha sobre a realidade objetiva do país. Esta é a linha que está sendo retomada na União Soviética e no campo socialista em geral. É claro que se trata de um processo complexo, muito complicado, basta ver o que está ocorrendo no dia a dia. Alguns países do Leste Europeu vivem situações de grande perturbação, com movimentação das massas, e agora precisam entrar em ordem, reorganizar a vida.

*Este processo, que envolve grande agitação social, não ameaça o socialismo, como informam os jornais ocidentais?*

- Todos esses países têm um objetivo: o socialismo. Nenhum deles luta contra o socialismo. Outro fator notável neste processo é que nenhum deles renuncia ao tratado de Varsóvia, que sig-

nifica a unidade com a União Soviética. Precisam do apoio soviético. São países, cujos territórios pertenceram à antiga Alemanha. Sem apoio soviético, podem vir a sofrer reivindicações territoriais, porque a Alemanha Federal é mais forte. É o aliado soviético que garante a integridade territorial deles.

*Um dos aspectos levantados pelos estudiosos dos assuntos soviéticos é que o despertar do sentimento nacionalista no bloco do Leste Europeu teria como conclusão o rompimento desse relacionamento especial com Moscou. O sr. nega essa possibilidade?*

- Ainda não se falou em fim do Pacto de Varsóvia. Pelo contrário, todos necessitam do Pacto de Varsóvia, que serve para eles como uma garantia de estabilidade. Não há perigo nesse terreno. O que se especula é sobre o abandono do marxismo. Mas, o que ocorre é uma

**"Não há perigo de um retorno ao capitalismo, pois todos aqueles países querem seguir adiante na construção do socialismo, corrigindo os erros e resolvendo os problemas de acordo com suas respectivas realidades objetivas"**

volta ao marxismo, uma volta ao leninismo, podemos dizer. As lições de Lênin foram abandonadas por Stálin e seus seguidores. Nos sete anos a que sobreviveu à Revolução de Outubro, pois veio a falecer somente em janeiro de 1924, Lênin deixou grandes ensinamentos sobre como dirigir o Estado socialista que ia se afirmando. Em determinados momentos, até mesmo como retornar ao capitalismo. Quando a União Soviética atravessou o momento difícil da guerra civil contra a burguesia e a aristocracia - uma luta muito dura - Lênin teve de adotar uma série de medidas disciplinares e fiscais e não vacilou em tomar medidas de cunho capitalista, transitórias, mas necessárias para assegurar a estabilidade do momento. Era o lema de dar um passo atrás, para depois dar dois passos à frente. Foi uma grande lição. Lênin mostrou sempre uma grande flexibilidade na aplicação do marxismo. Isto, porque o marxismo é a

negação do dogmatismo. Marxismo não é dogma. É a ciência que se aplica a determinada realidade. Se a realidade muda, é preciso mudar a aplicação. O marxismo não é uma ciência que impõe soluções. As soluções dependem das condições concretas de cada momento. Num país aplica-se de uma forma, em outro, a maneira será diferente, dependendo da situação concreta de cada um. Tal flexibilidade Lênin possuía na aplicação do marxismo: ele era até audacioso nesse processo. Se precisasse tomar medidas que pareciam um retorno ao capitalismo, ele as adotava, sem hesitar. Sabia que seria um passo transitório para manter a estabilidade, seja na política, seja no desenvolvimento econômico do país. Tal ensinamento foi abandonado por Stálin e seus seguidores.

Só agora, com Gorbachev, se retoma aquela política de Lênin. Toda a política de Gorbachev mostra esse retorno ao leninismo, nunca o abandono do socialismo e retorno ao capitalismo, como tenta insinuar a burguesia. Trata-se da retomada do marxismo, sem os desvios estalinistas.

*É notável que, apesar do engessamento do marxismo imposto por Stálin, sempre sobreviveu um pensamento marxista criativo e contestador daquela situação. A que atribui esse vigor?*

- Ao marxismo. O marxismo não é dogma: é uma ciência que se aplica à realidade objetiva de cada momento. Não se pode fazer no Brasil a aplicação do marxismo, se não se fizer um exame objetivo da realidade brasileira. Só este exame indica o que se fazer, até o ponto que se pode ir, que passos podem ser dados. Não fazer isso, agir dogmaticamente, esse foi o erro de Stálin. Ele queria criar o socialismo do zero. Mas, o socialismo surge em consequência da evolução do capitalismo. É o capitalismo evoluindo que leva ao socialismo. O processo econômico do capitalismo, a medida que ele se desenvolve, desemboca no socialismo. Não se pode precipitar isso, nem desconhecer a realidade objetiva que leva para lá. A lei funda-



mental do capitalismo, elaborada por Marx, indica que o capitalismo, à medida que se desenvolve, determina a acumulação da riqueza nas mãos de uma minoria cada vez menor, e a miséria para massas cada vez maiores. Esta é a evolução do capitalismo. São as massas miseráveis que se transformam em coveiras da burguesia, devido à miséria cada vez maior. É a lição de Marx.

*O processo de acumulação é um velho conhecido nosso, aqui no Brasil.*

- Sim, veja no Brasil, a riqueza vai toda para as mãos dos monopólios. A burguesia brasileira que ganha dinheiro

**"A aplicação do marxismo em cada momento pode estar sujeita a erros. Tudo depende da rapidez com que se corrigem os erros"**

é aliada dos monopólios, caso contrário não ganharia. Ermírio de Moraes é aliado dos monopólios, o que explica como ganha dinheiro.

*Além de ter seus próprios monopólios...*

- É lógico, é evidente. É aquela lei da evolução do capitalismo: crescente concentração da riqueza em mãos de pou-

cos, e difusão da miséria para massas cada vez maiores. É muito claro o quadro brasileiro: basta comparar os lucros dos monopólios e qual a intensidade da miséria das massas. É um quadro inerente ao capitalismo, é uma fatalidade histórica do capitalismo, não pode haver capitalismo sem a ocorrência dessa lei. Não se trata do caráter dos indivíduos. Não são os indivíduos que são maus: o regime capitalista é que leva a essa situação de extrema riqueza de poucos ante a extrema miséria da grande massa da população.

*A contestação aos erros do estalinismo*

## Socialismo e Brasil

O velho líder comunista discorreu também sobre questões políticas brasileiras, na perspectiva das reformas necessárias ao país. Luís Carlos Prestes vê o quadro partidário brasileiro muito frágil, uma classe operária altamente desorganizada, ausência de meios de comunicação que ajudem a formar politicamente o povo, e o continuado triunfo das políticas de dominação praticadas pelas elites, particularmente a de manter o povo em profundo atraso cultural. Apesar de todos os problemas, inclusive das falhas orgânicas dos partidos mais progressistas, acredita que a aliança PDT-PT é fato de grande significação política, capaz de promover passos importantes na vida nacional.

*Como o sr. analisa a participação política do povo brasileiro?*

- O nível de organização da classe operária brasileira é ainda muito baixo. Talvez não tenhamos mais que 10% da classe operária organizada. Não passa disso. Os sindicatos estão vazios. Veja, por exemplo, o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio, que é um dos mais organizados: congrega apenas uma parcela insignificante do total de metalúrgicos. Isso ocorre também em S. Paulo. E só há movimento sindical nos grandes centros. Veja as centrais sindicais, mesmo a CUT. Passam-se meses e meses, sem qualquer luta concreta pela melhoria do padrão de vida dos trabalhadores, que hoje vivem em miséria absoluta. Quem pode hoje viver de salário mínimo? É a fome. Vivo no Rio de Janeiro desde os seis anos de idade e posso afirmar, com segurança, que nunca vi tanta miséria e tanta fome. Em agosto passado (1989), o salário mínimo era de 120 cruzados novos, que correspondiam a 30 dólares. Portanto, o salário mínimo no Brasil era de 30 dólares, apenas. No mesmo mês, o salário mínimo na Espanha, o menor da Europa capitalista, era de 500 dólares; na França, 560; nos Estados

Unidos, 800 dólares. Nós temos o menor salário mínimo do mundo. Em 1985, nosso salário mínimo era de 600 cruzeiros, um terço do que deveria ser. E continua a cair, ano após ano.

*A fraca organização dos trabalhadores no Brasil não seria uma decorrência do baixo nível de reflexão teórica dentro de nossos partidos progressistas? Parece ser um fato que não temos pensadores que produzam, continuamente, reflexões sobre a realidade, para orientar a ação política.*

- No Brasil, é preciso reconhecer que não há prática de partidos políticos. Os partidos são aleatórios, surgem num determinado momento e logo desaparecem. Não há tradição de partidos políticos no país. Isso influi na má organização dos trabalhadores, no atraso e na ignorância política. O pior mal da classe operária brasileira é seu atraso cultural, o analfabetismo. Quem não é analfabeto, é apenas semi-alfabetizado. Ficam sem condições de lutar por seus próprios interesses. Naturalmente, a ignorância da classe operária é mantida pelos próprios governos. Os governos fazem questão de manter a classe operária longe da educação, porque quanto mais ignorante, mais o trabalhador estará distante da luta política por seus interesses. Falta ao Brasil um partido revolucionário, que eduque as massas. Temos aí dois partidos comunistas, que já não têm nada de comunistas. Apenas o nome. E mesmo o nome agora querem abolir.

*Qual a tarefa atual dos socialistas no Brasil?*

- A primeira é cuidar da elevação do nível de consciência política e ideológica dos trabalhadores. Sem isso, não se avançará na organização do povo para a defesa de seus interesses. O atraso é muito grande. Basta lembrar que a classe operária brasileira não dispõe de um periódico que seja seu. Há jornaizinhos, quase folhas volantes, sobre os quais a pessoa passa a vista, rapidamente, e não extrai nada de mais útil. Não há uma imprensa operária em seu sentido próprio. No caso do PCB, há o jornal "Voz da Unidade", que leio toda semana, mas sem nunca encontrar al-



*não poderia levar, no quadro atual, a uma ameaça real ao socialismo, apesar da sobrevivência do pensamento marxista coe-rente?*

- A aplicação do marxismo em cada momento pode estar sujeita a erros. Tudo depende da rapidez com que se corrigem os erros, para não deixar que se sucedam. Stálin achava que aquilo que ele defendia era verdadeiro marxismo. No caso da agricultura, como já vimos, ele insistiu no erro da coletivização. Hoje, existem fazendas estatais, existem famílias que arrendam terras e outras formas de produção rural - e todas são tão compatíveis com o socialis-

**"São as massas miseráveis que se transformam em coveiras da burguesia, devido à miséria cada vez maior. É a lição de Marx"**

mo quanto as *kolkhozes*. Por que impor a estatização a toda indústria, como ele impôs? Hoje, numerosos setores e serviços já funcionam completamente independentes do Estado.

*A versão dominante na imprensa ocidental é a de que as transformações no Leste Europeu expressam um fracasso do*

*socialismo. Qual o saldo destes pouco mais de 70 anos de socialismo?*

- Na aplicação prática do socialismo sempre se está sujeito a se cometer erros. E erros foram cometidos. Agora estão pagando por esses erros. Mas, o processo atual é de correções. Repito que é importante notar que nenhum dos países socialistas está pregando, por exemplo, a dissolução do Pacto de Varsóvia, o afastamento em relação à União Soviética ou separação do campo socialista. Nenhum daqueles países



go que seja de utilidade ao trabalhador. O Partido Comunista deve ter como tarefa principal educar as massas operárias, elevar seu nível de consciência. Enquanto não fizer isso, permanecerá como uma minoria para ditar regras, mas sem qualquer influência. Para ligar-se às massas, é preciso saber levantar os interesses das massas. E são elementos completamente desligados das massas. Quem sabe quem é o presidente do PCB hoje? Ninguém conhece, ninguém sabe o que ele faz, em que se distingue como dirigente de um partido revolucionário. O outro partido comunista é o do João Amazonas (PC do B). O João Amazonas é um cabeça parada. É um metafísico por excelência. O que aprendeu na escola do partido (PCB), lá por 1951-52, ele cristalizou na cabeça e não mudou mais.

*Como o sr. frisou bem, cada agrupamento progressista tem seu instrumento de divulgação, mas de penetração reduzida. Não se chega nunca a uma colaboração que viabilize um órgão de comunicação capaz de se transformar num instrumento do trabalhador.*

- É preciso colocar como meta elevar o nível de consciência dos trabalhadores. Veja o PT. Tem uma camada operária maior, mas é um partido que não tem a ideologia do proletariado. No Brasil, ninguém nasce socialista. Todos nós nascemos sob a influência da ideologia burguesa e nela somos criados. Mesmo a família operária tem a ideologia burguesa como a predominante. Mas, o trabalhador tem de lutar para substituir tal ideologia pela do proletariado. No caso do PT, isto não ocorre nem com o dirigente máximo, o Lula, que é um operário talentoso, mas que desconhece totalmente a ciência do proletariado. Lula precisaria estudá-la, para mudar sua ideologia burguesa e adotar a do proletariado. O partido dele não é do proletariado. O PT é um partido burguês como qualquer outro. Como diferença, tem apenas um maior número de operários, o que não o torna um partido operário. Para adquirir a ideologia do proletariado, é preciso estudá-la. Mas, em lugar de dar o exemplo, Lula se recusa a fazê-lo. Toda crítica que faço ao Lula é com o objetivo de levá-lo a estudar

o marxismo. Mas, ele acha que quero destruí-lo. O que pretendo é que ele adquira a ideologia do proletariado e exerça a função de líder de um partido que pode se transformar em revolucionário, do proletariado.

*Mesmo em camadas progressistas, penetrou o vírus do antimarxismo.*

- É o que ocorre naquela ala intelectual do PT. Há trotsquistas, Convergência Socialista - são inimigos do marxismo. Dentro do PT há gente inteiramente contrária à ideologia do proletariado. De qualquer maneira, é o partido mais avançado hoje. Quanto ao PDT de Brizola, carece de ideologia e não tem organização. O próprio Brizola não se interessa por organizar o partido, talvez porque imagine que o partido organizado pode passar por cima dele. Por aí você vê que não tenho ilusões a respeito do quadro partidário brasileiro. Mas, entendo que o PDT é o partido que pode realizar grandes coisas, devido à liderança e às qualidades de Brizola: tem muito de caudilho, mas é patriota com intensidade, é um homem que quer avançar e em determinadas circunstâncias é o melhor candidato. Agora mesmo, aqui no Rio de Janeiro, sem dúvida Brizola é o melhor candidato ao governo estadual, em outubro.

*É possível que a frente progressista gerada pelo segundo turno das eleições presidenciais resulte numa ação conjugada, que leve a projetos comuns, como o de estabelecer uma imprensa capaz de romper o bloqueio de comunicação?*

- Acho que o único sintoma positivo nesse sentido é a aproximação entre nós, do PDT, e o PT. Se estes dois partidos se mantiverem unidos, isso significará uma força importante. Brizola tem grande influência em diversos estados, enquanto o PT obteve ótimos resultados. Se o PDT e o PT se unirem em torno de uma plataforma comum, unitária, podem se transformar numa força política capaz de obter vitórias decisivas e exercer influência positiva nos rumos políticos do país.

Procópio Mineiro

pretende voltar ao capitalismo. Todos aqueles países já conquistaram uma etapa de uma sociedade socialista. Depois que se experimenta isso, não se volta atrás, não. Quem pôde viver em regime socialista, não aceita mais as condições do capitalismo, pois seria negar o valor de um nível mais alto, da sociedade diferente que já alcançaram — uma sociedade igualitária, onde não existe a exploração do homem pelo homem. Note que inúmeros alemães orientais, que tinham emigrado para o lado ocidental, acabaram retornando. Era essencial para eles retomar aquele convívio de base socialista. Não há perigo de um retorno ao capitalismo, pois todos aqueles países querem seguir adiante na construção do socialismo, corrigindo os erros e resolvendo seus problemas de acordo com suas respectivas realidades objetivas.

No caso da Polônia, por exemplo, o país segue seu caminho próprio. Lá ocorreu que o Partido Comunista cometeu muitos erros e logo depois convocou eleições. Ora, se um partido comete excesso de erros e convoca eleições, naturalmente vai perder. Foi o que ocorreu. O povo votou no Solidariedade. Mas, o Solidariedade não tem quadros para dirigir o país, eles são quadros sindicalistas. Assim, tiveram que entregar os ministérios mais importantes para o Partido Comunista, que dispõe de quadros preparados para a administração.

*Na Polônia, existe uma ação especial da Igreja Católica.*

— A igreja tem, de fato, uma ação particular, principalmente quanto à pequena propriedade, que está preservada até hoje devido à igreja. Não se pode tocar na pequena propriedade, porque se cria um problema religioso muito sério. Então, o governo polonês precisa manter esse sistema, até que, pela educação progressiva, pela elevação do nível de consciência social do povo, isso se modifique naturalmente, sem choque, sem ruptura com a igreja.

*O Solidariedade é força eleitoral inegável. Ao mesmo tempo, o PC polonês se renova. Haverá um instante de encontro entre as duas forças?*

— Seria uma temeridade tentar predi-

zer o caminho que se seguirá. Todos aqueles povos estão em efervescência. Estão surgindo novos partidos, o PC desapareceu, na prática, devido a sua impopularidade, aos erros que cometeu — isto não só na Polônia, mas também na Hungria, na Alemanha Democrática, etc.. O PC está sendo refundado e o processo de renovação avança. Mas, nenhum deles abandona o Pacto de Varsóvia, pois sabem que esta aliança é que lhes dá garantia de integridade territorial. Sem o Pacto de Varsóvia, a Alemanha Federal pode tentar apossar-se de qualquer um desses países, que já foram território alemão — Polônia, Hungria, parte da Checoslováquia.

*Pelo que soviétólogos consideram — muitos estudos são de décadas passadas — o processo por que passa o Leste Europeu é não só sadio, como natural e necessário. Afirmavam já naquele tempo que a renovação política do bloco soviético seria uma etapa necessária, por força do desenvolvimento econômico e social que experimentaram os países socialistas. Se-*

**“A dialética não é a negação total do passado, mas uma transição, a passagem de uma etapa a outra. Stálin tinha uma concepção dialética que era sectária”**

*gundó tais teses, países industrializados ou em avançado processo de industrialização, aquelas sociedades socialistas já não suportariam o processo político autoritário que marcou a implantação e a primeira fase do regime. Assim, glasnost e perestroika seriam passos necessários, sem os quais se daria um descompasso estrutural entre regime e sociedade. Adotar o pluralismo e institucionalizar o princípio da divergência — as bases da vida democrática — seriam mudanças profundas, mas nunca o abalo do socialismo naqueles países. O sr. concorda?*

— Acho que tal tese não corresponde à realidade. Isto, porque o país do bloco socialista onde há mais democracia é justamente a URSS. Lá já se aplicam, de fato, os princípios democráticos, há eleições frequentes. Ninguém mais democrata que o camarada Gorbachev. ●

# Um

**Multidão levou ao túmulo, em caminhada cívica, o homem que se tornou o símbolo das lutas populares deste século, no Brasil**

**A**s dez horas da manhã do dia 9 de março, começou a última marcha do Cavaleiro da Esperança. O esquife foi retirado do salão nobre da Assembléia Legislativa fluminense e, diante da estátua de Tiradentes que ali existe, colocado sobre um carro do Corpo de Bombeiros. Emocionada, a multidão formou cortejo para o homem que entrara na história do país por meio da longa caminhada que comandou, através do Brasil, com sua Coluna revolucionária, sete décadas antes. Da Assembléia, no centro carioca, ao cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo, a distância de cerca de dez quilômetros foi coberta numa marcha que reuniu, na multidão, antigos companheiros, políticos de vários partidos e gente jovem, numa comunhão de sentimentos e homenagens que atestavam a vitalidade do exemplo de quem dedi-

Milhares visitaram o corpo de Prestes



# enterro de herói

cou toda a existência aos ideais patrióticos mais generosos.

O cortejo fúnebre foi, sobretudo, uma emocionada marcha cívica por ruas do centro, Glória, Flamengo e Botafogo. A pé, logo atrás do carro dos bombeiros, seguiam personalidades políticas como o ex-governador Leonel Brizola, líder do PDT - partido no qual Prestes militava desde o início da década passada e do qual se tornara Presidente de Honra - e o deputado e líder petista Luís Inácio Lula da Silva.

**Últimas homenagens** - No cemitério de São João Batista, foram prestadas as últimas homenagens, desde o canto de "Cavaleiro da Esperança", música de Taiguara, e a execução do hino da Internacional, até a realização de uma chamada simbólica de lutadores do socialismo já desaparecidos, como Carlos Lamarca e Carlos Marighella, mortos pela repressão política do regime militar.

O líder do PDT, Leonel Brizola, foi um dos oradores e destacou uma das preocupações que Prestes sempre lhe transmitia, nos encontros que mantinham: a união das esquerdas.

"A unidade das esquerdas - disse Brizola - é importante não apenas para preservar o espaço dos progressistas, mas é essencial, sobretudo, para assegurar ao povo brasileiro a construção de uma alternativa política". Brizola destacou, ainda, a linha de coerência que marcou toda a atuação política de Prestes, um homem voltado exclusivamente para os interesses nacionais e populares.

Lula apontou o exemplo de dignidade política representado pelo velho líder do socialismo brasileiro, frisando que mesmo seus inimigos eram obrigados a reconhecer-lhe a autoridade moral, adquirida nas lutas sociais.

**A doença** - A morte de Prestes ocorreu

no dia 7 de março, de madrugada, no Hospital da Beneficência Portuguesa, na Glória, onde se internara no dia primeiro, por pressão de amigos e familiares. Nos últimos dias de fevereiro já apresentava problemas de saúde, como infecção urinária. Os exames médicos viriam a diagnosticar, logo depois, que o líder comunista também sofria de leucemia aguda, o que tornava o quadro de extrema gravidade.

Alternando momentos de lucidez com o estado de inconsciência, Prestes recebeu muitas visitas, entre elas a do ex-governador e líder do PDT, Leonel Brizola, a quem reconheceu, embora não conseguisse falar. Nos últimos dias de vida, Prestes pôde ter a seu lado os filhos e receber, mais uma vez, provas de amizade de companheiros, como o arquiteto Oscar Niemeyer. A admiração popular foi-lhe tributada, novamente, nos dois dias de velório, na Assembléia Legislativa fluminense, e nas cerimônias de sepultamento, dignas de um herói do povo. ●



No sepultamento, Brizola e Lula renderam homenagens ao revolucionário que atravessou o século como um exemplo de lutador



# Vivendo uma epopéia

Prestes, com sua Coluna, provocou o mais intenso e final abalo à República Velha e tornou-se lenda antes de chegar aos 30 anos, nos sertões que percorreu por mais de dois anos com uma mensagem de libertação

O capitão Prestes (de farda), em 1923, em Santo Ângelo, já pensava na revolução



O ciclo de inquietações militares dos anos vinte, que passou à História do Brasil como o Tenentismo, resultou em diversas rebeliões da jovem oficialidade, a partir de 1922. O Tenentismo expressava o anseio de mudanças políticas e sociais e refletia, no Brasil, as preocupações e incertezas que marcavam o mundo ainda abalado pela Primeira Guerra Mundial e suas consequências. Era a década dos inconformismos gerados por uma aguda sensibilidade crítica: sentia-se que um mundo novo estava sendo gerado e que era preciso ajudá-lo a nascer.

O movimento mais marcante e de mais extensas consequências, dentro do Tenentismo, foi sem dúvida a Coluna Prestes, o pequeno exército liderado por Luís Carlos Prestes (1898-1990) e que, de 28 de outubro de 1924 a 4 de fevereiro de 1927, percorreu o Brasil inteiro, em combates e pregações reformistas. Uma marcha mais extensa que a de Aníbal, na antiguidade, ou que a de Bolívar, no século passado, e maior que

aquela que, cerca de dez anos depois, Mao Tsé-Tung iria liderar na China conflagrada da era pré-Segunda Guerra Mundial.

Repercutindo pelo país todo, a Coluna Prestes espalhou o mito do Cavaleiro da Esperança e inaugurou, no Brasil moderno, a tática da guerra de movimento, que as guerrilhas posteriores iriam consagrar como uma das formas mais eficientes da luta revolucionária neste século.

**Manifesto** – Mas, não foi no campo da tática militar que Luís Carlos Prestes garantiu seu lugar na história brasileira. Foi na área da luta política, do compromisso com o avanço social. No início da década de trinta, Prestes tornou-se marxista: encontrara uma doutrina política, que aliava à generosidade dos propósitos sociais um instrumental teórico de análise e ação transformadora. Enfim, o marxismo marcava uma evolução para aquele revolucionário, pois significava ultrapassar o estágio da mera re-

belião moral que estava na base do movimento tenentista. Com o marxismo, ele entendia que a situação brasileira ganhava uma explicação e um caminho para a transformação.

Mas, a Coluna desbravou o Brasil, levando sua mensagem de inconformismo e esperanças, ainda tomada somente pelo ideário tenentista, que acreditava em transformações a partir da simples deposição do presidente da República. Seu mérito, contudo – e o do movimento tenentista como um todo – foi o de atuar como denúncia de uma situação político-social deteriorada.

Esta foi a visão expressa pelo capitão Luís Carlos Prestes ao levantar o batalhão de engenharia ferroviária de Santo Ângelo, na histórica região das Missões, no noroeste gaúcho, em 29 de outubro de 1924, com o objetivo de apoiar a rebelião paulista, que se iniciara a 5 de julho e que naquele momento já caminhava para o estrangulamento.

“Há quatro meses a fio – dizia o Manifesto de Santo Ângelo, assinado por

Prestes - que os heróis de São Paulo vêm se batendo heroicamente para derrubar o governo de ódios e de perseguições que só tem servido para dividir a família brasileira, lançando irmãos contra irmãos, como inimigos encarniçados. Todo o Brasil, de Norte a Sul, ardentemente deseja, no íntimo de sua consciência, a vitória dos revolucionários, porque eles lutam por amor do Brasil, porque eles querem que o voto do povo seja secreto, que a vontade soberana do povo seja uma verdade respeitada nas urnas, porque eles querem que sejam confiscadas as grandes fortunas feitas por membros do governo à custa dos dinheiros do Brasil, porque eles querem que os governos tratem menos da politicagem e cuidem mais do auxílio ao Povo laborioso", proclamava o capitão-engenheiro, definindo pontos essenciais do ideário tenentista, que era o mesmo das camadas sociais mais esclarecidas, as quais já não suportavam conviver com as práticas do coronelismo político daquela República Velha.

E dizia mais o Manifesto de Santo Ângelo, um documento de 66 anos atrás, mas que fazia registros ainda hoje atuais: "Já é tempo de lutarmos não peito a peito, mas ombro a ombro, para restabelecermos a situação financeira do Brasil, para recobrar o dinheiro que os nossos maus governos nos roubaram e poderemos, assim, evitar que, em 1927, o governo inglês venha tomar conta das nossas alfândegas e das nossas ricas colônias para cobrar a dívida do Brasil".

**A epopéia** - Combatendo e deslocando-se, a então Coluna Gaúcha viria a reunir-se, no início de 1925, à Coluna Paulista, em Foz do Iguaçu, no extremo oeste paranaense. Dessa fusão nasceu a Coluna Prestes, que - depois de cortar caminho por território paraguaio - iria passar por Mato Grosso, Goiás, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, a partir de onde fez meia volta, retomando o percurso ao inverso, até passar de Mato Grosso para a Bolívia, onde se dissolveu na cidade de San Matías, dois anos e quatro meses depois de iniciada a marcha. Foram dezenas de combates, dos quais a Coluna sempre



Já na Bolívia, em 1927, Prestes começaria a aprofundar o nível teórico de suas preocupações

saíu vitoriosa. Seu contingente médio era de 1.500 homens e raramente passou desse número, contando-se com a participação de mulheres e as adesões que ocorriam à passagem da Coluna pelo interior do país.

"A guerra no Brasil, qualquer que seja o terreno, é a guerra do movimento. Para nós revolucionários, o movimento é a vitória. A guerra de reserva é a que mais convém ao governo, que tem fábricas de munição, fábricas de dinheiro e bastante analfabetos para jogar contra as nossas metralhadoras". Nesse trecho da carta que enviou ao líder máximo do levante de 1924, general Isidoro Dias Lopes, quando estava em Foz do Iguaçu, Prestes define a concepção de luta que iria marcar a trajetória da Coluna. E a mobilidade comprovou-se a grande arma de que dispunham os revolucionários.

Prestes utilizava as "potreadas" para também desorientar as forças governamentais, que nunca puderam achar a ocasião de obrigar a Coluna a um combate final. As "potreadas" eram incursões de pequenos destacamentos, que saíam para fustigar o inimigo e adquirir víveres, chegando a afastar-se por centenas de quilômetros da tropa, a qual reencontravam até semanas depois, uma vez que, ao iniciarem as incursões, recebiam a informação do rumo aproximado que seria seguido. Essa presen-

ça ágil em vários locais multiplicava o efeito de presença da Coluna Prestes e impedia as forças do governo de tomar a iniciativa.

O Cavaleiro da Esperança esperava, no início, poder alcançar o Rio de Janeiro, numa marcha em que as forças iriam engrossando com seguidas adesões de guarnições militares, para depor o governo. A maior proximidade foi o norte de Minas Gerais, onde a Coluna alcançou Serra Nova, em abril de 1926, ponto a partir do qual refez o caminho, via nordeste, para o centro-oeste e o exílio boliviano. Quatro anos depois, uma coluna revolucionária alcançaria, de fato, o Rio de Janeiro e deporiam o governo: os objetivos da Coluna Prestes eram alcançados pelos revolucionários de 1930, entre os quais estavam muitos de seus antigos companheiros. Considerando limitado o programa reformista de Getúlio Vargas, Prestes recusara engajar-se no movimento, pois já propugnava uma mudança radical no país.

A epopéia da Coluna, segundo o próprio Prestes, "teve pelo menos um mérito que não podemos deixar de destacar: revelou a capacidade de luta de nosso povo, a sua resistência física, o grau de abnegação que, para muitos deles, chegou a ser o sacrifício da própria vida".

P.M.

# Nova luz sobre a Coluna

O mais detido e analítico ensaio sobre o assunto resgata a epopéia política da Coluna Prestes

Nereida H. Daudt

**A** Coluna Prestes tornou-se, no final de 1989, tese de doutorado da professora Anita Leocádia, filha mais velha de Luís Carlos Prestes. É o primeiro estudo acadêmico sobre a única rebelião invicta, das muitas que ocorreram na década de 20. Essa análise histórica inédita revela um levante militar que alcançou características populares.

**Gaúchos e paulistas** – Ao contrário da versão encontrada em livros didáticos, não foram os revolucionários gaúchos que aderiram aos paulistas com o objetivo de derrubar o presidente Artur Bernardes. O ensaio, apresentado no final do ano passado na Universidade Federal Fluminense-UFF, revela que a diferença de ânimos existente no encontro dos dois grupos de rebeldes – a Coluna Paulista, de Miguel Costa, derrotada, e a Coluna Gaúcha vitoriosa – foi determinante para a permanência do levante. A junção de forças ocorreu em Foz do Iguaçu, no Paraná, em abril de 1925. O movimento gaúcho, invicto desde a região fronteira do Rio Grande do Sul, influenciou de forma marcante os novos rumos que passaram a ser traçados pelos rebeldes.

Apesar da sua importância – dele se desprende que foi graças à Coluna Gaúcha que a luta continuou – tal enfoque não aparece na historiografia. A opção pela continuidade do desafio comprovaria que a já então Coluna Prestes poderia permanecer marchando pelo Brasil, sem risco de ser derrotada, mas, também sem possibilidades de resolver os problemas nacionais.

Foi tal conclusão que levou Prestes a pedir exílio na Bolívia, depois de ter percorrido, segundo anotações do se-

cretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima, exatos 24.947,5 quilômetros pelo território brasileiro, tendo a maior parte do trajeto sido feita a pé.

Luís Carlos Prestes, que foi a principal fonte do trabalho de Anita – o que atribui ao estudo um valor incomparável – contou-lhe que, naquela reunião das colunas, em Foz do Iguaçu, analisaram-se três alternativas: capitular, fugir ou prosseguir. Prestes era o representante do movimento gaúcho, que defendia a terceira alternativa (obviamente, em consequência do ânimo elevado de suas tropas). A reunião iniciou-se com 40 oficiais paulistas, que começaram a debandar já no decorrer das discussões – a maioria defendia a idéia de fugir para a Argentina – apenas uns poucos aderiram à posição prestista de seguir lutando contra o governo federal. Deste encontro, pode-se dizer que se originou a Coluna Prestes, sob o comando-geral do paulista Miguel Costa, tendo como chefe de estado-maior o verdadeiro líder Luís Carlos Prestes.

**Guerra de movimento** – Apesar de terem começado primeiro a luta contra as forças governistas – a revolta tenentista de São Paulo iniciara-se a 5 de julho de 1924, exatamente no dia do segundo aniversário da Revolta do Forte de Copacabana – as tropas revolucionárias paulistas foram vítimas da tática chamada de “guerra de posição”.

Segundo Anita, esse modelo francês tinha sido utilizado na Primeira Guerra Mundial: tratava-se de sitiar o inimigo



Anita: tirando a Coluna Prestes do esquecimento

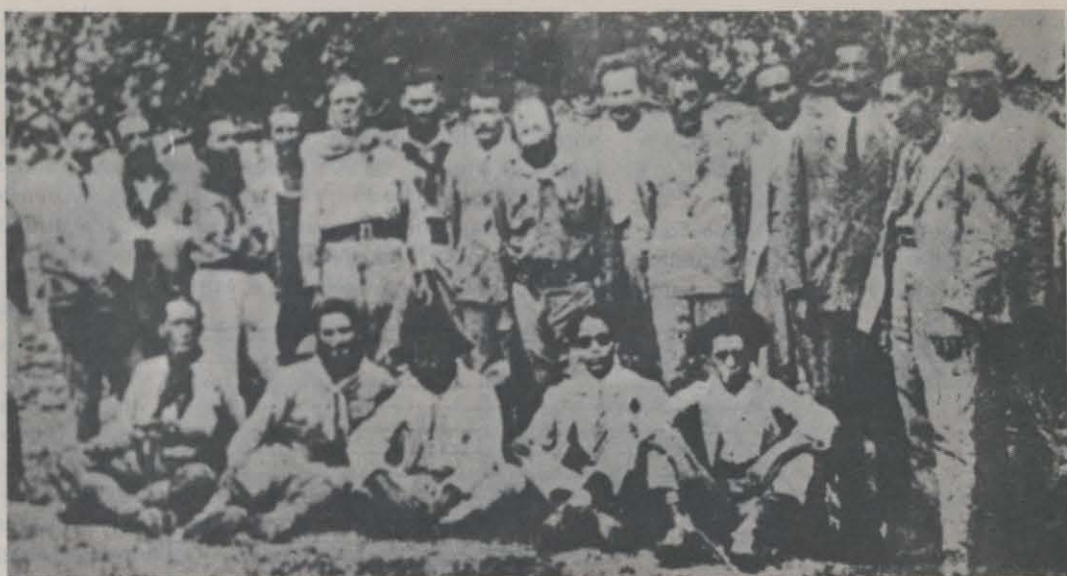
ou manter determinadas posições até a rendição do inimigo. “Tal tática – explica a historiadora – foi assimilada pelo exército brasileiro, mas de forma dogmática”. E foi isso que levou à derrota dos rebeldes paulistas.

Após ficarem mantendo posições, entrincheirados por seis meses seguidos e, ao mesmo tempo, cercados pelas forças do presidente Artur Bernardes, os rebeldes gastaram todas as munições e tiveram que capitular, em fins de março de 1925. O episódio passou à história das lutas tenentistas como a derrota de Catanduvás, nome da localidade no oeste do Paraná, onde ocorreu a ação. Naquela ocasião, muitos oficiais se renderam, alguns fugiram e os soldados detidos acabaram enviados para uma espécie de campo de concentração, em Clevelândia, no Amazonas.

No sul, no entanto, o desempenho da rebelião liderada por Luís Carlos Prestes foi outro: a guerra de posição foi des-

prezada, em favor da tática da guerra de movimento. Foi graças à inovação, diz Anita, que o anel de ferro formado pelos 14 mil homens do governo federal, que avançavam de forma sincronizada, não conseguiu cercar os 1.500 homens da Coluna.

Durante a noite, os rebeldes gaúchos atravessaram, despercebidos, pelo meio de dois blocos federais. Os revolucionários gaúchos, protegidos pelo barranco alto de um rio e pela escuridão da noite, passaram pelas forças governamentais, chegando inclusive a en-



Durante a marcha, 1925: Prestes, de barbas, é o segundo sentado, tendo à esquerda Miguel Costa

xergar, no alto, o inimigo que marchava decidido para o ilusório cerco final. Assim, quando as tropas federais chegaram a São Luís, onde pensavam que a Coluna estivesse concentrada, Prestes e seus homens já iam bem longe, enquanto o governador do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros, divulgava que, em questão de horas, os rebeldes seriam derrotados. Muito pelo contrário, ao romper o "anel de ferro" nasce, verdadeiramente, a Coluna Gaúcha.

**Potreadas e fogões** – Para Anita Leocádia Prestes, a Coluna distinguiu-se, principalmente, por ser um movimento militar com nuances populares. Era um exército que, além das características clássicas, de hierarquia, centralização e ordem, instituiu um relacionamento novo entre os integrantes da tropa.

As potreadas, por exemplo, davam iniciativa aos soldados, numa época em que ainda existiam resquícios de castigos corporais dentro das forças armadas. Era um grande avanço. Os soldados saíam em grupos de seis pelos arredores, entrando em contato com os moradores, na busca de comida e cavalos. Na volta, traziam também informações sobre o terreno, condições das estradas e posição do inimigo. Esses dados permitiam um perfeito mapeamento da região e a consequente tática da guerra de movimento.

Anita assinala que essas inovações foram tão marcantes, que, ao conversar com ex-combatentes, eles se comoviam ao recordar aquelas vivências. Todos falaram com um amor indescritível, quase uma veneração pelo movimento, que envolveu seus sentimentos, desde os de ordem estritamente pessoal até os de natureza política, como o idealismo por um país melhor.

Os fogões, outra das inovações, refletem a imagem gauchesca de conversas ao pé do fogo, e eram as reuniões em que se analisava a situação vivida pela tropa. Ninguém recebia qualquer tipo de soldo. A disposição para a luta caracterizava esse exército dotado de relações internas mais humanas, o que também demonstrava confiança ilimitada em seus comandantes.

A Coluna Prestes, único levante dos tenentes que sobreviveu, derrotou, em sua trajetória, 18 generais, entre eles Cândido Rondon e o ministro da Guerra, Fernando Setembrini de Carvalho. E contou com dois fatores determinantes para alcançar tais desfechos: a guerra de movimento e a disposição incansável de continuar lutando.

**Fontes** – Anita Leocádia optou por fazer a sua tese de doutorado sobre a Coluna Prestes porque, em primeiro lugar, é filha do homem que liderou o movimento e, portanto, cresceu conhecendo

a história. Dispunha, assim, da principal fonte de informações, seu próprio pai. A pesquisadora revela que Prestes jamais escreveu sobre a Coluna, porque não desenvolveu essa técnica. Mas, em compensação, registra a historiadora que Prestes era dotado de uma memória privilegiada. Tais fatores, aliados ao fato de ser a Coluna Prestes um movimento desconhecido e com poucos registros na memória histórica do país, determinaram a escolha do tema por Anita.

De acordo com a professora Maria Yeda Linhares, que orientou o trabalho de Anita, "são 800 páginas de um depoimento extremamente minucioso, com uma metodologia de história social perfeita". Segundo a também historiadora, está preenchida a lacuna sobre o assunto, que não havia merecido, até agora, um estudo acadêmico preciso e desenvolvido com a seriedade requerida.

**Esquecimento** – A falta de estudos sobre o movimento liderado por Prestes, na opinião de Anita Leocádia, não é fortuito. Ela enumera as causas que determinaram o desconhecimento existente, até hoje, sobre os feitos da Coluna. Primeiro, não interessava aos donos do poder divulgar o movimento de um líder que, ao exilar-se na Bolívia, havia optado pelo comunismo: "Falar

em Prestes era sinônimo de União Soviética". Em segundo lugar, a Coluna foi o único movimento de luta contra o poder constituído que não foi derrotado. E, por ter sido combativo e invicto, ainda desmentiu, na prática, o mito de que o "brasileiro não é de nada".

Para chegar à versão de que a Coluna foi o ponto culminante do tenentismo, a historiadora recorreu a abundan-

tes fontes, comparando-as de forma objetiva, sem defesas ou ataques. Entre elas, os relatos de Prestes, as anotações do secretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima, depoimentos de ex-cobalantes, o arquivo de Artur Bernardes, que está microfilmado na Universidade de Campinas-Unicamp, e relatórios militares, como o de Bertoldo Klinger. Deste último, Anita destacou o estudo

de dois volumes sobre o combate, desde o ponto de vista dos ataques das tropas governistas, aos rebeldes de 1924.

**O Tenentismo** – Em seu trabalho de doutorado, Anita dedica um capítulo exclusivo ao tenentismo. A jovem oficialidade oriunda da classe média expressa, na opinião da estudiosa, o descontentamento de vários setores da sociedade com relação ao governo de Artur Bernardes. O país vivia um clima de muita repressão, Bernardes governou em permanente estado de sítio. O operariado, a classe média urbana, a burguesia industrial e até a chamada oligarquia dissidente – que não era constituída de cafeicultores e, por isso mesmo, não tinha privilégios – identificam-se, naquele momento, com as reivindicações dos tenentes. Estes, por sua origem, tinham maiores possibilidades de expressar os novos anseios de uma sociedade brasileira que estava em ebulição.

A historiadora defende a idéia de que o Tenentismo, por ter sua raiz nas camadas médias urbanas, não era um movimento apenas militar. Além disso, os tenentes não dispensavam o apoio dos civis. Isso ficava bem claro, na aliança que mantinham com o vacilante João Francisco Assis Brasil, proclamado líder dos tenentes. Anita faz questão de frisar que o tenentismo expressava um programa de cunho liberal: eles pleiteavam o voto secreto e a moralização do processo eleitoral, com o reconhecimento oficial dos candidatos vitoriosos, mesmo que fossem da oposição.

Do mesmo modo, a Coluna Prestes, ao contrário do que muita gente pensa, não pretendia organizar ninguém, nem tampouco mobilizar o povo para nenhuma transformação maior de cunho social, que não fosse a simples derrubada do autoritário presidente Bernardes. É bom ressaltar que Prestes só foi conhecer o marxismo no exílio, na Bolívia, quando Astorjildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro, lhe faz uma visita, deixando de presente vários livros, entre os quais as obras de Marx e Lênin.

Um apoio civil significativo à Coluna Prestes foi o do deputado João Batista Luzardo, gaúcho maragato, eleito pelo Partido Liberal. As informações que re-





cebia através dos Correios e Telégrafos e do próprio Ministério da Guerra, pelos amigos que tinha nessas instituições, Batista Luzardo as reproduzia em seus discursos na Câmara Federal, o que permitia que fossem publicadas no Diário Oficial. Como, na época, a censura à imprensa era quase total, esse era um meio muito eficiente de divulgar as notícias sobre a Coluna e conseguir sua reprodução na grande imprensa. O assunto despertava grande interesse

no público, em função do clima de descontentamento que reinava no país.

**Desdobramentos** – Em 1928 e 29, no período da Aliança Liberal, o prestígio da Coluna tinha se tornado enorme. Prestes fica conhecido, nacionalmente, como "O Cavaleiro da Esperança". Assis Chateaubriand, dono de várias empresas jornalísticas, envia profissionais para entrevistá-lo, no exílio. Nas manchetes que publicam, o Cavaleiro da Esperança é chamado de Bolívar brasileiro. Não existia, naquele momento histórico, ninguém com mais prestígio no país do que Luís Carlos Prestes.

Sua fama de grande libertador, no entanto, despenca, quando decide ingressar no Partido Comunista e escreve o manifesto de 1930. Na opinião de Anita, uma leitura atual do manifesto

choça pela visão ortodoxa. Apesar de ter contribuído para desencadear a Revolução de 30, que finalmente desmantela a República Velha ao retirar o poder exclusivo das oligarquias paulista e mineira – a famosa dobradinha do café com leite – Prestes não usufrui dos louros dessa vitória.

Ante a opção prestista pelo comunismo, as oligarquias dissidentes perdem seu líder. Num primeiro momento, tentam esconder que o Cavaleiro da Esperança tenha feito a opção pelo Partido Comunista, mas como isso é impossível de ser mantido, passam a renegá-lo. Prestes recolhe-se propositalmente ao silêncio e perde todos os tenentes que, sem exceção, aliam-se a Getúlio Vargas.

**Militares e política** – Anita Leocádia analisa, ainda, a tradição político-militar

brasileira, que acabou nos levando para um período de mais de 20 anos de ditadura. Para ela, não cabe uma análise monolítica dos militares. Crítica a visão maniqueísta, presente em certos meios de esquerda, que classifica os civis como bons e considera maus os militares. Segundo a historiadora, em 1964 foram expulsos cerca de 5 000 militares das forças armadas, numa espécie de limpeza. Isso, portanto, demonstra que a corporação não estava, por inteiro, de acordo com o golpe. "Naquela época", acrescenta, "grande parte do exército vacilou. Se o Jango tivesse resistido (como propunha Leonel Brizola), parte considerável do exército teria ficado com ele. Um exemplo disso foi o general Ladário Teles, no Rio Grande do Sul".

Enfim, a história continua. Vivenciá-la ativamente é um dom que poucos possuem. Por isso, é oportuno lembrar Bertold Brecht, quando diz que alguns lutam algumas vezes e são importantes, outros lutam em muitas ocasiões e são fundamentais, e há os que lutam todos os dias, a vida toda, e são – como Luís Carlos Prestes – imprescindíveis. O Cavaleiro da Esperança desafiante e depois exilado, o comunista preso e perseguido, o democrata-trabalhista da recente eleição foi o exemplo do cidadão devotado às causas mais generosas da luta popular. A tese de sua filha Anita sobre a saga da Coluna Prestes resgata as raízes dessas inquietações para a memória dos brasileiros. ●



1984: reencontro em S. Ângelo, 60 anos depois (Prestes é o segundo à esquerda)

Ao centro, Prestes conversa com os amigos Pablo Neruda (E) e Jorge Amado



# Plano Collor: entre a espe

Quinto plano de estabilização econômica em cinco anos, o pacote do novo governo começa a provocar recessão e divide a opinião nacional entre a esperança de que acabe a inflação e a angústia de que o desenvolvimento seja comprometido por uma onda desnacionalizante

Vinícius Barros

O Congresso Nacional terá, nestas próximas semanas, o papel central de definições sobre o Plano Collor, lançado pelo novo governo no dia seguinte ao da posse. Enquanto a vida econômica do país ainda procura adaptar-se aos novos condicionamentos, em meio a um clima de ansiedade crescente, o governo insiste em passar ao Legislativo a posição de que o plano é intocável e não pode sofrer emendas ou reparos – muito menos rejeição – sob pena de desfigurar seus efeitos e produzir novos e mais profundos males econômicos.

Ao lado disso, questões jurídicas e até constitucionais devem continuar na ordem do dia, enquanto o próprio Congresso define suas posições, trabalhando sobre uma infinidade de emendas – mais de 1.500 na primeira semana – apresentadas pelos parlamentares. As principais lideranças progressistas já se definiram contra o pacote, por julgá-lo insuficiente para resolver as questões básicas que geram os desequilíbrios na economia brasileira, e sabem que com isso compraram, em ano eleitoral, uma briga com as massas mais sacrificadas pela carestia e pelos baixos salários, e que são as camadas sociais mais influenciadas (como no Plano Cruzado) pelos acenos de esperança que lhes faz o governo, cuja movimentação tem sido um espetáculo diário de comunicação, principalmente pela televisão.

Os que aplicam sobre o plano uma análise técnica afirmam reconhecer-lhe qualidades de boa obra de engenharia econômica. Os que o olham com a lembrança dos outros pacotes fracassados, indicam pontos que poderão inviabilizá-



O Congresso enfrenta seu primeiro grande desafio do ano ao examinar o pacote

lo. Os juristas o denunciam por violações diversas, sob o ponto de vista do Direito, e por atropelos a princípios constitucionais, temendo desdobramentos autoritários. Já os que o examinam com o olhar político – contemplando o curto e o longo prazo e seus efeitos sociais – reclamam de sua incapacidade para atender aos interesses do desenvolvimento global do país, uma vez que sua expectativa de crescimento se fundamenta na entrada de capital estrangeiro. E isto significará uma onda desnacionalizante e a continuação da drenagem permanente de recursos para fora.

**Expectativas** – Nos primeiros cinco dias úteis de vigência das medidas econômicas, o quadro nacional apontou, de diversas formas, o estilo do novo governo e a profundidade das alterações.

As principais autoridades ligadas à execução do plano – a ministra Zélia Cardoso de Mello e o delegado Romeu Tuma, também diretor-geral da Polícia

Federal, acumulando a direção da Receita Federal – cumpriram, nesse período, um copioso périplo por emissoras de televisão – ela, procurando esclarecer os mecanismos; ele, confirmando a decisão de rigor contra eventuais desobediências.

Em algumas capitais, como o Rio de Janeiro, produziram-se saques a supermercados, sem que, em momento algum, fosse possível reeditar algo parecido como os “fiscais do Sarney”.

No mesmo período, a Bolsa de Valores de São Paulo-Bovespa reduziu seu volume de negócios, sofrendo queda de 49,4%, enquanto a Bolsa do Rio caía 19,5%. As ações voltaram aos valores de 1987 e não se presentia no mercado uma recuperação próxima. Na Bolsa paulista, os empregados admitiam ter os salários reduzidos, em troca da estabilidade no emprego. No Rio, foram os construtores que propuseram aos trabalhadores diminuir as jornadas de trabalho, com consequente corte salarial,

# rança e a angústia

em troca da manutenção dos empregos. Mesmo assim, somente no Rio, calculava-se em 11 mil as dispensas produzidas pelos efeitos do plano, principalmente na construção civil.

A indústria automobilística, por sua

vez, colocou-se em compasso de espera, ante a paralisação total dos negócios do setor, e pôs em licença remunerada mais de 70% de sua mão-de-obra, por pelo menos quinze dias.

A primeira semana fechou com um

incidente inesperado: o jornal "Folha de S. Paulo" foi invadido por policiais federais, comandados pelo delegado João Lourenço. Segundo o porta-voz presidencial Cláudio Humberto Rosa e Silva, tratou-se apenas da apuração de uma denúncia de ordem econômica e não de pressão política contra o diário, por críticas ao governo e ao pacote. O jornal, por sua vez, esclarecia que a troca de faturas em cruzados novos por outras em cruzeiros era um procedimento

## Apertos dos pequenos

Um dos efeitos imediatos do Plano Collor foi deixar a pequena empresa tonta e com falta de ar, sentindo-se estrangulada. Suas lideranças, como Benito Paret, presidente da Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa-Flupeme, saíram imediatamente a denunciar os perigos a que se viu jogado esse universo de negócios, que passa de três milhões de firmas e que é o maior empregador do país.

Um dia após a edição do pacote, Benito Paret enumerou problemas criados para esse segmento de produção, comércio e serviços e destacou, sobretudo, a eliminação prática do capital de giro como uma espécie de decretação de morte para esse setor da economia. Apontou ainda outro problema, atingindo a ampla faixa de pessoas atuantes na chamada economia informal, que vem funcionando como uma válvula de escape, na medida em que mantém na atividade produtiva centenas de milhares de pessoas deslocadas da economia formal, seja por falta de qualificação profissional, seja pela última década recessiva.

Uma semana após o plano, Benito Paret explicou seus temores, em artigo assinado no "Jornal do Brasil" (22/03/90). Considerou que "as medidas tomadas pelo governo Collor surpreendem pela violência e inconseqüência. Tratar as contas correntes e os investimentos de pessoas físicas da mesma forma do que as pessoas jurídicas é um grande contra-senso. A equipe que formulou as medidas tem-se caracterizado - o que se depreende pelas hesitações e pelas incoerências das declarações públicas - pelo seu academicismo e pela sua falta de conhecimento da realidade do país e do dia-a-dia das empresas produtivas. Punir as aplicações de pessoas físicas com o congelamento de 80% de suas aplicações, e um outro tanto não-definido nas suas contas correntes, afeta a economia pela retração do consumo. Mas, punir as pessoas jurídicas, sem distinguir pequenas e médias empresas de grandes empresas, é igualar



Benito Paret

atividades produtivas com atividades especulativas".

O presidente da Flupeme recordou a crise que se abateu sobre os pequenos e médios negócios logo após o fracasso do Plano Cruzado. Durante a bonança forçada do Cruzado, pequenos e médios empresários foram convencidos a investir, ampliando suas atividades para evitar uma recessão e aproveitar a estabilização dos juros em níveis baixos. Morto o primeiro Plano Sarney, a inflação reacendeu-se, furiosa, e jogou para as nuvens os patamares dos juros bancários. Quem tinha tomado empréstimo para ampliar negócio, entrou em desespero. Milhares de pequenos empresários faliram. No caso do Plano Collor, Paret adverte que estão prejudicados todos aqueles que tinham "seus parcos recursos no capital de giro dos seus negócios para fugir da especulação financeira. Agora, de repente, verificam que o seu esforço e o seu sacrifício foram inúteis: o seu capital de giro foi expropriado pelo governo".

Segundo ele, o enxugamento monetário produzirá a recessão e o desemprego. "O centralismo autoritário não é uma forma sadia de fortalecer a democracia", destacou, assinalando a seguir: "O combate aos cartéis com medidas punitivas vira retórica, quando acompanhado de medidas que provocam uma brutal concentração econômica, pelo desaparecimento de milhares de empresas. Congelar preços no dia 12 e em paralelo permitir aumentos de automóveis, de passagens aéreas, de refrigerantes e de cervejas é reconhecer, contraditoriamente, a força dos cartéis e se render às pressões dos grandes lobbies. Todos sabemos que para combater a oligopolização da economia é necessário apoiar e incentivar os pequenos empreendimentos. Nada foi feito, e a consequência natural será uma maior cartelização e até desnacionalização da nossa economia".

Para Benito Paret, se nada for feito para salvar do estrangulamento o numeroso setor do pequeno e médio negócio, a recessão que se antevê produzirá efeitos graves na esfera social, onde são cada vez mais visíveis as marcas deixadas pelos anos oitenta e sua estagnação econômica.

admitido pelo próprio manual do Ministério da Economia sobre o plano. Ficou o mal-estar, que no Congresso poderá desdobrar-se numa Comissão Parlamentar de Inquérito-CPI, proposta pelo deputado Miro Teixeira (PDT/RJ).

O incidente com a "Folha de S. Paulo" e outros procedimentos policiais, desenvolvidos na esteira das medidas econômicas, tornaram mais agudas as críticas de juristas às ações governamentais. "Em defesa da Constituição" foi o documento elaborado por Goffredo da Silva Telles Jr., como denúncia do que considerou "a violação da Constituição" pelo novo governo. O renomado jurista paulista notabilizou-se, na época da ditadura militar, por seus pronunciamentos contra o arbítrio. E disse temer, agora, que o desrespeito à Constituição leve a caminhos que ninguém deseja viver outra vez. Segundo o jurista, o governo precisa entender que a divisão de poderes "não é uma fantasia".

**Em 45 dias** – Uma semana após a edição do Plano Collor, o país assistiu às primeiras medidas corretivas, que visaram a superar dificuldades localizadas e a garantir apoio de determinados setores às medidas. Assim, foram contempladas as empresas de transportes de carga e caminhoneiros, entidades sindicais e beneficentes, desempregados com Fundo de Garantia a receber e os pensionistas de menor renda, que tenham sido atingidos pelos limites impostos à retirada da poupança. No mesmo pronunciamento televisado em que comunicou estas primeiras modificações, o novo presidente fez um apelo a que a população se adapte aos objetivos gerais do plano, evitando, por exemplo, reaquecer o mercado com um consumo excessivo através dos salários no final de março e início de abril.

No Congresso, as primeiras alterações foram interpretadas como um aceno do governo ao mundo político, pois muitas das modificações propostas pelos parlamentares visavam aos aspectos contemplados pela decisão presidencial. Ao mesmo tempo, mostraram às forças oposicionistas que a alegada necessidade de se aprovar o plano sem emendas, como exige o governo, não tem razão de ser, pois foi o próprio governo o



Collor recebeu aplausos do exterior. Na foto, com David Rockefeller, em janeiro

primeiro a emendá-lo. De qualquer forma, enquanto o Congresso se apres- sa a situar-se numa posição mais confortável, o governo demonstra sua decisão de manter a iniciativa. Várias manifestações das autoridades envolvidas com a implementação das mudanças indicam que o governo espera ter a situação estabilizada até o final de abril, prazo em que os agentes econômicos já teriam se adaptado ao plano e em que a economia já pulsaria no novo ritmo. Este ritmo, segundo o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, é o que permite um meio circulante do qual foi retirado o correspondente a cerca de 88 bilhões de dólares. O novo pulso econômico – que variará dos atuais 35 bilhões de dólares de meio circulante aos 52 bilhões que se admitem para breve – seria o suficiente para garantir um crescimento de 2% do PIB, impedindo a temida recessão.

O diretor de política monetária do Banco Central, Luís Eduardo de Assis, por sua vez, afirmou que o governo vai dosar a injeção de moeda na economia, segundo as necessidades de crescimento, para evitar tanto a recessão, quanto a retomada inflacionária. Quanto aos juros, disse poder garantir que ficarão baixos, pois o próprio governo vai deixar de pressioná-los, uma vez que reduzirá de fato seus gastos e só trabalhará com o que arrecadar em cruzeiros, não se valendo sequer dos cruzados novos retidos no Banco Central.

Para a retomada dos investimentos produtivos, Luís Eduardo Assis entende que bastarão as medidas que serão baixadas oportunamente, liberando cruzados novos retidos para projetos com forte efeito multiplicador. Quanto ao capital estrangeiro, sua opinião é de que a escassez de cruzeiros forçará as empresas internacionais até a uma redução na remessa de lucros, enquanto a esta-

bilidade esperada começará a atrair capitais, na proporção de dois bilhões de dólares anuais, a partir de 1992.

Ao lado das expectativas das autoridades econômicas, fluem outras opiniões e análises, como a do ex-ministro Delfim Netto, que marcou toda a administração econômica da ditadura. Parafrazeando a si mesmo, Delfim – que nos anos setenta criou a frase "exportar é a solução" – disse agora que a grande jogada é "importar já". E calcula que para isso se voltarão os recursos das grandes companhias. Ao contrário do diretor do Banco Central, Delfim considera que a recessão é inevitável – e em sua opinião, saudável – e prevê que o dólar estará outra vez no patamar dos 80 a 90 cruzeiros, dentro de apenas três meses.

Reforçando temores já expressos por outras lideranças do setor, a vice-presidente do Sindicato da Micro e Pequena Indústria do Estado de S. Paulo-Simpi, Eliane Belfort Mattos, reclamou, em artigo para o jornal "Gazeta Mercantil", do estrangulamento de que se tornaram vítimas os pequenos industriais e comerciantes, ao terem retidas suas aplicações, que eram destinadas ao capital de giro e não à especulação.

**Sondando o ambiente** – Ao se iniciar a segunda semana de vigência do plano econômico, iniciava-se em São Paulo um seminário sobre internacionalização da economia. Com um temário envolvendo comércio exterior, nova política industrial, tecnologia e renegociação da dívida, o seminário previa a participação de especialistas brasileiros e de dois convidados especiais: Lawrence Brainard, do Comitê de Bancos Credores, e de Arthur Dunkel, diretor-geral do Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt, fórum no qual têm desaguado as desavenças comerciais dos Estados Unidos contra o Brasil.

Para o início de abril, igualmente aportando ao país nos ventos do Plano Collor, prevê-se a chegada de delegação parlamentar norte-americana, que – acenando com o Plano Brady – pretende discutir com autoridades brasileiras questões do comércio bilateral, como as diferenças na área da reserva de mercado e subsídios, e facilidades para entrada de mercadorias estadunidenses. ●

# Temores das esquerdas

**Brizola e Lula apontam insuficiências no plano econômico**

No dia 22 de março, uma semana após a posse do novo governo, o ex-governador Leonel Brizola ocupou o rádio e a televisão, em rede nacional, durante o programa do Partido Democrático Trabalhista-PDT. Foi a primeira ocasião, desde as eleições presidenciais, em que uma liderança da esquerda se dirigia à nação, para fixar suas posições ante uma conjuntura profundamente alterada pelo pacote econômico. Um momento politicamente delicado também para Brizola, pois naquele dia fechava-se uma pesquisa de opinião altamente favorável (81%) ao Plano Collor.

Brizola - única voz a pre-dizer, já em fevereiro de 1986, as insuficiências e o fracasso inevitável do Plano Cruzado - saiu a campo, também desta vez, para apontar no Plano Collor falhas que poderão determinar seu insucesso e nova e pior escalada inflacionária no país, com repercussões políticas e sociais mais intensas do que após a explosão do primeiro plano de estabilização econômica do governo Sarney.

Quais são os temores das esquerdas? Além da questão do confisco da poupança, da generalidade da privatização proposta e do abalo da área cultural, Brizola apontou, entre outros aspectos, quatro pontos fracos no plano governamental. O primeiro desses pontos é o confisco salarial, pois o congelamento de preços foi feito com as remarcações no pico e quando os salários já sofriam brutal desvantagem, prevendo-se, de agora em diante, o aprofundamento dessas perdas.

Ao segundo ponto atribuiu uma importância estrutural: a não-interrupção da sangria de recursos para o exterior mantém atuando na economia brasileira um fator primário de desequilíbrio, já

que o plano nada define em termos de dívida externa e de freios nas remessas de lucros pelas empresas estrangeiras. "Uma economia, da qual continuam saindo mais recursos do que entram, está condenada à crise", advertiu.

Como terceira falha grave, Brizola apontou o estrangulamento da empresa nacional, devido à recessão, o que caracteriza o plano como desnacionalizante, na medida em que o governo espera a retomada do impulso econômico



Brizola



Lula

pela entrada do capital externo, via aquisição de empresas brasileiras ou implantação de filiais que concorreriam com firmas brasileiras descapitalizadas. Por tal brecha, ficaria afetada a própria soberania nacional e se impediria a retomada de um verdadeiro desenvolvimento nacional, subordinando-se a economia brasileira, de modo irreversível, aos interesses externos. Ainda na área empresarial, apontou como imediato o dano às pequenas e médias empresas - área puramente nacional e maior empregadora de mão-de-obra, tanto na indústria, quanto no comércio, serviços e agricultura.

Por último, denunciou o clima autoritário de que se cercou a execução das medidas. Isto configuraria, na opinião de Brizola, um perigo político, na medida em que a inobservância de normas constitucionais e o policialismo só teriam paralelo com a época da ditadura militar, com a qual também se identifi-

caria o procedimento presidencial de tentar intimidar o Congresso, procurando arrancar dos parlamentares poderes ilimitados para a Presidência e a aprovação em bloco de todas as medidas.

"Quem não está clamando por medidas que contenham a inflação e a crise?", perguntou Brizola, reconhecendo a onda de apoio popular que as medidas governamentais despertaram na população. Mas, segundo ele, os remédios ministrados tendem, porém, não a debelar a doença, mas somente a aplacar as dores econômicas do país, por pouco tempo. "Este plano é mais danoso que o Cruzado", arriscou, explicando sua conclusão pelo fato de o pacote seguir o receituário do Fundo Monetário Internacional-FMI e por estar recebendo o apoio dos economistas da ditadura militar, como Roberto Campos, Delfim Netto e Mário Simonsen, identificados como paladinos dos interesses externos.

"Quem quiser saber o que é o Plano Collor olhe para a Argentina. Collor fez em dois dias o que o presidente Menem fez em oito meses. Lá se enfrenta agora uma inflação mensal que já beira de novo os 100%", disse.

Assumindo o risco de ser uma espécie de estraga-prazeres - mesmo vendo reconhecido seu acerto nas críticas ao Plano Cruzado - o líder pedetista chegou a afirmar que o pacote terá o mesmo destino do plano de Sarney.

No mesmo programa do PDT, o líder do Partido dos Trabalhadores-PT, Luís Inácio Lula da Silva, apareceu como convidado especial de Brizola e expôs a posição crítica do seu partido ante o Plano Collor, devido às perdas salariais, ao desemprego resultante da recessão e às suas consequências desnacionalizantes, coincidindo com a avaliação feita por Brizola e demonstrando que as duas agremiações pretendem prolongar a cooperação iniciada nos embates do segundo turno do pleito presidencial.

Desta vez, o líder do PDT pretende não ficar somente no diagnóstico: seu partido vai apresentar emendas ao plano governamental, o que também será o comportamento do PT. ● V.B.

## Comportamento



O Congresso desempenhará papel decisivo neste ano político

Previsão de um empresário nacional sobre o comportamento do Congresso, neste ano eleitoral, toma por base o desempenho dos primeiros meses do governo Collor. Como de junho em diante o Congresso estará em recesso branco, uma vez que deputados e senadores estarão cuidando da renovação de seus mandatos, o tempo de definição será o que se estende de 15 de março a junho, cerca de três meses, quando o novo governo terá de fazer sua ofensiva parlamentar, sob pena de perder o primeiro ano de administração. Segundo esse empresário, o Congresso, dotado de novos poderes com a atual Constituição, poderá agir com muita liberdade ante o governo Collor, inclusive aplicando-lhe sucessivas derrotas, negando-lhe aprovação a projetos - isto, no caso de a nova administração começar com pé esquerdo. No caso, porém, de haver algum inesperado gol de placa governamental, o empresário admite que poderá repetir-se o fenômeno do Planq

Cruzado: uma extrema docilidade parlamentar, com vistas a tirar proveito eleitoral da eventual popularidade oficial.

Lição desse quadro: o Congresso precisará agir com muita maturidade, para não deixar em segundo plano os interesses fundamentais do país, ante os apelos eleitorais deste ano.

## Políticas econômicas

A diferença entre a situação econômica do Brasil e a da Coreia do Sul pode traduzir-se por uma opção administrativa: consumo ou investimento. A evolução das duas economias passou a divergir em meados da década de setenta, quando o milagre sul-coreano se manteve, enquanto o brasileiro entrava em curto-circuito, sob o peso de políticas equivocadas, que privilegiaram a manutenção do sistema (subsídios, etc.), em detrimento dos investimen-

tos. A análise - divulgada pela "Folha de São Paulo" - é de um nome de peso no panorama das economias abaladas da América Latina, o economista norte-americano Jeffrey Sachs, responsável pela orientação que deu cabo da pentadigital inflação da Bolívia, embora à custa de brutal recessão.

Com seu colega Mark Sundberg, também da Escola de Harvard, Jeffrey Sachs realizou um estudo comparativo entre a evolução das economias brasileira e sul-coreana, que trilhavam um caminho semelhante até o início da década de setenta. Como marco da diferenciação, eles apontaram a crise do petróleo, a partir de quando o governo brasileiro acumulou equívocos sobre equívocos. O então todo poderoso ministro Mário Henrique Simonsen (de novo muito lembrado e que passou boa parte de janeiro como o ministeriável mais forte para a Economia no governo Collor) chegou a cunhar uma frase histórica, a de que o Brasil era uma ilha de tranquilidade, enquanto o resto do mundo se debatia no mar revolto da crise do petróleo. Foi tal demora em perceber a natureza da crise e suas conseqüências que levou o Brasil a trilhar o roteiro de crises, em que se afunda cada vez mais - analisam os dois economistas de Harvard.

Sachs e Sundberg parecem ter percebido algo mais na trajetória da economia brasileira do que a simples sucessão de medidas ineficazes: notaram que as políticas inadequadas ao país nasceram de um tipo de mentalidade elitista, que pensa o país a partir dos interesses de grupos privile-



giados, desprezando os interesses gerais da sociedade e qualquer plano de futuro a longo prazo. Estabelecendo políticas para manter o sistema de que se beneficiam determinados setores e esquecendo-se de realizar os investimentos úteis ao progresso futuro, o governo brasileiro afastou-se da linha do crescimento e passou a enfrentar as sucessivas crises econômicas, que se agravaram ao longo da última década.

Na análise dos dois economistas norte-americanos, a nota predominante da atitude governamental brasileira - ao contrário da sul-coreana - foi procurar proteger o setor privado dos apertos da crise do petróleo. O Estado ampliou a gama de subsídios e, aos poucos, assumiu uma carga de responsabilidades que estatizava o peso da crise, mas privatizava os benefícios do sistema. Em suma, esgotou-se a possibilidade de investimentos produtivos, que eram, em grande parte, liderados pela administração pública, a qual se viu, progressivamente, envolvida

em enormes déficits. Para cobrir o déficit, recorreu-se a empréstimos externos e internos crescentes, o que levou ao estrangulamento.

A Coréia do Sul manteve suas políticas de crescimento intactas, enfrentando as mudanças que se faziam necessárias na área econômica, apontam os economistas. Já o Brasil optou por manter estável o nível de desfrute econômico das empresas - à custa do crescente comprometimento das finanças públicas - e esta é a base da crise, de que a inflação é a ponta mais visível.

Esta análise certamente admite inúmeros reparos, mas parece ter ao menos a virtude de explicar alguns aspectos essenciais da crise brasileira. Um desses aspectos é o estrangulamento estatal, provocado por políticas de privilégios. Um segundo item refere-se ao nível de injustiça no padrão de renda. Em termos de América Latina, o Brasil só perde em disparidades sociais para o Equador: os 20% mais pobres dentre os brasileiros (cerca de 30 milhões de pessoas) dividem entre si apenas 2% da renda nacional, enquanto os 20% mais ricos dispõem de 66% do total. Outro ponto importante é o de deixar a nu a campanha anti-Estado, que prega a privatização geral e irrestrita como único caminho de salvação. A tese Sachs-Sundberg comprova, ao contrário, que a crise decorre não do propalado inchaço estatal, mas de seu contínuo enfraquecimento real, através do excesso de compromissos que o obrigaram a absorver para preservar o proveito de certas áreas privadas. Assim, a chamada desestatização geral, de novo

em proveito de grupos - tal como é pregada pelos grupos partidários do liberalismo econômico - poderia vir a ser a solução?

A lógica rejeita isso. Ao contrário, a resposta correta pareceria ser a de que é preciso recuperar a saúde estatal e exigir da iniciativa privada sua parcela de responsabilidades, particularmente nos investimentos produtivos. Se recessão pura e simples resolvesse a questão, Delfim Netto teria sido o herói dos anos oitenta, com suas políticas recessivas sob o governo João Figueiredo, as quais não resultaram em mais do que em sofrimento social, enquanto grupos privilegiados continuavam a se servir da situação e as dívidas externa e interna tomavam as conformações ameaçadoras que o país conhece.

## A questão do transporte

A estrutura de transportes do Brasil continua a prejudicar a competitividade de vários produtos de exportação. A predominância do caminhão como meio de carga encarece de tal maneira os fretes - devido ao combustível caro - que desaparece, em muitos casos, a vantagem proporcionada pelos custos de produção mais reduzidos.

É o caso da soja - uma carga ideal para trem, principalmente pela distância dos locais de produção em relação aos portos de embarque para o exterior. Para este ano, prevê-se um incremento das compras ja-



Soja: perdendo vantagens

ponesas da soja brasileira até o limite de 900 mil toneladas, cerca de 20% acima dos níveis registrados no ano passado. Tal crescimento, segundo os técnicos, ocorrerá devido à superior qualidade do produto brasileiro em relação ao norte-americano, que até hoje - apesar dessa diferença de qualidade - domina o mercado nipônico pelas vantagens de preços. A soja dos Estados Unidos chega lá, atualmente, por 28 dólares a tonelada. A soja brasileira não fica por menos de 35 dólares por tonelada.

Se o país fosse dotado de um sistema ferroviário adequado, o preço da soja nacional no mercado externo ficaria abaixo do norte-americano, melhorando a penetração. Somente o fato de ser considerada a melhor soja do mundo permite ao grão brasileiro superar a grande diferença de preços. No caso de Formosa, porém, mesmo melhor, a soja brasileira não penetrou ainda: os quase dois milhões de toneladas comprados por aquele governo são adquiridos dos Estados Unidos.

Nossa soja é vendida ao Japão principalmente pela

Mitsui Brasileira (220 mil toneladas em 1989), Sumitomo (173 mil toneladas), Cargill (120 mil toneladas), Mitsubishi (105 mil toneladas), e C. Itoh (50 mil toneladas).

## Cadeia de contaminação

A propagação da aids vem recebendo uma vigorosa ajuda dos rapazes que se dedicam à prostituição nas ruas do Rio de Janeiro: pelo menos 68,6% deles já contraíram o vírus da aids e são, portanto, difusores do mal para seus clientes, cujo número varia de 15 a 25 pessoas por mês, por cada prostituto. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Inovação em Saúde Social-Ibiss, uma organização que vem se dedi-



cando a investigar o fenômeno e a orientar essa camada da população jovem. Pelos dados do Ibiss, os 500 rapazes (têm entre 15 e 23 anos e 64% são bissexuais) cariocas que se dedicam a essa atividade servem a uma freguesia mensal de até 12 mil pessoas, a maioria das quais está sendo contaminada pela aids e propagando a doença em seus demais relacionamentos amorosos, numa cadeia de progressão geométrica.

Além da aids, os jovens prostitutos apresentam alto índice (95%) de contaminação por doenças venéreas. Segundo o psicólogo Paulo Henrique Longo, envolvido no trabalho do Ibiss, a prostituição masculina carioca atua em áreas fixas da cidade - cerca de dez - e os jovens são levados a exercê-la por pressão econômica, visando a completar salários (muitos trabalham em empregos fixos, com baixas remunerações) ou para ter meios financeiros de sustentar o vício das drogas.

## Saúde sem remédio

Uma história recente ilustra bem os problemas da dominação da área farmacêutica brasileira pelas empresas transnacionais, que olham para o mercado nacional apenas a partir de seus interesses imediatos. Uma empresa nacional, produtora de determinado produto, foi sondada por uma transnacional norte-

americana para uma associação, visando à pesquisa de um remédio para a malária, a partir de um componente encontrado no remédio produzido pela firma brasileira. Nas pesquisas que realizara, a empresa norte-americana constatara a eficiência da droga contra a malária, mas se faziam necessários novos investimentos em pesquisas, o que ela não pretendia fazer, porque a eventual fabricação do remédio não lhe daria retorno comercial suficiente. Assim, oferecia a continuação do trabalho à firma brasileira, desde que lhe fossem garantidos certos resultados financeiros.

A historinha é exemplar, para demonstrar como as transnacionais da saúde trabalham com as perspectivas de seus mercados de origem, pouco se importando com as características dos mercados que açambarcam. As populações do Terceiro Mundo que tenham as doenças do mundo rico, porque para as suas doenças peculiares pouco remédio haverá. Fica fácil entender, por que para as doenças tropicais são tão raras as pesquisas e tão ineficientes

os remédios, quando o lógico seria que a maioria desses males estivesse já sob controle ou mesmo erradicada.

## Flutuações do voto

Pesquisa realizada pelo movimento negro da Baixada Fluminense registrou a ocorrência de considerável flutuação na direção dos votos, nas eleições presidenciais de novembro e dezembro, em comparação com o pleito anterior, o municipal de novembro de 1988.

Procurando conhecer o comportamento eleitoral da população de origem negra, o levantamento revelou, quanto ao pleito municipal, que 76,6% das pessoas de origem negra, que se candidataram, o fizeram por partidos de centro e de direita, enquanto apenas 23,4% disputaram cargos por partidos de esquerda. Naquela eleição de 1988, em Duque de Caxias, a pesquisa apontou que cerca de 70% dos votos negros foram destinados a partidos conservadores. "Apenas um ano depois, em 89 - diz o estudo - o povo foi solicitado a voltar às urnas e a tendência do voto mudou substancialmente: os votos dos partidos com tendência conservadora (direita) caíram para 19,3% e os votos dos partidos com tendência transformadora (esquerda) subiram para 77,4%".

Na eleição presidencial, Leonel Brizola (PDT) obteve votação geral superior a 65% na Baixada Fluminense, sendo que em Nova Iguaçu chegou a 68,5% e em São João de Meriti ficou em



Pensando o voto

67,6% - aliás, as duas maiores votações do candidato pedetista no estado do Rio de Janeiro. Tal preferência, no segundo turno, foi transferida, pelo engajamento de Brizola, à candidatura progressista representada por Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

## Pistoleiro à solta

A Federação dos Trabalhadores Rurais de Goiás e a Comissão Pastoral da Terra iniciaram uma campanha de alerta contra a presença do pistoleiro José Pereira de Souza na região dos municípios de Itaguatins e Sítio Novo, no estado de Tocantins. O alerta tem o objetivo de denunciar, ao mesmo tempo, a ação do juiz de Araguatins, Marcelo Rodrigues Ataíde, que libertou o pistoleiro no final de dezembro, duas semanas após José Pereira de Souza haver assassinado o lavrador Pedro Alves da Silva, posseiro na Fazenda Mutirão, no município de Buriti do Tocantins. O pistoleiro confessara o crime, cometido a mando de fazendeiros, mas, apesar disso, o juiz recusou o pedido de prisão preventiva soli-

O doente é mal servido pela farmacêutica transnacionalizada





citado pelo advogado da Comissão Pastoral da Terra. Em meados de janeiro, o criminoso foi visto na região de Itaguatins e Sítio Novo, afirmando que tinha ainda vários assassinatos a praticar naquela área do Bico do Papagaio. Ao divulgar os fatos, a Comissão Pastoral da Terra fez um apelo à opinião pública, para que pressione, por cartas e telegramas, o governador de Tocantins, Siqueira Campos (Palácio Araguaia, 77500-Miracema do Tocantins), o próprio juiz de Araguatins e o presidente do Tribunal de Justiça, José Liberato Póvoa, este em atuação em Miracema do Tocantins.

timento em capital e a influência da mão-de-obra barata. Em suma, a vinda ou não de capital externo para nossa economia pouco altera o quadro. "A tecnologia está se tornando o mais forte fator de produção e não será requerida em termos quantitativos, mas qualitativos. Dou um exemplo: em nosso setor, o de fármacos, já estamos ingressando na era da engenharia genética. Isto quer dizer, em termos práticos, que uma empresa, com apenas 15 salas, mais uma instrumentação sadia e pagando bons salários, vai conseguir coisas que podem mudar a feição do mundo", afirma ele. "A conclusão que se deve tirar dessa nova situação é a de que o fundamental não é mais a inversão de capital nem a mão-de-obra barata. De uns anos para cá, é para essa direção da tecnologia que o mundo se volta. E nós ainda ficamos a discutir investimento de capital estrangeiro em nosso país. O Brasil possui potencialidades extraordinárias, que poderiam, se devidamente aproveitadas, lançar o país no pleno desenvolvimento. Mas vivemos perdendo as oportunidades", completou.

O exemplo dos chamados Novos Países Industriais, como os Tigres Asiáticos, não comprova outra coisa:

foi investindo nas próprias entranhas e nos cérebros de sua população que esses pequeninos países emergiram como grandes economias no panorama mundial. O nome da transformação é tecnologia: ensinar a população a pensar, transformar a universidade em sinônimo de pesquisa e colocar os resultados dessa pesquisa à disposição da indústria nacional. Para tanto, não é necessário capital externo, apenas vontade política de fazer. Esperar o avanço a partir do capital externo é acreditar em contos infantis: avanço é tecnologia, e tecnologia ninguém transfere. Quem quiser, que crie ou descubra.

## Investimentos

A abertura política e as mudanças econômicas em curso no Leste Europeu não devem provocar maiores temores de modificações no que tange a investimentos no Terceiro Mundo e, em especial, no Brasil. A opinião de Adilson Xavier, diretor-superintendente da Companhia Brasileira de Antibióticos-Cibran, baseia-se no raciocínio de que a economia mundial está sendo progressivamente dominada pela tecnologia, deixando para trás a importância do inves-

## Tecnologia japonesa

Seis projetos de pesquisa serão desenvolvidos, a partir de abril, com a ajuda técnica e financeira japonesa, ao custo total de 20 milhões de dólares, a serem dispendidos ao longo dos próximos cinco anos. O acordo de cooperação técnica, acertado pelo Itamarati desde o final do ano passado, envolve a Agência Japonesa de Cooperação Internacional-Jica.

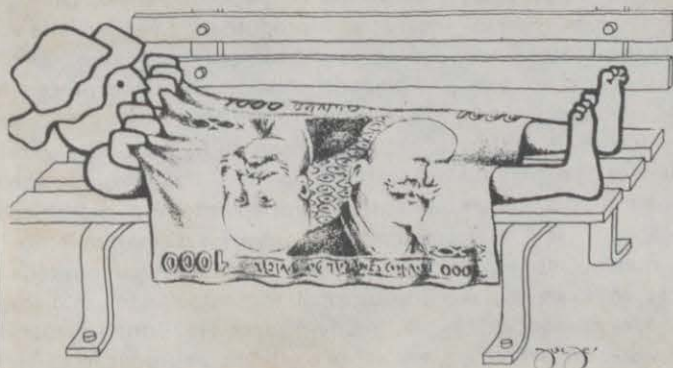
Os projetos a serem desenvolvidos visam a técnicas agrícolas (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-Embrapa), controle de poluição na mineração (Departamento Nacional de Pesquisas Minerais), automação de manufaturas (Senai), medicina (Unicamp), microbiologia (Unicamp) e prevenção de acidentes (Instituto de Pesquisas Tecnológicas-IPT/SP).

## Guerra da informática

As perspectivas de adoção de políticas neoliberais pelo governo Collor lançam uma sombra de ameaça sobre os setores ligados à batalha nacional pelo desenvolvimento tecnológico. Os argumentos da "integração ao mercado internacional" e do "estímulo à livre concorrência" poderão resultar, segundo aqueles setores, apenas em instrumentos de liquidação dos programas de avanço técnico existentes em várias áreas estratégicas, sem que se combatam, na realidade, os muitos desvios do dependente capitalismo brasileiro, como as práticas cartoriais e oligopolistas de grupos influentes. Ou seja, o discurso modernizador poderá servir apenas como arma de destruição dos esforços de criação de tecnologia própria.

A área de informática é uma das que vivem a expectativa negativa, temendo o fim da reserva de mercado que lhe garante espaço para crescer. Hoje, o Brasil dispõe de cerca de 30 mil engenheiros de alta qualificação atuando na indústria nacional de informática: isto significa um acúmulo de conhecimentos e um potencial de criação (desenvolvimento tecnológico) de que poucas nações no mundo dispõem.

E mais: se não contasse com a reserva de mercado, a indústria nacional de informática não teria se desenvolvido a ponto de contar, hoje, com um total de 3.120 empresas.



# A TV como instrumento de dominação

Paulo Ramos Derengoski

**U**ma das maiores mentiras culturais dos tempos modernos é a do "retorno à tribo, à aldeia global". Para a camada ignorante que descobriu na superficialidade colorida de um instrumento de comunicação - a Tv - um idílico relacionamento com toda a humanidade, o conhecimento nada tem a ver com a compreensão. Seria uma simples acumulação de dados.

Os que estudaram, que apreenderam a constituição do mundo, da sociedade e da economia, que dominam a história, que tem idéias próprias, que participam da política - são "arcaicos". Os atos críticos passam a ser inúteis. O único que se exige do ser humano é que acolha a criação da mídia eletrônica. A crítica aos cartéis está fora de moda. Temos que aceitar novas lógicas de interdependência instantânea que dominam a produção.

Os povos economicamente atrasados estão sendo submetidos a um bombardeio televisivo que mostram como eles são "arcaicos". Essa dominação cultural externa implica a importação de diversões baratas que arrasem a cultura local e suas potencialidades de crescimento.

As grandes artes, a música, a fotografia, a dança, o diálogo - tudo se concentra nas correntes de pontinhos das telinhas cinéticas para entorpecer a inteligência e sobretudo criar um maleável reflexo condicionado político subliminar.

O fantástico gasto de dinheiro da Tv está degenerando numa guerra comercial mortal entre produtores que visam a conquistar as mentes - e principalmente - o bolso dos consumidores: uma guerra no curso da qual os valores culturais são tratados com desprezo.

O tubo de imagens da Tv não está em condições de saber se as imagens que por ali passam são historicamente verdadeiras. Ao contrário, os manipuladores da mídia querem tudo rápido para que não haja reflexão, indagação racional ou lembrança de experiências

passadas. A comunicação na Tv está conseguindo evitar o relacionamento da mente com o pensamento. Ela busca um impacto físico imediato, uma espécie de curto-circuito mental...

O perigo da manipulação de tais instrumentos de persuasão por grupos que visam lucro pessoal, patrimonial, de grupo, de clã e família é evidente. Mas o excesso de doença é o início da cura.

**A**ssim como um meio de comunicação não invalida o que o antecedeu - a televisão não acabou com o cinema, o cinema não acabou com o teatro - a própria televisão está em vias de ver iniciado seu processo de fragmentação com o desmantelamento das redes, a expansão da Tv de cabo etc. que a recolocará no seu devido lugar: um meio de divertimento que retransmite produtos que são obra da criação humana.

E só então deixará de ser uma monstruosa máquina de poder, de escárnio, de negociações, de vinculação de aberrações sentimentais. Que, estas sim - refletem a voz do dono. A deterioração das relações de troca - as perdas internacionais - levarão ao desmantelamento da pátria. E isso a Tv não poderá esconder...

A classe dominante está de parabéns. Esperou 30 anos, mas conseguiu despolitizar a política perante o povo. As chamadas "forças progressistas" também se equivocaram, na medida em que acharam que bastava a imagem "forte" de seus candidatos, ou a ideologia que representam, para dominarem o "meio".

**A**o invés de se ligarem às massas da população, ficaram esperando milagres de assessores bonitinhos, que iriam colocá-los no topo através de entrevistas, debates, monólogos, diálogos ou horários gratuitos. Chegaram eles próprios a acreditar no mito de que "a coisa vai mudar depois de iniciados os debates".

Doce ilusão: a manipulação dos meios de comunicação se dá em todos os níveis. Na publicidade, no noticiário, na pesquisa, na entrevista, no debate -

em tudo.

A elite dominante, que tem séculos de experiência, percebeu há muito tempo que pode dominar a política através do controle dos meios de comunicação visuais e auditivos, onde a construção de lideranças é muito mais barata e rápida que através de partidos mastodônticos ou picaretas.

Em 1964 ainda foi necessária uma certa mobilização, com os padres e marchas familiares. Hoje, nem isso é necessário. Basta uma imagem moderna, um discurso "modernizador" e pronto. Aliás, não nos esqueçamos que em 1933 na Alemanha, Hitler também era o "moderno" diante dos "arcaicos" sociais-democratas. Os candidatos da nova-direita sempre se apresentam como "modernizantes", leitores de bula bem vestidos, gestos minimalistas.

Já os amigos do povo, até mesmo pelo tempo sofrido, experiência e luta política que vêm de longe, são chamados de velhos, defasados, repetitivos, etc. E geralmente as definições ficam por aí. Com alterações de superfície, travestidos de modernidade, enroladas na linguagem sociológica. O que era traste, hoje é "transnacional". O que era colônia é agora "país emergente". A remessa do produto do trabalho do povo brasileiro - essa legião de massacrados - para o exterior, não só continua existindo - como aumentou.

O cientificismo das pesquisas é totalmente manipulado por grupos empresariais particulares (que visam lucro!) e as manipulam como se tratasse de venda de papel higiênico. Ou seja: amaciar o produto para vender cada vez mais. Para não perder totalmente a credibilidade, nas semanas que precedem às eleições, reconhecem dados reais.

Como observou Muniz Sodré, o real é substituído pela imagem, mediante métodos probabilísticos e meramente estatísticos, passíveis de manipulação.

Com isso, a elite dominante molda o institucional. E manipulando um discurso "modernizante" reafirma seu domínio sobre o mundo da produção. •

# TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



## BRASIL

Agência Meridien  
Av. Rio Branco, 52 -  
10º andar  
Tel.: 263-5611  
Telex 21664MERI

## PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,  
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa  
1200 - Lisboa -  
Telef.: 366209 / 372959  
Telex 14596 ANGO P

## HOLANDA

Coolsingel 139 3012  
AG Rotterdam  
POSTBUS 1663  
3000 BR Rotterdam  
Tel.: 010 11 41 60  
Telex 24772 / 24756  
ANGO NL



## ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola  
Rua Cerqueiras (Lukoki)  
C.P. nº 5953 -  
Telefs. 30144/5/6/7  
End. Teleg.: ANGOAVE AN  
Telexes nº 3313 / 3124  
Luanda - Rep. Pop. de Angola

**ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola**



**Rio, o Brasil  
de braços abertos.**



PREFEITURA  
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO